



MARIA BEATRIZ ROCHA-TRINDADE ■ RUI JACINTO
ANA PAULA CORDEIRO ■ ANTÓNIO SANTOS

O FENÓMENO MIGRATÓRIO NA REGIÃO CENTRO

REGRESSO E REINserÇÃO NA DIOCESE DE COIMBRA

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
SECRETARIA DE ESTADO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
CARITAS DIOCESANA DE COIMBRA
COIMBRA 1988

CAPA: ARQTº JOÃO RIBEIRO

SECÇÃO DE OFFSET

- Fotografia: ADELINO BANDEIRA
- Paginação e Montagem: ADELINO BANDEIRA
- Transporte: HENRIQUE TABORDA
- Impressão: JOAQUIM FELÍCIO

MARIA BEATRIZ ROCHA-TRINDADE • RUI JACINTO

ANA PAULA CORDEIRO • ANTÓNIO SANTOS

O FENÓMENO MIGRATÓRIO NA REGIÃO CENTRO

Regresso e Reinserção na Diocese de Coimbra

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
SECRETARIA DE ESTADO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
CARITAS DIOCESANA DE COIMBRA

COIMBRA 1987

ÍNDICES

ÍNDICE DE MATÉRIAS

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS	IX
NOTA DE APRESENTAÇÃO	XV
EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO	XIX
I. O ESTUDO: LOCALIZAÇÃO E MÉTODO	
1. Introdução	3
2. A Diocese de Coimbra: o Contexto Económico e Social, Pano de Fundo das Migrações	
2.1. A Diversidade do Território	6
2.2. A Diversidade Económica e Social	10
3. Notas Metodológicas	
3.1. Campo de Investigação	24
3.2. Quadro Geográfico da Realização do Inquérito	27
3.3. Questionário como Instrumento Privilegiado da Recolha de Informação	31
3.4. Formação dos Entrevistadores	32
3.5. Informação Recolhida	34
3.6. Codificação e Tratamento dos Dados	34
II. O FENÓMENO MIGRATÓRIO NA DIOCESE DE COIMBRA	
4. Evolução Demográfica	39
5. Enquadramento Geral do Fenómeno Migratório	45
6. O Fenómeno Migratório no Universo da Amostra	
6.1. Caracterização da Amostra	49
6.2. Emigração e Regresso	53
6.3. O Emigrante Regressado: Motivos de Regresso	60

III. ITINERÁRIO MIGRATÓRIO E MOBILIDADE SOCIOECONÓMICA

7. Mobilidade Geográfica	65
8. Emprego e Mobilidade Socioprofissional	68
9. Proveniência dos Rendimentos, Remessas e Aplicação das Poupanças	
9.1. Proveniência dos Rendimentos	77
9.2. Remessas	81
9.3. Aplicação das Poupanças	84
10. Regresso e Percepção das Transformações Económicas	87
11. Emigração e Desenvolvimento	91

IV. O REGRESSO: CONSEQUÊNCIAS NO PLANO FAMILIAR E NO ESPAÇO COMUNITÁRIO

12. Considerações Gerais	97
13. Estrutura Familiar	98
14. Problemas Encontrados no Regresso	
14.1. Informação e Apoio	107
14.2. Impressões Sentidas nos Domínios do Apoio Social e do Enquadramento Cultural	108
14.3. Carências Reconhecidas	110
15. Avaliação da Justeza da Decisão de Regressar	111
16. Atitudes em Relação aos Países de Imigração	112
17. Ocupações dos Tempos Livres	114
18. Conclusões	115

V. NOVAS IMPLICAÇÕES PASTORAIS DAS MIGRAÇÕES

19. Contexto Religioso das Migrações	119
20. Análise dos Resultados numa Perspectiva Pastoral	
20.1. Que Igreja em Portugal?	120
20.2. Carências Actuais no Campo Religioso	123
20.3. Passado Próximo e Distante do Regressado	123

20.4. Migração e Celebração Religiosa	130
20.5. Disponibilidade para Colaborar com o Páraco	131
20.6. Expectativa do Regresso Face à Igreja	133
20.7. A Pastoral do Grande Regresso	135
21. Reflexões Finais	136
POSFÁCIO	141
VI. BIBLIOGRAFIA	143
VII. ANEXOS	161
. Inquérito: Questionários A e B	163
. Súmula Estatística	173

ÍNDICE DE FIGURAS

1. A Diocese no contexto do País e da Região Centro	5
2. Os Concelhos da Diocese	5
3. PIB agrícola	11
4. Taxa de actividade (1970)	12
5. Taxa de actividade (1981)	12
6. População activa no sector primário (1970)	13
7. População activa no sector primário (1981)	13
8. População activa no sector secundário (1970)	15
9. População activa no sector secundário (1981)	15
10. População activa no sector terciário (1970)	16
11. População activa no sector terciário (1981)	16
12. Número de explorações com mais de 5 ha (1979)	17
13. Superfície das explorações com mais de 5 ha	17
14. Superfície média das explorações (1968)	18
15. Superfície média das explorações (1979)	18
16. Número de blocos por exploração (1968)	19
17. Número de blocos por exploração (1979)	19
18. Número de estabelecimentos industriais	20
19. Valor bruto da produção industrial (1980)	20
20. População servida por abastecimento de água (1981)	22
21. População servida por rede de esgotos (1981)	22
22. Partos sem assistência médica (1979)	23
23. Taxa de mortalidade infantil (1979)	23
24. Concelhos e freguesias onde se realizou o inquérito A	28
25. Densidade da População	40
26. Evolução da população nos Concelhos da Diocese de Coimbra (1864-1950)	40
27. Evolução da população nos Concelhos da Diocese de Coimbra (1864-1981)	41
28. Evolução da população nos Concelhos da Diocese de Coimbra (1950-1981)	41
29. Evolução da população nos Concelhos da Diocese de Coimbra (1960-1970)	42
30. Evolução da população nos Concelhos da Diocese de Coimbra (1970-1981)	42

31. Coeficiente de dependência (1970)	44
32. Coeficiente de dependência (1981)	44
33. Evolução e destino da emigração na Diocese de Coimbra	46
34. Frequência emigratória (1955-1974)	46
35. Emigração para França relativamente à emigração total segundo o Concelho de origem (1955-1974)	47
36. Emigração para os países não europeus relativamente à emigração total segundo o Concelho de origem (1955-1974)	47
37. Forma de emigração	56
38. Mês de emigração e de regresso	57
39. Ano de emigração e de regresso	57
40. Emigração, retorno e mobilidade geográfica	67
41. Emigração e mobilidade socio-profissional: profissão antes de emigrar e enquanto emigrante	71
42. Mobilidade profissional enquanto emigrante: primeira e última profissão	71
43. Retorno e mobilidade socio-profissional: profissão enquanto emigrante e a actual	72
44. Emigração, retorno e mobilidade socio-profissional: profissão antes de emigrar e após o regresso	72
45. Importância das transferências privadas internacionais nas remunerações por conta de outrém	82
46. Importância das transferências privadas internacionais no total dos recursos	82

INDICE DE QUADROS

I. A POPULAÇÃO ESTUDADA

1. Inquiridos por concelho	29
2. Idade dos inquiridos por concelho	50
3. Idade dos inquiridos por freguesia	51
4. Número de inquiridos segundo o sexo por concelho	50
5. Número de inquiridos segundo o estado civil por concelho	52
6. Número de inquiridos segundo os países receptores	54
7. Forma de emigração segundo o ano de partida	56
8. Situação socioprofissional dos emigrantes regressados segundo a estrutura etária	69
9. Itinerário migratório e mobilidade socioprofissional	69
10. Situação socioprofissional antes e após a emigração segundo o concelho de residência	69
11. Relação entre a profissão antes de emigrar e a profissão enquanto emigrante	70
12. Situação socioprofissional antes e enquanto emigrante segundo o país	70
13. Relação entre a primeira e a última profissão enquanto emigrante	70
14. Motivo de regresso segundo a profissão enquanto emigrante	73
15. Anos de permanência no estrangeiro segundo a profissão enquanto emigrante	73
16. Relação entre a profissão actual e a profissão enquanto emigrante	74
17. Relação entre a profissão actual e a profissão antes de emigrar	74
18. Proveniência dos rendimentos antes e depois de emigrar segundo o concelho	79
19. Proveniência dos rendimentos antes de emigrar segundo os motivos de emigração	80
20. Proveniência dos rendimentos actuais segundo os motivos de regresso	80
21. Proveniência dos rendimentos actuais segundo o país de emigração	80

22. Rendimentos das Famílias (1979)	83
23. Aplicação das poupanças dos emigrantes	85
24. Aplicação das poupanças segundo o concelho de residência	86
25. Aplicação das poupanças segundo o país	86
26. Impressões após o regresso segundo o concelho de residência	88
27. Impressões após o regresso segundo o país de imigração	88
28. Impressões após o regresso segundo os motivos de regresso.	88
29. Impressões após o regresso segundo a idade	89
30. Carências actuais segundo o concelho de residência	89
31. Carências actuais segundo o país de emigração	89
32. Carências actuais segundo o sexo	90
33. Carências actuais segundo a idade	90
34. Carências actuais segundo os motivos de regresso	90
35. Agregados familiares segundo o número de filhos	99
36. Número de filhos segundo o sexo	99
37. Número de filhos segundo a idade	101
38. Número de filhos segundo o estado civil	101
39. Residência actual dos filhos	102
40. Número de agregados dos familiares com filhos a residir em Portugal e no Estrangeiro	103
41. Número de filhos residentes em Portugal segundo o concelho	105
42. Número de filhos residentes no Estrangeiro segundo o País	105
43. Estudos realizados pelos filhos em Portugal	106
44. Estudos realizados pelos filhos no Estrangeiro	106
45. Impressões no campo religioso após o regresso	121
46. Carências no campo religioso segundo a idade dos inquiridos	124
47. Carências no campo religioso segundo o país de emigração	125
48. Participação em actividades religiosas segundo o concelho	127
49. Disponibilidade em colaborar com o Pároco segundo a idade	130
50. Expectativas para com a Igreja	132

II. A DIOCESE DE COIMBRA: SÚMULA ESTATÍSTICA (em anexo)

1. A Diocese: superfície, número das freguesias e densidade da população	173
2. Repartição do PIB por sectores (1970)	174
3. Repartição da população por sectores de actividade (1970)	175
4. Repartição da população por sectores de actividade (1981)	176

5. Repartição percentual da população por sectores de actividade (1970 e 1981)	177
6. Número de explorações segundo a sua dimensão (1979)	178
7. Superfície das explorações segundo a sua dimensão (1979)	179
8. Explorações segundo a sua dimensão (1979 %)	180
9. Número e superfície média dos blocos (1979)	181
10. Número de blocos por exploração e superfície média das explorações (1968 e 1979)	182
11. Indústria: número de estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto da produção industrial (1980)	183
12. População servida por infraestruturas básicas (1981)	184
13. Saúde: partos sem assistência médica, taxa de mortalidade infantil (1979)	185
14. População nos concelhos da Diocese de Coimbra (1864-1981)	186
15. Evolução da população nos concelhos da Diocese de Coimbra (1864-1981 %)	187
16. População nos concelhos e freguesias onde se realizaram inquéritos (1864-1981)	188
17. Estrutura etária da população nos concelhos da diocese de Coimbra (1970-1981)	189
18. Estrutura etária da população nos concelhos da Diocese de Coimbra (1970-1981 %)	190
19. Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra (1955-1984)	191
20. Frequência emigratória e principais destinos dos concelhos da Diocese	192
21. Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra segundo o país de destino: França (1955-1974)	193
22. Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra segundo o país de destino: Alemanha (1955-1974)	194
23. Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra segundo o país de destino: Brasil (1955-1974)	195
24. Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra segundo o país de destino: Venezuela	196
25. Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra segundo o país de destino: Canadá e Estados Unidos (1955-1974)	197
26. Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra segundo o país de destino: total da Europa (1955-1974)	198
27. Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra segundo o país de destino: total dos países não europeus (1955-1974)	199

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Como "fenómeno estrutural" da sociedade portuguesa, com importantes implicações em todos os seus domínios, compreende-se que o fenómeno migratório venha merecendo a melhor atenção de muitos estudiosos, tanto nacionais como estrangeiros.

Nas suas várias abordagens, tem-se tratado de contributos com a maior relevância para o conhecimento de uma realidade que só pode ser entendida na sua globalidade, sob pena de se ficar com uma explicação limitada da sua origem, das suas inter-relações e dos seus efeitos. Inserindo-se a "cadeia migratória" no espaço internacional, trata-se, além disso, de um fenómeno cujo estudo não pode ficar confinado às realidades do nosso país.

O interesse de proceder a estas análises mais alargadas não exclui, todavia, o interesse e a necessidade de proceder a análises mais localizadas, em termos sectoriais e regionais. Assim acontece, designadamente, em relação a análises que procuram ter em conta a atitude dos participantes no fenómeno migratório, requerendo uma maior aproximação aos actores intervenientes no processo.

O estudo que agora se apresenta debruça-se sobre o conjunto dos concelhos da diocese de Coimbra, com a análise a partir de oito dos seus concelhos. Trata-se assim de uma análise relativamente localizada, contudo num espaço de apreciável diversidade tanto em termos económicos e sociais, ligada às diferentes condições do seu litoral e do seu interior, como em termos migratórios. Tem portanto um apreciável grau de representatividade, levando a que as conclusões do estudo sejam relevantes também para o conhecimento do comportamento do fenómeno migratório no conjunto na Região Centro e mesmo do País.

Uma análise desta índole requeria, desde logo, uma caracterização correcta da área onde o fenómeno tem lugar, tarefa a que os autores do trabalho dedicaram a sua primeira atenção. Dedicam depois algum espaço à explicação da metodologia seguida, com grande relevo para a utilização de inquéritos, única forma de conhecer a perspectiva dos actores do fenómeno migratório. Nos capítulos seguintes, com base nos resultados apurados, procedeu-se à análise do fenómeno - itinerários de partida e de regresso - com as suas consequências no plano familiar e no espaço comunitário. Os dados referentes à população escolar descendente de emigrantes, pela natureza específica da situação que a caracteriza merecerá uma análise individualizada, a aparecer ulteriormente em publicação complementar.

Tratava-se, com toda esta investigação, de um trabalho de grande exigência, a levar a cabo por especialistas também com outras solicitações. Assim se explica a demora na sua elaboração, chegando-se porém a um resultado que de outra forma não poderia ser conseguido.

Neste trabalho, cumpre-me salientar a colaboração de elementos exteriores à Comissão de Coordenação, designadamente dos Professores Maria Beatriz Rocha-Trindade e António Santos (ainda, numa fase complementar, do Prof. Jorge Arrosteia); mas não quero deixar de sublinhar também o contributo do Dr. Rui Jacinto e de outros técnicos e colaboradores da Comissão (designadamente da Dr^a. Ana Paula Cordeiro), verificando-se desta forma, além de um enriquecimento assinalável resultante das participações multidisciplinares referidas acima, mais um bom exemplo dos frutos que podem resultar da colaboração de diferentes instituições, neste caso de naturezas bem diversas, mas empenhadas todas elas no conhecimento aprofundado de uma realidade social que queremos ver valorizada.

Prof. Doutor Manuel Carlos Lopes Porto

EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO

EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO

- . **Ana-Paula Cordeiro**, Técnica de Investigação associada ao Projecto.
- . **António Santos**, Vice-Reitor e Professor do Seminário de Lamego; Responsável do Secretariado Diocesano das Migrações/Lamego.
- . **Jacira Ascensão** e **Rosário Soares**, Técnicas de Serviço Social, Secretariado Diocesano/Caritas Diocesana de Coimbra.
- . **Jorge Arroteia**, Professor Associado da Universidade de Aveiro.
- . **Maria Beatriz Rocha-Trindade**, Investigador do Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa; Professora Associada do IPED/Projecto Universidade Aberta.
- . **Rui Jacinto**, Chefe de Divisão do Plano Regional/Comissão de Coordenação da Região Centro; Assistente da Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra.

O projecto de investigação e o plano de desenvolvimento da pesquisa foram elaborados pela equipa de investigação. A mesma equipa elaborou os inquéritos, considerados instrumentos privilegiados de recolha de informação e formou os inquiridores que o efectuaram.

O trabalho de terreno foi coordenado por Jacira Ascensão e Rosário Soares; a programação e acompanhamento do processo informático devem-se a Luís Pedroso de Lima e João Brandão Soares; a codificação dos questionários foi concebida por Rui Jacinto e Ana-Paula Cordeiro, que orientaram todo o tratamento dos dados, tendo esta última introduzido toda a informação em computador; Fernando Ribeiro e João Medeiros participaram na organização da parte gráfica.

A presente publicação é da responsabilidade de Maria Beatriz Rocha-Trindade e de Rui Jacinto.

PARTE I

O ESTUDO: LOCALIZAÇÃO E MÉTODO

Rui Jacinto

Maria Beatriz Rocha-Trindade

Ana Paula Cordeiro

I - INTRODUÇÃO

Evidenciando na sociedade portuguesa uma permanência estrutural desde o início da expansão colonial no século XV, com profundas implicações económicas e sociais, as migrações manifestaram ao longo dos tempos, intensidades e sentidos diferentes nas variadas formas que foram assumindo (V.M.Godinho, 1978; M.H.Pereira, 1981). O seu impacte foi diversificado e intenso em variados sectores da vida do país, apresentando desigual importância (qualitativa e quantitativa) quando analisado à escala regional e local (J.Serrão, 1972; C.C.Almeida e A.Barreto, 1976; M.B.Rocha-Trindade, 1976).

Sabendo-se as áreas de origem e o destino dos migrantes facilmente se depreende a relação existente entre o fenómeno migratório e as desigualdades intraregionais, interregionais e internacionais que caracterizam as populações do mundo actual; as migrações são pois, em certa medida, uma consequência dos desiguais níveis de desenvolvimento que não cessam de aumentar desde o início da Revolução Industrial (D.Noin, 1979, p.253). Na realidade, a mobilidade geográfica anda intimamente associada ao processo de desenvolvimento, particularmente aos processos de urbanização, industrialização e modernização e são consideráveis as diferenças que apresentam no espaço e no tempo (H.M.Stahl, 1979).

Pelo número de pessoas envolvidas, pelo impacte produzido e pelas repercussões socioeconómicas que certamente ainda virá a acarretar, a análise da evolução verificada no último quarto de século assume particular relevo. Neste período, os movimentos manifestam dois destinos principais: o interior do país, onde as migrações internas, orientadas das áreas rurais e periféricas se dirigem para os principais centros urbanos e distritos industrializados do litoral (A.Alarcão, 1969; M.B.Rocha-Trindade, 1985; J.F.Almeida, 1986, pp. 111-119), particularmente Lisboa e Setúbal, e o espaço internacional onde a emigração para a Europa passa a assumir maior relevo.

Estas duas formas migratórias conheceram na segunda metade do século XX vários ciclos e mudanças com duas rupturas fundamentais no seu processo de desenvolvimento: a primeira, no início dos anos 60, com a inversão do sentido das deslocações do Brasil para o continente europeu; a segunda, reflexo da recessão económica de 1973-74 e da consequente aplicação de políticas restritivas à imigração pelos países receptores, traduziu-se por uma forte diminuição do número de emigrantes a partir deste último ano.

A emigração portuguesa para a Europa surge como "resultado da debilidade económica, caracterizada pelo atraso do sector industrial do país em relação a outros países europeus e pela baixa produtividade do sector primário. O fluxo de mão-de-obra para o exterior já não é consequência de uma política activa virada para o futuro, mas, pelo contrário, é uma resposta passiva a condições económicas desfavoráveis, às quais os emigrantes respondem procurando um meio de subsistência no estrangeiro" (M.Silva, 1984, p.21). Consequentemente, a emigração traduziu-se na drenagem de recursos humanos para os centros economicamente mais fortes. Ainda que considerada por algumas correntes de pensamento como factor de regulação do mercado de trabalho à escala internacional, com vantagens para ambas as regiões (as de acolhimento e as de saída), a emigração revelou-se de facto, um factor cerceador do desenvolvimento e deverá ser apontada como exemplo, entre outros, de crescimento económico com empobrecimento, no que respeita aos países de origem (Zelinsky cit. por P.E.O., 1981, p.27).

O retorno, que começou a verificar-se entre os portugueses emigrados na Europa com particular relevo no início dos anos 80, esteve na base dos interesses que motivaram o presente estudo. A preocupação de conhecer com fundamento esta realidade justificou o lançamento e concretização deste projecto, que teve o apoio técnico e logístico de entidades cujos tipos de actuação e a natureza de interesses são diferentes, mas em que as preocupações neste domínio são coincidentes; a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, a Cáritas Diocesana de Coimbra/Secretariado Diocesano das Migrações e a Comissão de Coordenação da Região Centro. O estudo do regresso de emigrantes e o conhecimento das situações relacionadas com a sua reinserção regional e local foi assim considerado oportuno, pelo interesse que revela para a definição de políticas e de acções que conduzam ao desenvolvimento económico e social.

A Diocese de Coimbra que corresponde à área estudada (figs.1 e 2), é constituída por 26 concelhos que se repartem pelos Distritos de Aveiro (um), Viseu (um), Santarém (um), Leiria (seis) e Coimbra (dezassete), o que corresponde à totalidade dos concelhos que a formam.

Analisar problemas associados à emigração, fenómeno social complexo, implica uma abordagem ampla e pluridisciplinar, só tornada possível pelo concurso de pessoas com formações heterogéneas e diferentes experiências profissionais e, consequentemente, com diversas perspectivas sobre o tema.

Como ficou dito, o quadro económico e social do país de origem dos emigrantes e, por maioria de razão, o quadro regional em que viviam é uma das importantes faces do complexo poliedro que são as migrações, com as quais mantém uma estreita relação de causalidade. A sua abordagem inicial pretende fornecer o pano de fundo

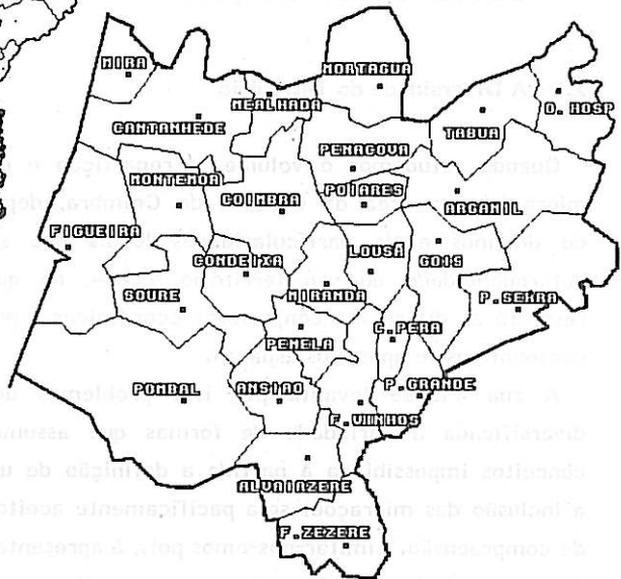
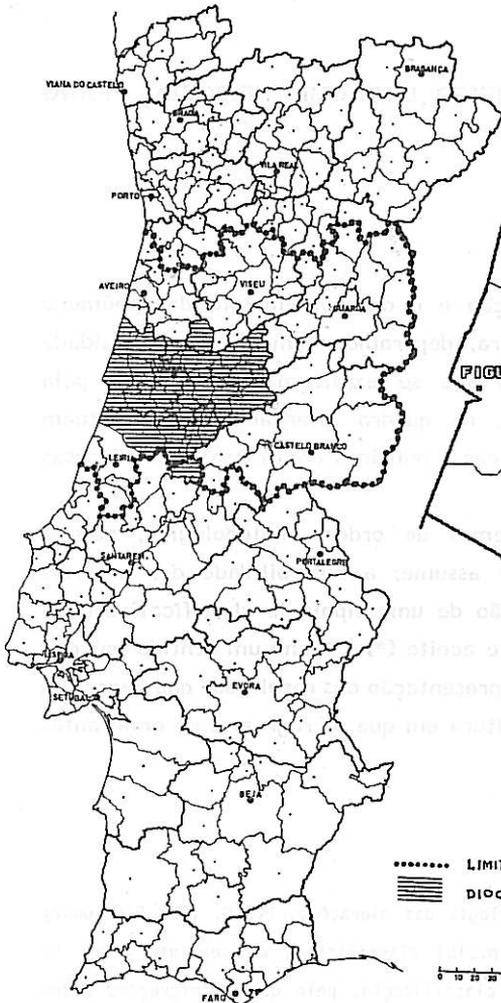


Fig. 2 — Os concelhos da Diocese

Fig. 1 — A Diocese no contexto do País e da Região Centro

que está subjacente às migrações da Diocese, já que são analisadas as variações e desequilíbrios que se verificam a nível espacial e as transformações sócio-económicas verificadas nos tempos mais recentes. Seguidamente, analisa-se a forma como o processo migratório da Diocese se enquadra no contexto do Continente, bem como o perfil do emigrante regressado.

As mudanças e as transformações económicas e sociais mais significativas, protagonizadas pelas pessoas implicadas na trajectória emigração-retorno, são desenvolvidas nos capítulos seguintes.

2 - A DIOCESE DE COIMBRA: O CONTEXTO ECONOMICO E SOCIAL, PANO DE FUNDO DAS MIGRAÇÕES

2.1 - A Diversidade do Território

Quando estudamos o volume, a repartição e o desenvolvimento do fenómeno migratório na área da Diocese de Coimbra, deparamos com grande diversidade de destinos e de particularidades locais que se explicam internamente pela heterogeneidade do seu território e que, no quadro internacional, constituem resposta às diferentes conjunturas económicas e políticas com estratégias diversas consoante os tempos e os espaços.

A sua análise levanta por isso problemas de ordem metodológica, pois é diversificada a variedade de formas que assume; a mutabilidade dos próprios conceitos impossibilita à partida a definição de uma tipologia classificativa onde a inclusão das migrações seja pacificamente aceite (*) e tenha um sentido unívoco de compreensão. Limitar-nos-emos pois, à apresentação dos resultados que decorrem de um estudo localizado no tempo, numa altura em que os regressos de emigrantes

(*) Numa tentativa de estabelecer uma tipologia das migrações, P.E.O. (The Dictionary of Human Geography, Blackwell, Oxford, 1981, p.218) classifica-as do seguinte modo: "a escala torna-se um critério essencial para a classificação, pelo que as migrações podem ser internacionais, interregionais, interurbanas, rural/urbanas ou intraurbanas".

Outros critérios incluem o tempo (temporárias/permanentes); a distância (longas/curtas); a tomada de decisão (voluntárias/forçadas); o número de pessoas envolvidas (individuais/de massas); a organização social dos migrantes (familiar/clã/individual); a organização política (forçadas/livres); causas (económicas/sociais) e objectivos (conservadores/inovadores).

provocaram grande expectativa por parte dos governantes e dos responsáveis por organismos que, no quadro dos seus objectivos de actuação, tinham em vista acções de desenvolvimento económico e o bem-estar social das populações.

A particular atenção que vai ser dada à emigração para o estrangeiro, em detrimento das migrações internas, é fruto do impacte e repercussões que aquele tipo de mobilidade continua a ter nesta área do Centro Litoral e que, visivelmente, superam os efeitos dos movimentos no interior do país. A sua caracterização geral não será exaustiva já que sobre o tema e área existe vasta bibliografia publicada por diferentes autores e entidades. (*)

O quadro físico como factor condicionante da implantação e distribuição das actividades económicas e sociais é um dos elementos que contribui para a interpretação da diversidade local e para a explicação de alguns aspectos que as migrações assumem. A sua contribuição para a grande diversidade humana, paisagística e ambiental é testemunhada pela diferença com que os vários autores traçam os limites das subregiões que constituem a Diocese. Nestes trabalhos (A.Girão, 1933, pp.17-82; F.Martins, 1940, pp.261-274; J. Gaspar, 1970), as diferentes unidades foram individualizadas em função do meio físico (onde a orografia, a geologia e o clima são determinantes; Rebelo, 1984, pp.3-19) e do meio socio-económico.

No território da Diocese destacam-se as seguintes subregiões principais: as areias da Gândara, os barros e calcários margosos da Bairrada, os aluviões do campo e as colinas do monte no Baixo Mondego, os calcários de Sicó, localizados no litoral; as serras da Cordilheira Central, alguns vales e retalhos do planalto da Beira, no interior. Cada uma destas subregiões apresenta recursos específicos e características próprias traduzidas em diferentes formas de ocupação e organização do espaço, tais como o povoamento, a distribuição da população e das actividades económicas (indústria, serviços e, particularmente, a agricultura).

O meio físico, enquanto factor determinante na localização de certas actividades económicas foi, em certas áreas, um elemento positivo, enquanto noutras foi um elemento restritivo ao desenvolvimento. Entre as vantagens apontamos o aproveitamento de diversos recursos, tais como os solos, os hídricos, os

(*) - A Comissão de Coordenação da Região Centro vem publicando vários estudos sobre a área, que fornecem ampla informação neste domínio.

energéticos, (*) os minerais (metálicos e não metálicos) e a floresta (**), que proporcionaram desde as fases pré-industrial à actual, a localização de vários tipos de indústria em diferentes locais da Diocese. Entre as desvantagens pode apontar-se a pobreza dos solos em certas áreas e os declives acentuados, que condicionam a actividade agrícola ou a sua mecanização, particularmente no interior; a ocupação dos baldios, a par de um maior aproveitamento da aptidão natural das áreas de montanha do interior para a floresta proporcionou, a partir dos finais do século passado, a expansão de silvicultura, enquanto no litoral costeiro o tipo e características do solo limitou a sua colonização a épocas relativamente recentes (F.Craividão, 1985).

Em virtude da evolução e alterações recentes verificadas na área em análise, a estrutura de povoamento é um aspecto relevante caracterizado por uma concentração demográfica em lugares de maior dimensão que correspondem, normalmente, às sedes de concelho, enquanto se verifica a estagnação ou decadência em muitas aldeias, sobretudo as localizadas em áreas remotas e periféricas relativamente aos principais eixos viários.

A localização industrial conheceu nesta área uma progressiva libertação dos factores naturais (cursos de água, minas, florestas) que passaram "a ser induzidos por factores essencialmente humanos e socio-culturais (meios de transporte,

(*) - Beira Central ou Beira Alta é a terra montanhosa e pastoril, onde os rios fixaram as primeiras formas de indústria de lanifícios (águas límpidas e energia motriz de rodas)", in Ribeiro, Orlando, *Introdução Geográfica à História de Portugal*; Lisboa, I.N.C.M., 1983, p. 151.

Foi esta, aliás, a causa da localização de indústrias de lanifícios em Castanheira de Pêra e em "Góis e Foz de Arouce (Rio Ceira), da Ponte de Espinhal (Ribeira do Espinhal) e de Pelão-Soure (Rio Soure)" ou da indústria do papel em "Penedo-Lousã (Ribeira de S. João), do Porto do Boque-Serpins (Rio Ceira) e da Ponte do Sótão (Rio Sótão)" in Mendes, J.M. Amado - *A Área Económica de Coimbra. Estrutura e Desenvolvimento Industrial, 1867-1927*. Coimbra, 1984, pp.286-287.

Sobre a história económica e social desta área são ainda de referir:

Oliveira, António de - *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*; Coimbra, 1971. Roque, João Lourenço - *Classes Populares no Distrito de Coimbra no Século XIX (1830-1870)*; Coimbra, 1982. Coelho, Maria Helena da Cruz - *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média (Estudo da história rural)*; Coimbra, 1983.

(**) - Estes factores foram importantes na localização de outros ramos com destaque para as cerâmicas e o tratamento das resinas e das madeiras.

mercados e equipamento social e educacional)" (J.A.Mendes, 1984, p.295), o que de algum modo concorreu para a mudança apontada. Também o processo de industrialização conheceu algumas particularidades quando o comparamos com "outras áreas do país ou de vários outros países", surgindo desfazada, "quer por se ter verificado tardiamente, quer pela sua fraca intensidade. Por este facto, "advieram algumas consequências negativas, tanto em termos de progresso económico como da necessidade de "exportação" de mão de obra para outras áreas, nacionais e estrangeiras, através de surtos migratórios e emigratórios" (J.A.Mendes, 1984, p.389).

Simultaneamente, assiste-se a significativas alterações no tradicional padrão de consumo de bens e serviços das populações; este fenómeno, a que a emigração não é alheia, originou uma apreciável expansão e desenvolvimento do parque habitacional e do sector terciário nas sedes de concelho, com o consequente aparecimento de maior número e variedades de comércio e serviços tanto públicos (administração local, central e empresas públicas) como privados.

Apesar de a localização da Diocese de Coimbra se verificar no espaço mais desenvolvido (*) e de maior acessibilidade potencial do território do Continente, os principais eixos viários que a atravessam (EN 1, EN 17 e linha Norte) privilegiaram e potenciaram estas áreas, particularmente determinados nós. Este facto ajudou a acentuar os desequilíbrios internos no espaço da Diocese, nomeadamente entre o interior e o litoral, que apresenta vantagens locativas mais evidentes; ainda entre os lugares que se localizam em áreas periféricas e intersticiais e os que se localizam ao longo dos principais eixos de comunicação.

O processo de desenvolvimento verificado nesta área tem vindo a conhecer um progressivo agravamento das suas assimetrias internas, situação idêntica à que se verifica em maior escala entre as diferentes regiões tanto no nosso país como entre estas e a dos restantes países da CEE. O dinamismo evidenciado na última década, (1970), tendo por base o aproveitamento dos recursos endógenos, foi protagonizado por certos agentes em locais bem determinados (Arganil, Cantanhede, Pombal, p. ex.) e através de iniciativas inovadoras (Castanheira de Pêra). Embora a resposta tivesse sido a possível, não teve até agora a força suficiente para contrariar a referida tendência.

(*) - Os distritos de Braga a Setúbal, com pouco mais de um quarto da superfície total do Continente, contêm dois terços (65,3%) da população e neles tem origem quase quatro quintos (78,7%) do PIB e nove décimos (89,8%) do produto da indústria transformadora (M.Porto, 1980); relativamente ao Continente a Diocese representa 6,6% da superfície e 6,2% da sua população.

Nos nove concelhos do grupo mais litoral (*) que ocupam 44,1% da superfície da Diocese, reside 49,4% da população e neles tinha origem 78,9% do PIB em 1970; no entanto, uma análise mais pormenorizada entre estes concelhos do litoral (ao nível de freguesia) evidenciaria igualmente grandes desigualdades internas, particularmente nos que apresentam índices emigratórios mais elevados (Soure, Pombal e Cantanhede, por exemplo).

Em síntese: as considerações feitas distinguem áreas onde existem problemas, recursos e dinamismos diferentes dividindo a Diocese em zonas que se caracterizam por níveis de desenvolvimento, mais favoráveis entre os concelhos do litoral, enquanto os do interior, com características físicas mais adversas, se apresentam menos dinâmicos e mais carentes.

2.2 - A Diversidade Económica e Social

Recorrendo aos indicadores disponíveis ao nível de concelho e que seguidamente apresentamos, procura-se fornecer o quadro económico e social da área em estudo reforçando-se, através desta análise mais desagregada, o que ficou dito sobre os contrastes e a diversidade que este espaço encerra.

A agricultura representa o sector mais importante da estrutura produtiva da Diocese, tanto em termos de produto como da mão-de-obra que ocupa (figs. 3 e 4). Em 1970 o produto agrícola representava mais de 50% do produto total em 15 dos 20 concelhos (fig.5); a sua importância só diminuía naqueles onde a indústria ou os serviços conhecem uma implantação mais significativa (Figueira da Foz, Coimbra, Lousã e Castanheira de Pêra).

Na mesma data, a agricultura ainda ocupava mais de 45% da população activa da Diocese que com a expansão dos sectores dos serviços e da indústria na década seguinte baixou para 29,4% (figs. 6 e 7).

No entanto, certos concelhos das serras calcárias (Alvaiázere, Pombal), e da Cordilheira Central (Góis, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Pampilhosa da Serra, Ferreira do Zêzere, Mortágua) e alguns no litoral (Mira, Cantanhede), registam em 1981 valores elevados, superiores a 45% (fig. 7).

(*) - Consideraram-se no litoral os seguintes concelhos: Mira, Cantanhede, Mealhada, Figueira da Foz, Soure, Montemor-o-Velho, Coimbra, Condeixa e Pombal. Os restantes 17 concelhos formam o interior.

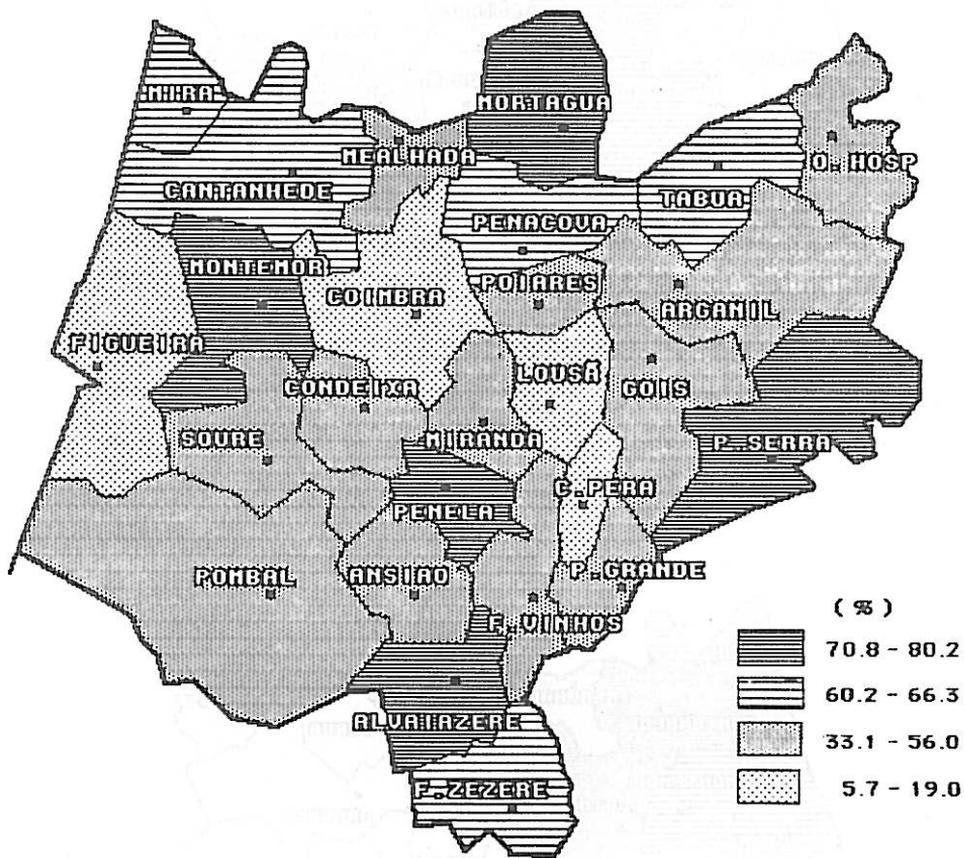


Fig. 3 — PIB agrícola (1970)

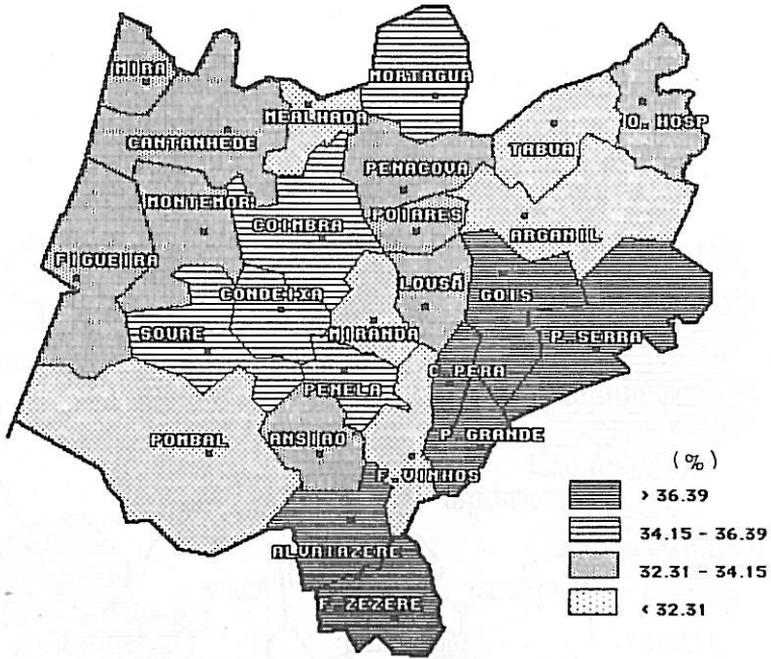


Fig. 4 — Taxa de actividade (1970)

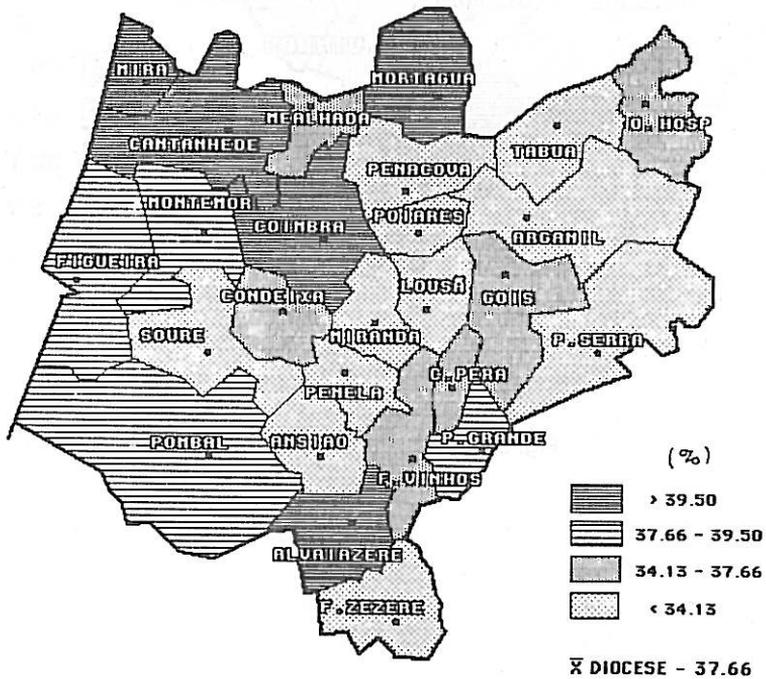


Fig. 5 — Taxa de actividade (1981)

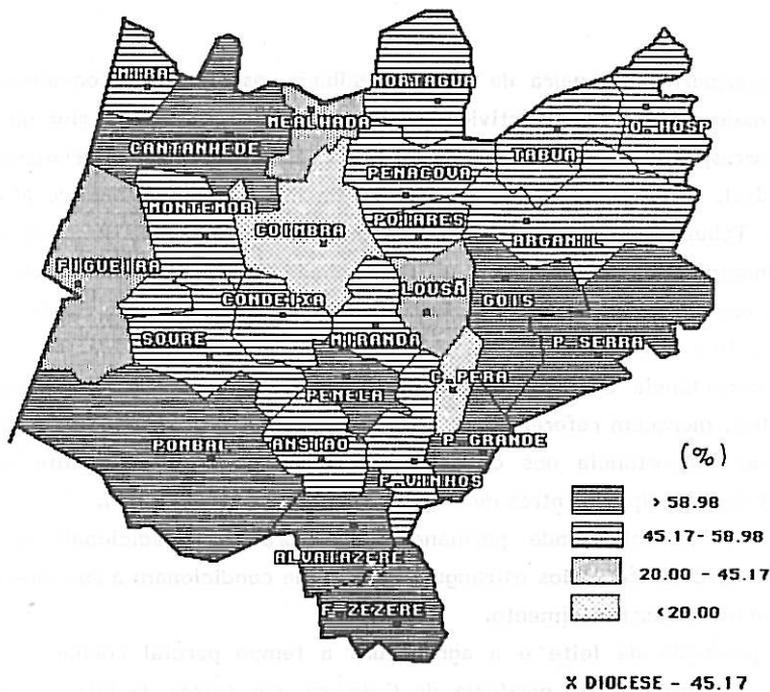


Fig. 6 — População activa no sector primário (1970)

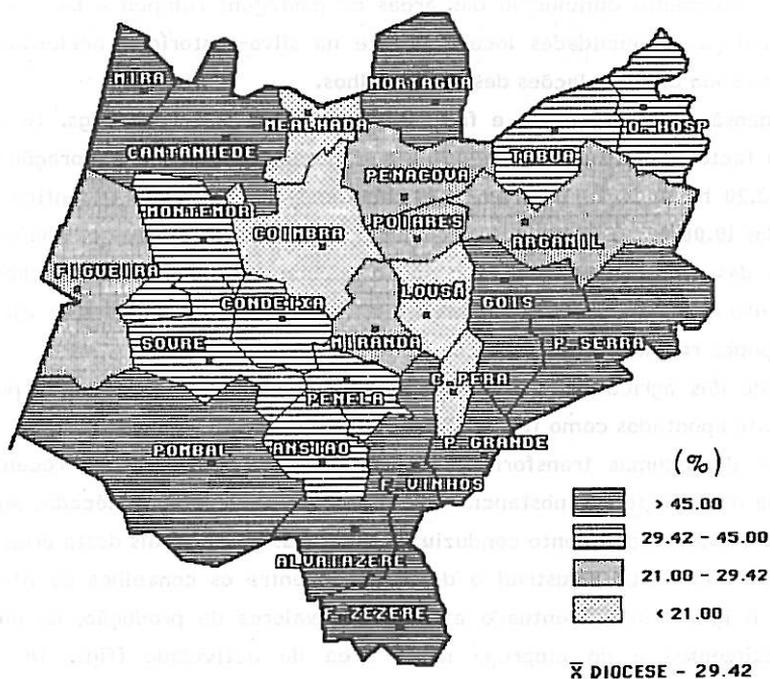


Fig. 7 — População activa no sector primário (1981)

Se exceptuarmos Figueira da Foz e Mealhada, os restantes concelhos onde se regista maior ocupação na actividade industrial situam-se no interior da Diocese, o que corresponde a formas e a gerações de industrialização diferentes: Oliveira do Hospital, Arganil, Lousã e Castanheira de Pêra além de Ansião, Miranda do Corvo e Tábua (figs. 8 e 9). Os valores mais baixos encontram-se nos concelhos predominantemente agrícolas (Mira, Cantanhede, Pampilhosa da Serra, etc.) ou naqueles que se localizam na periferia de Coimbra onde o sector terciário representa 63% (figs. 10 e 11).

Pela importância social e económica de que se reveste para grande número de famílias, merecem referência as diferentes formas de pluriactividade existentes com maior importância nos concelhos do litoral e particularmente nas áreas próximas dos principais centros de emprego (C.Cavaco, 1985, 1986).

O sector agrícola, onde permanecem as práticas tradicionais e de pura subsistência, conhece vários estrangulamentos que condicionam a sua modernização e limitam o seu desenvolvimento.

Se a produção de leite e a agricultura a tempo parcial conheceram grande expansão no litoral e na periferia de Coimbra, nas serras do interior (concelhos de Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, etc.) foi a floresta que mais se expandiu relegando a agricultura para uma posição subsidiária e marginal. A sua expansão com a consequente diminuição das áreas de pastagens rompeu a base económica tradicional das comunidades locais assente na silvo-pastorícia, acelerando, dessa forma, o êxodo das populações destes concelhos.

A dimensão (figs. 12 a 15) e fragmentação das explorações (figs. 16 e 17) são também factores limitativos: em 1968, a dimensão média das explorações na área era de 2.20 ha e de 2.76 ha em 1979. Mantendo uma estrutura idêntica nos anos analisados (9.08 era o número de blocos por exploração) destacamos apenas o facto da área das explorações aumentar nos concelhos de maior taxa de arborização; semelhante estrutura aparece muitas vezes associada a dificuldades de vária ordem e à sua pouca rendibilidade.

A idade dos agricultores e o seu nível de escolaridade e formação podem ser igualmente apontados como factores impeditivos da evolução do sector.

Apesar de algumas transformações que a agricultura conheceu recentemente, ela ainda não apresenta substanciais modificações em relação a décadas anteriores, em que o subdesenvolvimento conduziu ao êxodo das zonas rurais desta área.

Do ponto de vista industrial o desequilíbrio entre os concelhos do litoral e do interior é igualmente acentuado através dos valores de produção, do número de estabelecimentos e do emprego nesta área de actividade (figs. 18 e 19); a implantação sectorial (I.Pinho e A.Rocha, 1984; A.Reis, I.Boura e R.Jacinto, 1984)

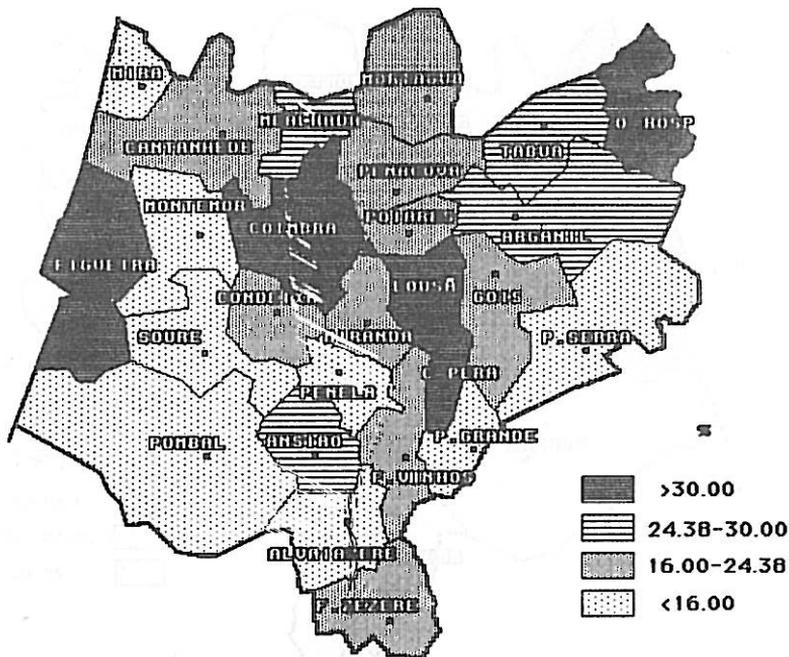


Fig. 8 — População activa no sector secundário (1970)

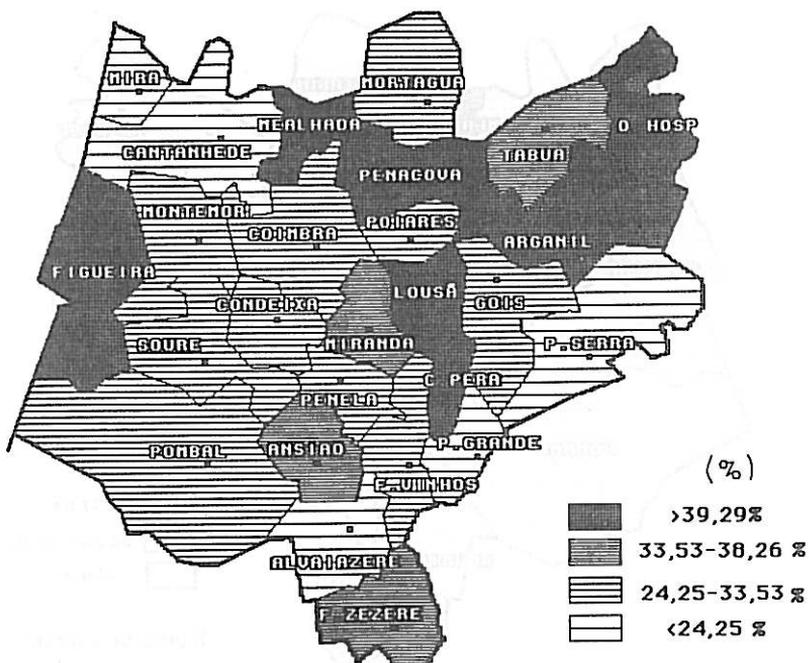


Fig. 9 — População activa no sector secundário (1981)

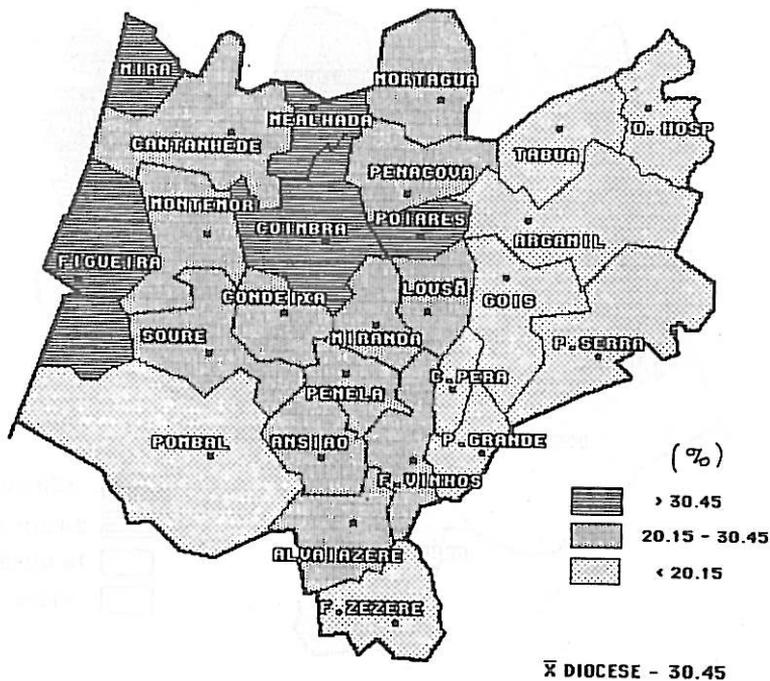


Fig. 10 — População activa no sector terciário (1970)

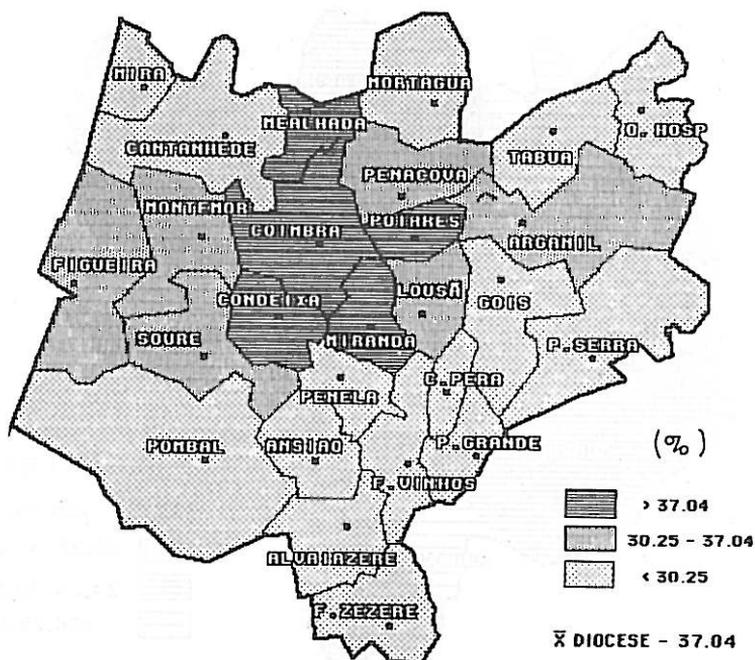


Fig. 11 — População activa no sector terciário (1981)

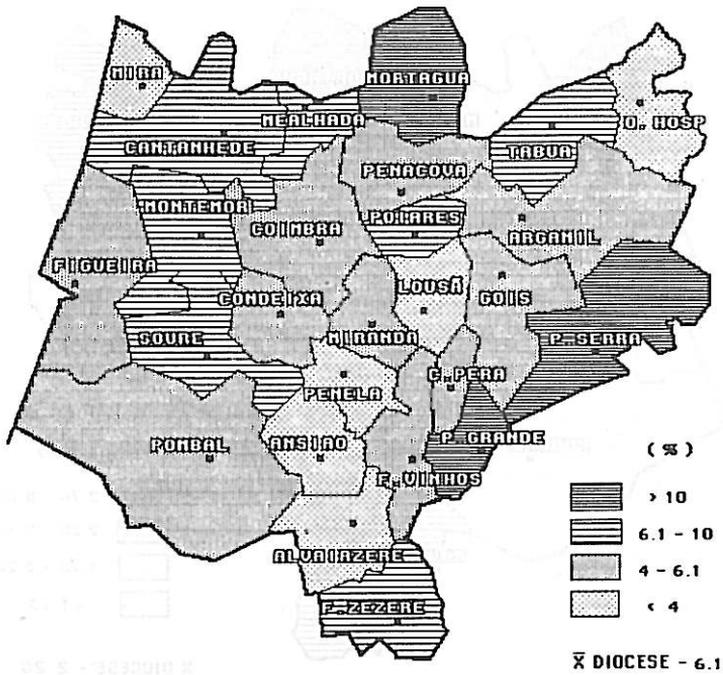


Fig. 12 — Número de explorações com mais de 5 HA (1979)

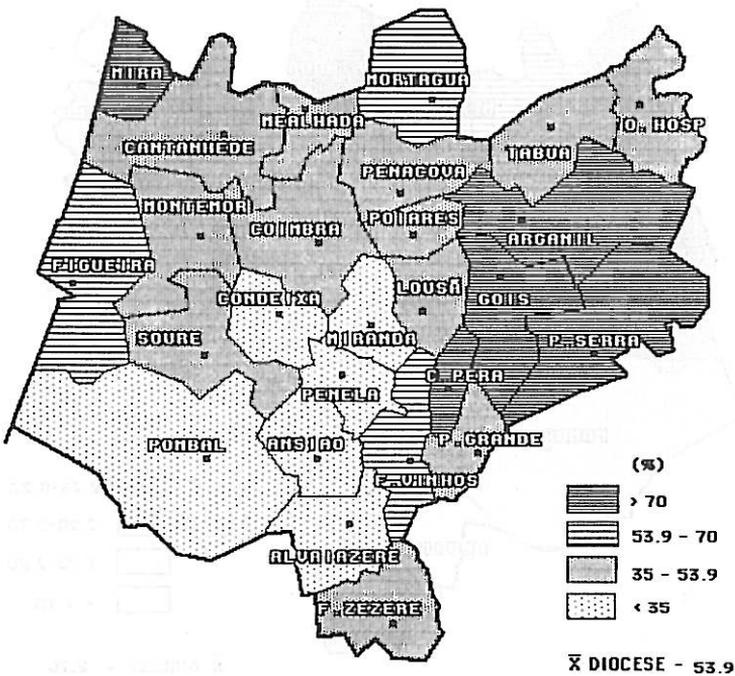


Fig. 13 — Superfície das explorações com mais de 5 HA (1979)

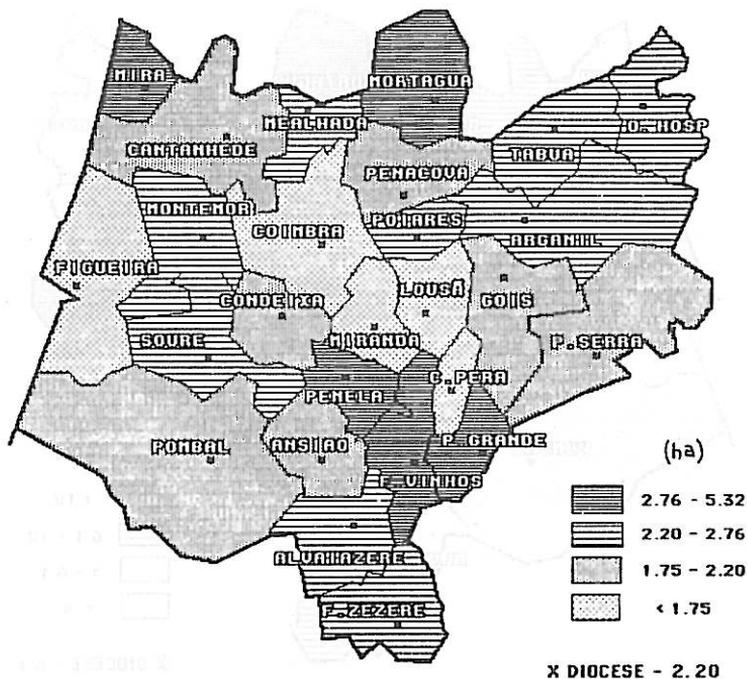


Fig. 14 — Superfície média das explorações (1968)

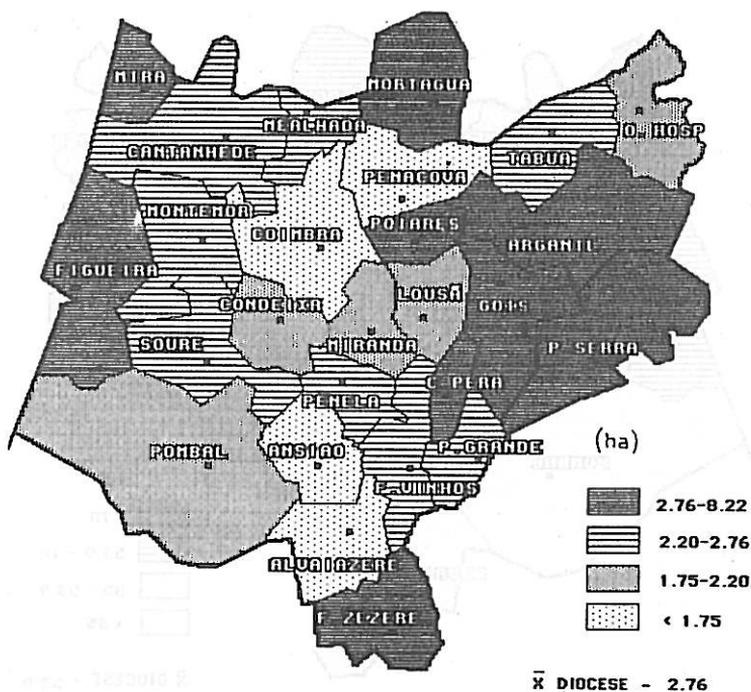


Fig. 15 — Superfície média das explorações (1979)

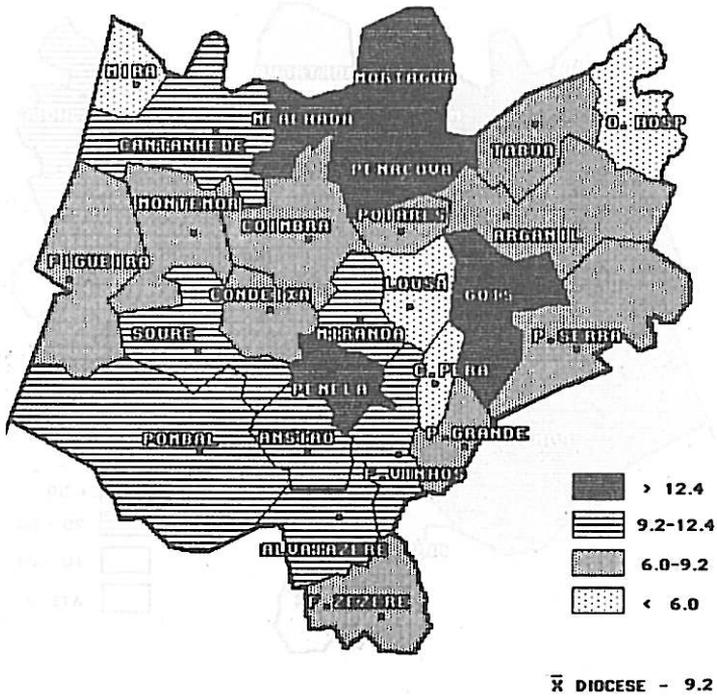


Fig. 16 — Número de blocos por exploração (1968)

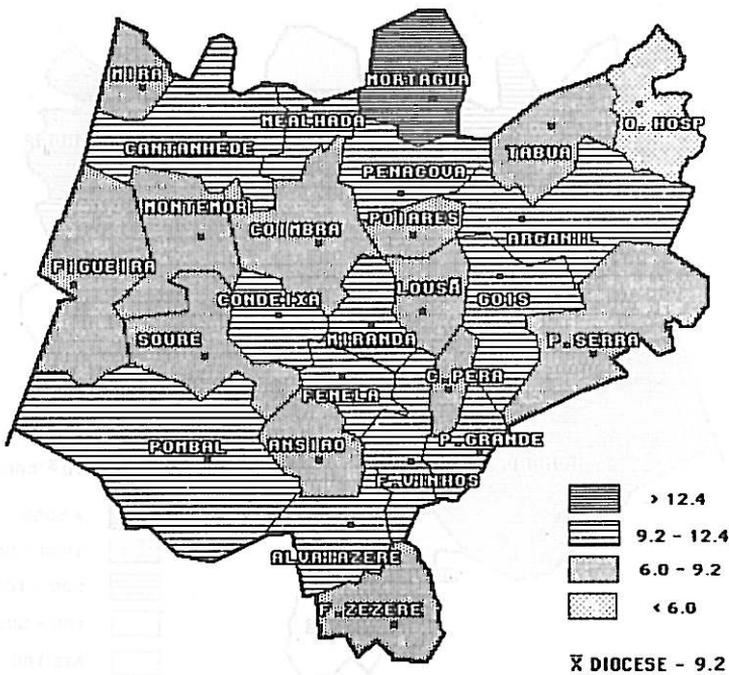


Fig. 17 — Número de blocos por exploração (1979)

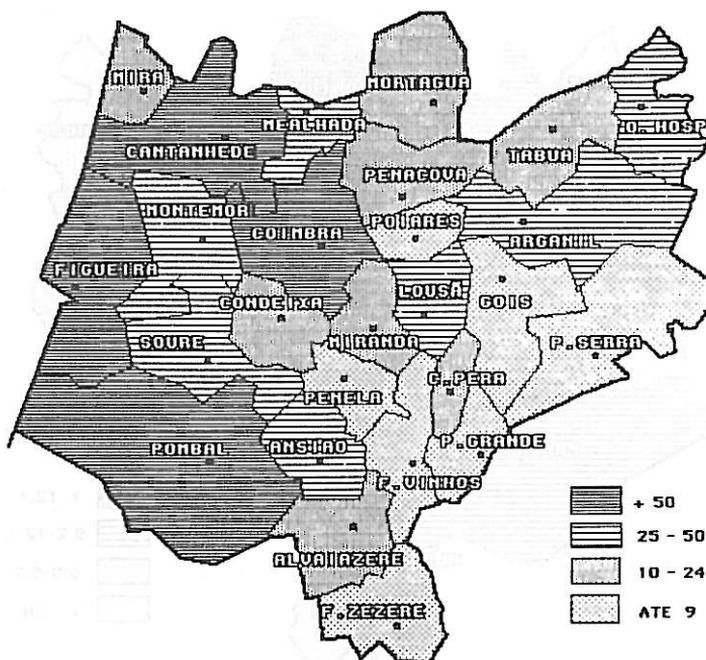


Fig. 18 — Número de estabelecimentos industriais (1980)

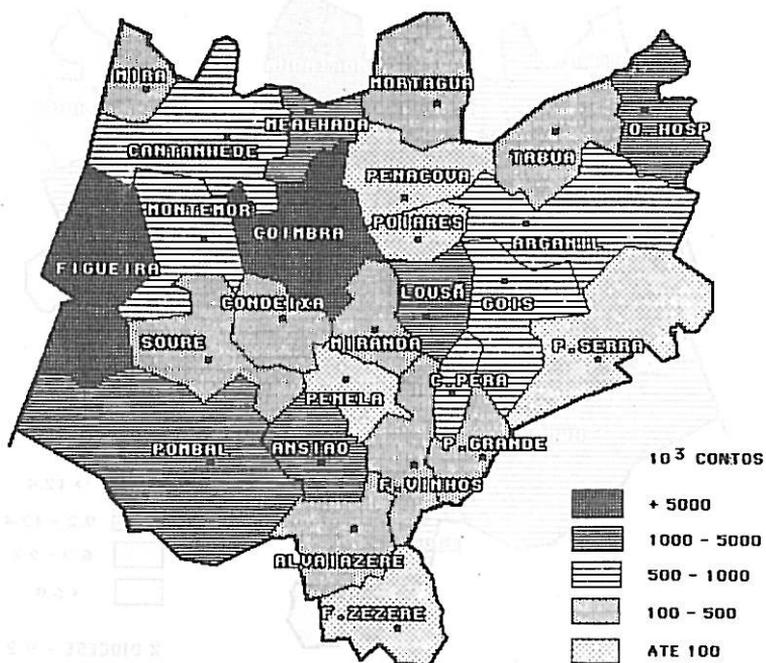


Fig. 19 — Valor bruto da produção industrial (1980)

é igualmente diferente podendo depender de uma única indústria (têxtil em Castanheira de Pêra) ou das matérias primas disponíveis localmente (madeiras, cerâmicas, etc.).

Encontramos na Diocese indústrias que entraram em actividade em períodos distintos correspondendo, a título de exemplo, as localizadas em Castanheira de Pêra e Lousã à fase mais antiga e as de Pombal e Oliveira do Hospital à expansão mais recente.

Os condicionalismos locais (matérias primas e recursos humanos), o perfil do sector e nível tecnológico das unidades instaladas são factores determinantes no desenvolvimento do tecido industrial.

As políticas recentes neste domínio, tais como o Sistema de Incentivos ao Investimento Industrial ou o Sistema de Estímulos de Base Regional (*) têm-se revelado insuficientes ou incapazes de ultrapassar o problema colocado, quanto à criação de novas empresas; também ficaram aquém da expectativa depositada na criação de postos de trabalho suficientes, capazes de absorver a mão-de-obra desempregada, ou à procura de primeiro emprego, como é o caso da que se mantém excedentária no sector agrícola.

Os desequilíbrios espaciais que temos vindo a salientar manifestam-se igualmente nas condições de vida das populações.

A cobertura em redes de saneamento básico apresenta taxas consideravelmente baixas: apenas nove concelhos têm mais de 20% da sua população servida por redes de esgotos (fig. 21) e doze concelhos mais de 50% abastecida por água (fig. 20) ao domicílio (I.Boura e R.Jacinto, 1986).

Os serviços de saúde e de ensino conheceram no passado recente uma evolução positiva, apesar de a cobertura ainda não ser satisfatória e de as disparidades intraconcelhias subsistirem (figs. 22 e 23).

São ainda de referir as carências existentes nesta área a nível de transportes e de comunicações. O importante papel que estes desempenham tanto no processo de desenvolvimento como na melhoria de acessibilidade das populações aos serviços e equipamentos públicos, constitui indicador expressivo, mostrando que a sua falta pode contrariar o processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida das populações.

(*) - Qualquer deles tem por objectivo incentivar e dinamizar a actividade industrial e orientar o investimento no sentido da inovação (Vd. Dec.Lei nº 283-A/86 de 5 de Setembro).

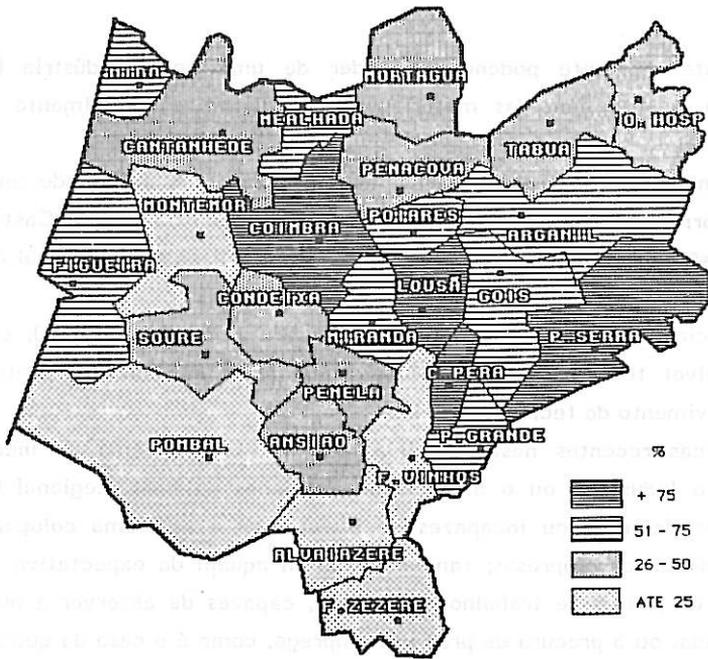


Fig. 20 — População servida por abastecimento de água (1981)

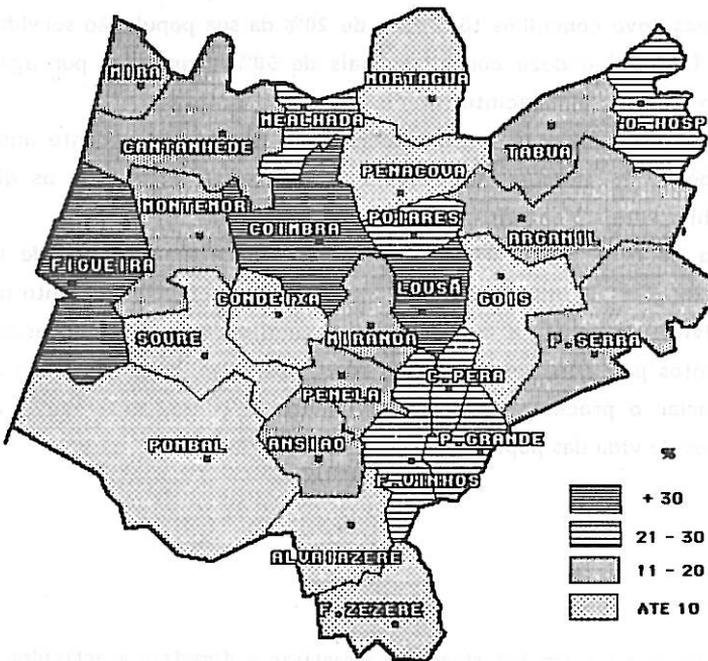


Fig. 21 — População servida por rede de esgotos (1981)

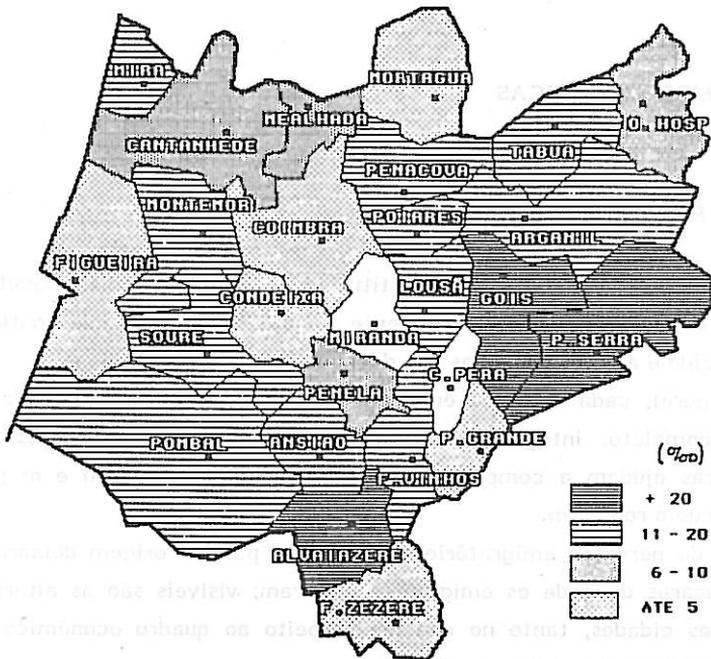


Fig. 22 — Partos sem assistência médica (1979)

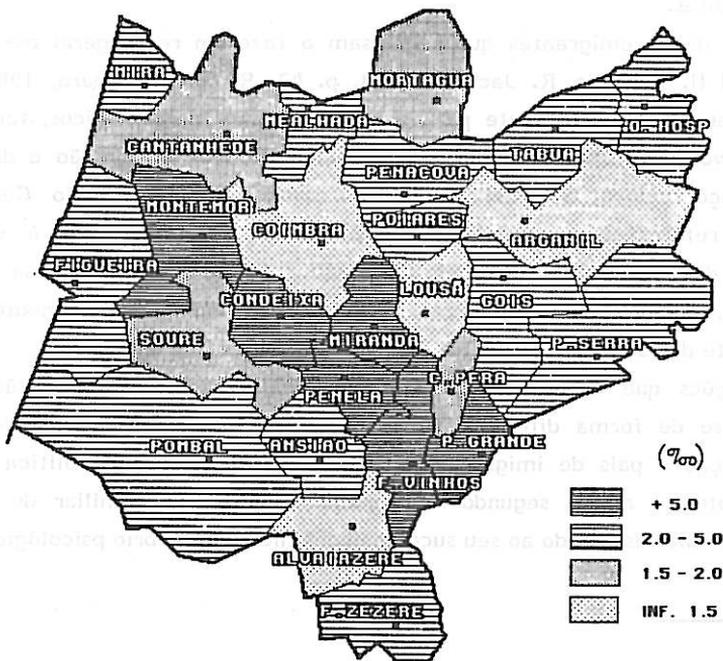


Fig. 23 — Taxa de mortalidade infantil (1979)

3 - NOTAS METODOLOGICAS

3.1 - Campo de Investigação

E conhecido que a emigração constitui uma realidade indissociável da vida portuguesa, estando a ela necessariamente ligados os factores que continuamente a têm produzido e as consequências que dela advêm.

Ao nível geral, cada ciclo de emigração e, ao nível individual, cada percurso migratório completo, integra três fases - partida, estadia e regresso - cujas características ajudam a compreender a evolução do movimento e os problemas dos actores que o realizam.

No início do percurso emigratório as saídas do país de origem deixaram vazias regiões e lugares de onde os emigrantes partiram; visíveis são as alterações nos campos e nas cidades, tanto no que diz respeito ao quadro económico como no que se liga aos aspectos sociais e culturais.

Na zona Centro do país, que constitui a base geográfica e administrativa deste estudo, a emigração é uma constante estrutural que, por isso, assume a feição de variável nacional na sua permanência, peso numérico e diversidade dos destinos dos emigrantes.

O facto de os emigrantes que regressam o fazerem regra geral aos locais de origem (*) (I. Boura e R. Jacinto, 1984, p. 43; R. Roque Amaro, 1984, p.111), constitui argumento suficiente para que, em termos metodológicos, faça sentido circunscrever uma análise conjunta da problemática de emigração e de retorno, a um espaço regional bem delimitado - no caso vertente, a região Centro. Nos aspectos referentes à viabilidade material da investigação e à viabilidade desejável dos resultados a obter, é igualmente positiva a mesma limitação geográfica, pois que assim se tira partido de um aprofundado conhecimento empírico previamente detido pelos elementos locais da equipa de investigação.

As relações que os emigrantes mantêm com a região de onde são naturais articulam-se de forma diferente consoante as distâncias geográficas entre país de emigração e país de imigração, a situação económica e a política social do país receptor e ainda, segundo o projecto individual e familiar do migrante, necessariamente associado ao seu sucesso económico e equilíbrio psicológico.

(*) - O que não aconteceu com o retorno dos portugueses deslocados após a independência dos novos países africanos de expressão portuguesa. (vd. I. Boura et Al., 1984, p.68).

Genericamente, o ciclo transoceânico distanciou por períodos mais alargados os contactos directos que com regularidade, e em movimentos de cadência pendular os migrantes portugueses do ciclo europeu realizam com o seu país.

Os regressos de carácter definitivo que quase sempre são acalentados como meta final do itinerário, num e noutro caso dos ciclos de emigração e que constituem projecto adiado que a maior parte das vezes não chega a realizar-se, vêm a ter uma inesperada concretização nos nossos dias, fruto da situação de conjuntura económica internacional que tem particular expressão na Europa. (M. B. Rocha-Trindade, 1983).

No entanto, enquanto que a distribuição percentual dos números de saída de emigrantes e o peso relativo dos seus destinos permitiram configurar uma cartografia da emigração portuguesa, os regressos não são aqui passíveis de igual tratamento por falta de técnicas sistemáticas de registo estatístico, que tivessem contemplado especificamente os regressos, desconhecendo-se assim a sua real expressão e distribuição espacial no continente e regiões autónomas.

Um estudo sobre o regresso a nível regional, como é o caso, não pode apoiar-se em dados concretos previamente recolhidos, que fornecessem uma estrutura de amostragem integrando sistemática e exaustivamente todos os elementos constituintes da ampla categoria social em estudo que designamos por "Regressados" (*). A multiplicidade de situações que se ligam ao regresso e os elementos humanos que a ele se prendem, directa ou indirectamente, conduziram a uma atitude flexível na definição do universo conceptual da população visada por este projecto.

Apesar de se não poder obter uma amostra estatisticamente representativa da categoria em estudo, os considerandos anteriores levaram-nos a que a selecção das pessoas a inquirir se processasse em duas fases: na primeira, procedeu-se à escolha intencional de núcleos populacionais, cujo conhecimento prévio permitia assegurar uma existência considerável de emigrantes regressados com estadias em vários países de diferentes continentes; a segunda, visou seleccionar pessoas que, em entrevistas de carácter informal ou em entrevista por questionário, fornecessem a informação procurada.

(*) - Utilizamos sistematicamente a designação de "regressados" para o caso genérico do regresso de migrantes, em vez da designação possível de retornados. Esta opção advém de uma recomendação do 1º Conselho das Comunidades Portuguesas, segundo a qual o termo "retornados" apenas deve ser aplicado aos casos de regresso imposto, em situação absolutamente compulsiva.

A população-alvo deste estudo compreende: os emigrantes regressados, homens e mulheres adultos que, tendo tomado por si próprios a decisão de emigrar e vivido a sua própria experiência de emigração, regressaram ao país; e os descendentes de emigrantes, alunos dos estabelecimentos do ensino preparatório e secundário dos concelhos em estudo, que acompanharam ou não, os seus pais no percurso migratório.

De forma a colher dados complementares que pudessem enquadrar e enriquecer qualitativamente o conhecimento do fenómeno a nível local, foram ainda abordadas pessoas que, pela sua posição privilegiada na comunidade (P. J. Pelto, 1970, pp.95-98), detinham dela conhecimento alargado e profundo, em certos casos especializado, em domínios do seu âmbito profissional e de acção nas comunidades em estudo. Utilizaram-se assim, complementarmente, os métodos quantitativo sociométrico e antropológico (de natureza mais qualitativa) o que constitui uma combinação trivialmente recomendada (L. Festinger e D. Katz, 1963, Vol. 1, p. 78-80).

O **universo conceptual** deste projecto cria assim um espaço amplo onde se integram:

- emigrantes adultos regressados, provenientes de qualquer país, com datas de emigração e de regresso situadas em qualquer ano, com actual residência num dos concelhos da Diocese de Coimbra;
- descendentes de emigrantes vivendo a situação de regresso de pais presentes ou que, com os pais ausentes, vivem em Portugal o projecto que estes conceberam em relação a um hipotético retorno definitivo ainda não efectivado.

A inexistência de uma listagem dos indivíduos pertencentes a cada uma das categorias enunciadas, passível de constituir uma estrutura de amostragem de onde fossem retirados de forma sistemática os elementos a inquirir, veio condicionar a forma de constituir as **amostras**.

A cada uma das sub-populações (a de emigrantes adultos regressados e a de descendentes de emigrantes) correspondeu um questionário formulado de maneira diferente consoante a natureza específica de cada um dos conjuntos descritos. A adopção do formato de inquérito por questionário resultou de três considerandos de diferente natureza: normalização de perguntas (favorecendo a posterior classificação das respostas e evitando dispersão ou irrelevância de dados recolhidos); homogeneização das abordagens dos inquiridores, de formações originais e ocupações profissionais diversas; economia de tempo e redução de erros nos trabalhos de apuramento final dos dados.

A procura do conhecimento geral do quadro geográfico e populacional em que se desenvolveu este estudo levou a uma pesquisa documental sobre trabalhos que

o caracterizassem sob o ponto de vista social e económico, privilegiando, no entanto, os aspectos que se ligam aos movimentos de população no interior do país e para o estrangeiro.

Resta referir que, se não é abundante a bibliografia sobre emigração portuguesa das últimas décadas, ainda menos o é a que trata dos problemas de regresso; e inexistente a que pudesse referir-se às dimensões regional e local deste fenómeno no quadro geográfico que definimos.

3.2 – Quadro Geográfico da Realização do Inquérito

O questionário A foi lançado em alguns concelhos situados nos distritos de Viseu, Coimbra e Leiria, na região centro (fig. 24), pertencentes à Diocese de Coimbra. Os critérios que presidiram à sua escolha tiveram por base:

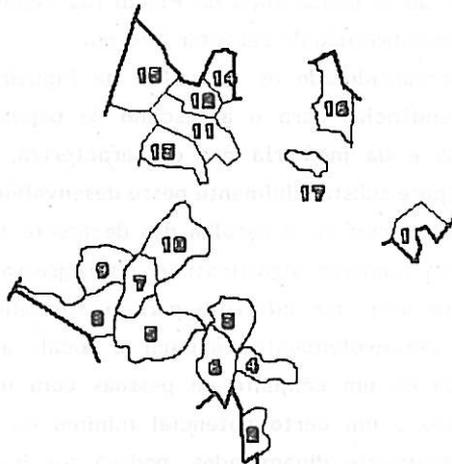
- as características contrastantes a nível geográfico-espacial, demográfico e económico;
- a existência do fenómeno migratório na sua dupla dimensão emigração/regresso;
- a facilidade na realização dos inquéritos por entrevista.

A escolha intencional dos oito concelhos onde foi administrado o inquérito resultou do prévio conhecimento das tendências genéricas de movimentos de população no conjunto da área estudada, o que conduziu a uma desigual escolha do número de freguesias. Assim, a inclusão dos concelhos de forte emigração mais próximos do litoral opõe-se à exclusão da chamada zona do Pinhal (de Penacova a Ferreira do Zêzere) cujas migrações são sobretudo de carácter interno.

O facto de se não terem considerado os concelhos de Figueira da Foz e de Coimbra resulta das suas tendências para o acréscimo de população devido ao desenvolvimento dos serviços e da indústria que os caracteriza, sendo duvidoso que o regresso de emigrantes pese substancialmente nesse desenvolvimento.

Para a aplicação dos questionários A, a escolha das dezassete freguesias e dos lugares que as integram com números significativos de regressados, resulta de uma hipótese de trabalho que pode ter interesse para o estabelecimento de um certo tipo de políticas de desenvolvimento regional e local, assim enunciada abreviadamente: a agregação de um conjunto de pessoas com uma experiência comum de emigração/regresso e um certo potencial mínimo de iniciativa e de capital disponível, se correctamente dinamizados, poderá ser importante motor de desenvolvimento local.

Embora esta hipótese não tenha sido testada, ela parece a priori razoável, donde a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre estes "cachos" de regressos.



- 1- JANEIRO DE BAIXO
- 2- PELMÁ
- 3- SANTIAGO DA GUARDA
- 4- POUSAFLORES
- 5- POMBAL
- 6- ABIUL
- 7- ALMAGREIRA
- 8- MATA MOURISCA
- 9- LOURIÇAL
- 10- SOURE
- 11- CANTANHEDE
- 12- FEBRES
- 13- CADIMA
- 14- COVÕES
- 15- MIRA
- 16- SOBRAL
- 17- MARMELEIRA

Fig. 24 — Concelhos e freguesias onde se realizou o inquérito A

A constituição da amostra relativa ao Questionário A. foi concebida como um conjunto de indivíduos (400 no mínimo e 500 no máximo), obedecendo às condições do universo conceptual definido e representando cada um deles a situação de chefes de famílias diferentes, com actual residência em oito concelhos da Diocese, previamente reconhecidos como de média ou de forte emigração, sendo seis no litoral (Mira, Cantanhede, Soure, Pombal, Ansião e Alvaiázere) e dois outros no interior (Pedrógão Grande e Pampilhosa da Serra).

QUADRO Nº 1 - Inquiridos por concelho

Concelhos	Inquiridos
Pampilhosa da Serra	10
Alvaiázere	7
Ansião	34
Pombal	132
Soure	12
Cantanhede	134
Mira	45
Mortágua	37
TOTAL	411

Em cada concelho foi seleccionado um número limitado de freguesias, onde houvesse um conhecimento prévio da existência de um número de emigrantes regressados com dimensão mínima da ordem da dezena. Dentro de cada freguesia seleccionaram-se os lugares em que a dimensão dos regressados apresentasse carácter concentrado. A reunião dos elementos constituintes da amostra foi conseguida a partir da utilização da técnica de amostragem designada por "bola de neve" - técnica correntemente aplicada em situações idênticas. (N. e F. Berthier, 1971, p.48; C. Javeau 1971, p.37; R. Burgess, 1984, pp.55-56).

A partir do conhecimento local de alguns emigrantes regressados, constituíram-se núcleos iniciais que aumentaram pela inclusão de novos elementos por eles designados.

Embora tenha havido plena consciência dos "enviezamentos" introduzidos na informação recolhida, dada a interacção que possa existir entre os elementos que de forma intencional integraram a amostra, entendeu-se escolher esta técnica, pela adequação que revela em relação às características da população estudada.

Resolveram-se assim dificuldades de processamento que, de outra maneira, não teria sido possível ultrapassar.

O questionário B, concebido como técnica de recolha de informação junto de uma população heterogénea situada num vasto leque etário que, no caso presente, está aberto dos 9 (idade mínima) aos 19 anos (idade máxima), foi aplicado a 292 alunos do Ensino Preparatório e Secundário oficial.

As escolas foram escolhidas, de forma intencional, a partir de núcleos populacionais de conhecida mobilidade migratória, envolvendo também situações locais de emigração e de regresso (pelo menos de um dos pais dos alunos a inquirir), de que havia conhecimento prévio. O número das Escolas seleccionadas de um dado grau de ensino, não pode dizer-se equivalente ao das do outro: 4 Escolas do Ensino Preparatório e 6 Escolas do Ensino Secundário. Nelas foram inquiridos, respectivamente, 173 e 119 alunos, todos filhos de emigrantes.

Diferentemente do questionário A (destinado à população adulta), administrado em toda a área da Diocese de Coimbra, o questionário B foi assim unicamente aplicado nos concelhos mais marcados pela emigração para o estrangeiro, que são de maior densidade populacional.

Poderia dizer-se que, se uma linha longitudinal norte-sul tivesse dividido a área da Diocese; os concelhos onde se procuraram os estabelecimentos escolares abrangidos pelo inquérito B, se situam na metade litoral e não na interior.

Dirigido à população de estudantes descendentes de migrantes foi aplicado a uma população complementar daquela a que se refere o inquérito A, exercendo-se essa complementaridade no parâmetro etário. Esta disjunção torna lícita a opção de não coincidência geográfica obrigatória entre as populações-alvo de A, e B, pelo que as escolhas dos locais de aplicação do inquérito B foram efectuadas com independência, embora obedecendo aos limites geográficos que constituem a fronteira deste estudo.

O preenchimento do inquérito foi feito pelos alunos, em horário escolar, na sala de aula e ficou a dever-se à cooperação dos respectivos professores. Mostraram-se particularmente activos os professores de Religião e Moral que não só aceitaram distribuir directamente os questionários como, estabelecendo ligação com colegas, no interior dos estabelecimentos de ensino, possibilitaram o alargamento da sua distribuição.

Dada a natureza diferente e específica dos dados recolhidos por via deste último questionário, eles foram objecto de tratamento autónomo e serão publicados separadamente.

3.3 – Questionário como Instrumento Privilegiado da Recolha de Informação

O inquérito por questionário foi utilizado como técnica mais adequada à recolha de informação acerca de uma população que geograficamente se encontra dispersa e cujas respostas pretendemos provocar através das mesmas perguntas.

Concebidos dois questionários conforme as duas sub-populações a que se dirigiram (Questionário A e Questionário B) diferente foi a sua elaboração e forma de preenchimento.

O conteúdo de cada um deles sendo determinado pelos mesmos objectivos de investigação, apresenta, no entanto, especificidades de acordo com a natureza da população das amostras a que seriam aplicados.

De forma a facilitar a recolha de dados procurou-se elaborar questionários curtos e de redacção simples, visando evitar resistências por parte dos entrevistados: um número exagerado de perguntas poderia suscitar recusas *ab initio*, ou adulterar as respostas finais por cansaço ou por relutância psicológica em prolongar a cooperação. Por outro lado, as dificuldades por parte dos entrevistados poderiam surgir no caso de lhes serem feitas perguntas com vocábulos pouco usuais ou com uma construção sintáctica complexa.

Entendeu-se assim elaborar questões muito objectivas, de formulação directa, com um encadeamento lógico que conduzisse o entrevistado numa sequência cronológica ao longo do itinerário espacial da vida de cada um (migrante ou descendente de migrante).

Para além das clássicas perguntas, de natureza socio-demográfica, que situam cada um dos respondentes no seu local de residência e o identificam em função das variáveis sexo, idade e estado civil, a redacção e ordenamento das questões visou apurar a evolução da situação social e económica dos inquiridos, tendo em conta a qualidade de migrante (para os que responderam ao questionário A) ou a situação escolar e problemas psico-sociais dos descendentes (para aqueles a quem foi aplicado o questionário B).

Aos motivos de partida, directamente ligados à situação social e económica dos adultos e às expectativas que os envolveram, seguiram-se questões sobre reacções e comportamentos que foram, ou não, capazes de dar resposta aos anseios próprios.

Procurou-se, com isso, compreender toda a dinâmica de actuação dos entrevistados, intentando reconstruir percursos individuais de migração, em função da diversidade de tempos de realização e dos espaços geográficos procurados.

O contexto social de origem nacional e as áreas culturais de vivência em países estrangeiros, criam aos migrantes quadros de referência mútua, com maior ou menor independência, que se prevê serem reflexos nos comportamentos dos

inquiridos. Do mesmo modo, a estrutura familiar em que se inserem, a forma como esta evolui e as relações que os emigrantes mantêm com os seus parentes, criam condicionamentos tanto nas decisões que subjazeram à partida, como sobre as que impenderam no regresso; do encaminhamento profissional e da rendibilização económica que a este se liga dependerão, provavelmente também, os modos por que se efectiva e as formas que assume.

Pelo que acima se refere e porque a informação pretendida não é só aquela que se liga exclusivamente aos entrevistados, mas a que se reporta também a quadros mais alargados, (muito em especial ao da família e da comunidade onde agora residem os emigrantes regressados ou os seus descendentes), incluíram-se de forma complementar, perguntas que se estendem a esses domínios.

Os questionários incluem perguntas fechadas para obtenção de respostas directas e, em paralelo perguntas abertas, de forma a permitir não só o levantamento de novos problemas, como a emissão de opiniões que possam ajudar a esclarecer anteriores tomadas de posição do entrevistado.

Foram também elaboradas perguntas cuja resposta devia ser dada a partir de uma escolha entre as alternativas apresentadas contemplando, individual ou cumulativamente, a situação em análise. Ainda, e de forma a possibilitar um preenchimento rápido do questionário, foram incluídos alguns quadros-síntese, com a vantagem suplementar de uma arrumação lógica dos dados recolhidos.

A forma final de redacção dos dois questionários resultou das correcções introduzidas numa versão inicial (teste-piloto) após a sua experimentação junto de elementos da população-alvo. As perguntas inicialmente formuladas foram avaliadas em função das dificuldades de compreensão das palavras utilizadas, ou do próprio sentido das perguntas; do mesmo modo foi avaliada, também, a capacidade de aceitação em colaborar no estudo em curso por parte dos inquiridos.

3.4 - Formação dos Entrevistadores

A natureza específica dos dois questionários utilizados para recolha de informação obrigou a que se organizassem encontros de formação dos entrevistadores, de forma a assegurar a eficácia do seu trabalho (R.K.Yin, 1984, Cap.3).

Assim, numa primeira fase, a equipa coordenadora da investigação fez a apresentação geral do projecto, explicando o seu interesse e objectivos, e ainda algumas normas de carácter metodológico, abordando conceitos como os de metodologia científica, método, técnicas, inquérito e entrevista, realçando,

sobretudo, o papel fundamental que o entrevistador desempenha em todo este processo.

Para além disso, procedeu-se ainda ao aconselhamento quanto à realização do trabalho de campo, de forma a tentar obviar não só a recusa em responder ao questionário na sua totalidade, como em relação a algumas das perguntas nele incluídas.

Não se tratando em nenhum caso de profissionais de trabalho de campo com fins científicos, nos âmbitos antropológico e sociológico, os inquiridores foram sensibilizados para princípios genéricos a observar na abordagem dos inquiridos, na condução das entrevistas e na aplicação dos questionários, de modo a evitar os erros, que nesta matéria muito correntemente se observam (até em profissionais de comunicação): condução ou indução de resposta, aproximação excessiva ou atemorização do entrevistado, criação de antagonismos apriorísticos contra o entrevistador, devido à sua errada apresentação ou colocação em contexto, etc. (L. Schorderet, 1971, pp.135-142; P.H.Mann 1970, pp.124-138).

Posteriormente realizou-se a apresentação dos questionários, sua respectiva leitura e análise, bem como a explicação detalhada de cada uma das perguntas aí incluídas, o que permitiu o levantamento de dúvidas relativamente ao sentido de cada uma das questões e o anular de ambiguidades na sua compreensão.

Finalmente, entregaram-se os questionários a fim de serem lançados, fazendo-se acompanhar de circulares que explicavam os fins a que se propunham no sentido de facilitar o trabalho dos entrevistadores, vencendo eventuais resistências por parte das pessoas a inquirir.

A direcção dos trabalhos de campo, a coordenação de entrevistadores e inquiridos no terreno, coube às mencionadas assistentes sociais da Cáritas, na sua qualidade de membros da equipa de investigação. Esta foi uma colaboração sem a qual não seria possível levar a bom termo o prosseguimento dos trabalhos. Deve referir-se que o facto de os inquiridos saberem que a Cáritas Diocesana era uma das entidades promotoras do estudo, evitou barreiras a pontuais dificuldades de comunicação, diminuindo a resistência verificada em certos casos e criando noutros um clima de abertura no diálogo. Além disso, constitui sempre um bom princípio a inclusão, nas equipas de investigação e de trabalho de campo, de pessoas com forte motivação prévia (M.Grawitz, 1972, p.663), como aconteceu no caso presente, em que todos os entrevistadores eram já colaboradores habituais em acções desenvolvidas pela Cáritas.

3.5 – Informação Recolhida

O questionário A, destinado aos emigrantes regressados foi directamente preenchido pelos entrevistadores que realizaram as entrevistas.

O questionário B, destinado aos descendentes de emigrantes residentes na área em estudo (filhos de pais residentes já regressados, ou cujos pais vivem ainda a situação de emigrantes no estrangeiro) foi distribuído aos alunos que o preencheram, por intermédio do corpo docente das escolas do ensino preparatório e secundário que frequentam (A.N. Oppenheim, 1972, p.36).

Depois de aplicados todos os questionários foi promovido um encontro entre os entrevistadores e a equipa de responsáveis científicos. Essa reunião tinha como objectivo a apreensão paralela de informação de carácter qualitativo recolhida pelos entrevistadores à margem das perguntas dos questionários e ainda a avaliação do clima geral e das dificuldades encontradas na sua realização.

A receptividade por parte das pessoas contactadas foi satisfatória, surgindo só no início as usuais atitudes de receio e de desconfiança.

O quadro de realização do inquérito aos alunos, sendo essencialmente diferente daquele que foi dirigido aos adultos regressados, não levantou o mesmo tipo de questões.

Dado o diferente posicionamento institucional dos respondentes (alunos das Escolas de Ensino Preparatório e Secundário) relativamente aos professores que lhes solicitaram as respostas por escrito, não houve lugar a recusas. Na relação entre quem distribuiu o questionário e quem o preencheu existia uma certa dependência que não pode ser ignorada pela equipa coordenadora da investigação e que, de certo modo, pode ter influído na atitude de total participação nesta acção, por parte dos alunos inquiridos.

3.6 – Codificação e Tratamento de Dados

Terminado o trabalho de campo, efectuada a recolha de informação por entrevista e reunidos todos os questionários lançados no terreno, passou-se à fase do tratamento dos dados disponíveis.

Para tal procedeu-se em primeiro lugar à leitura atenta e pormenorizada de cada uma das respostas às perguntas de cada um dos questionários; retirando do conjunto todos aqueles que apresentaram incoerências graves, (por conterem respostas incompletas ou incorrectas por manifesta incompreensão pelo inquirido da pergunta correspondente). Excluídos esses questionários, foram apurados para análise 411, no caso do primeiro e 292, no caso do segundo, que constituíram o "corpus" da informação sobre que recaiu o subseqüente tratamento.

Embora à ordem das perguntas do questionário tenha presidido a preocupação de um encadeamento lógico que facilitasse a resposta pelos inquiridos, não deixou de estar em mente quando da sua formulação o conjunto das quatro áreas de interesse que constituem os grandes capítulos deste trabalho: quadro económico, aspectos sociais e culturais, vivência religiosa, situação escolar vivida pelos filhos dos emigrantes.

Apesar de ter sido relativamente fácil isolar as variáveis específicas de cada uma das áreas acima referidas, foi pelo contrário difícil constituir categorias-síntese cuja amplitude conseguisse integrar a diversidade de situações expressas em cada uma das respostas obtidas.

Contudo, elaborou-se uma lista de variáveis a que foi individualmente atribuído um código numérico, o que necessariamente ocasionou em primeira análise uma perda de informação só recuperável na interpretação qualitativa dos dados.

A equipa de codificadores teve durante todo o seu trabalho um permanente enquadramento por parte de alguns dos investigadores responsáveis, de forma a esclarecer dúvidas surgidas na interpretação das respostas e precisar os critérios de classificação.

Convertidas as respostas em dados numéricos através da codificação realizada, foram estes transcritos em fichas previamente construídas de acordo com a estrutura dos diferentes tipos de perguntas de cada um dos dois questionários, elaborando-se então ficheiros de dados, para se proceder ao tratamento informático (*).

Para trabalhar os dados através dos meios informáticos disponíveis, foi necessário elaborar dois géneros de ficheiros para cada tipo de inquérito. Um continha o número e nome de cada uma das perguntas neles formuladas e o outro uma listagem dos dados codificados. A construção do primeiro ficheiro presidiram alguns princípios de base: exclusividade na designação de cada pergunta, indiferença na ordem da sua apresentação, etc. O segundo implicou a criação de um programa específico com documentação própria.

Realizados os dois ficheiros houve que proceder à sua validação no intuito de evitar incompatibilidades decorrentes das designações escolhidas para o reconhecimento das perguntas efectuadas (caso do primeiro ficheiro), bem como toda e qualquer distorção resultante da transferência dos dados das fichas para o computador (caso do segundo ficheiro).

(*) - O trabalho de concepção do programa informático, deve-se aos responsáveis pela Divisão de Informática da Comissão Coordenadora da Região Centro.

Para dar início ao processamento dos dados houve ainda que criar uma linguagem de interrogação (query) apta a realizar dois tipos de operações imprescindíveis à sua posterior análise e interpretação: as contagens e a construção de quadros de avaliação estatística.

O "software" utilizado permitiu-nos realizar inúmeras operações de **cruzamento de informação** o que possibilitou o aprofundamento e enriquecimento dos resultados obtidos.

No que respeita aos dados recolhidos por via de entrevista junto de personalidades-chave das várias comunidades, eles não foram sujeitos a um tratamento exaustivo nem a qualquer tentativa de quantificação expressa. Não era aliás essa a sua função primordial: antes, a de fornecerem o pano de fundo contextual da realidade social constituída pelas populações em situação de regresso ajudando a validar, por meio das suas opiniões, os tipos de problemas que viriam a ser levantados em questionário; também, a fornecerem ordens de grandeza das populações a inquirir localmente, com relevância para o estudo.

PARTE II

**O FENÓMENO MIGRATÓRIO
NA DIOCESE DE COIMBRA**

Maria Beatriz Rocha-Trindade
Rui Jacinto

4 - EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

A desigual distribuição de recursos que caracteriza o território da Diocese de Coimbra é correlativa da repartição da população, como é evidenciado nos valores que a densidade demográfica assume nos respectivos concelhos (fig. 25). Os valores quantitativos que cada um deles apresenta actualmente, distribuem-se entre si de modo muito diferente e com maior discrepância relativamente a épocas anteriores.

Analisando dois períodos de grande amplitude, com início no ano de 1864 (1864-1950 e 1864-1981), (figs. 26 e 27), que encerram ritmos de evolução não lineares e com substanciais e expressivas diferenças espaciais, verificamos duas situações distintas: uma, que corresponde aos concelhos do litoral, registando todos eles variações positivas; outra, que se verifica nos concelhos do interior, caracterizados por crescimentos mais lentos ou apresentando nítidos decréscimos. Em vários casos (Arganil, Góis, Oliveira do Hospital, Tábua, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande e Penela) o número dos habitantes é inferior ao que se registava em 1864.

Apesar da dinâmica interconcelhia ser marcadamente diferente, a Diocese apresentou um aumento global de 61,8% no primeiro período e 53,1% no segundo. Concluiu-se assim que a evolução verificada nos últimos 30 anos (figs. 28, 29 e 30) foi a mais contrastada pois veio acentuar as disparidades já existentes na distribuição da população. O caso de Pampilhosa da Serra, por exemplo, é bem exemplificativo de uma situação extrema, pois tendo perdido neste espaço de tempo 49,4% da sua população, apenas foi ultrapassado em toda a Região Centro pelos concelhos de Idanha-a-Nova e Sabugal. Por oposição, os concelhos de Coimbra e Mealhada, no litoral, são os que apresentam crescimentos mais visíveis.

Na década de 50 tanto a Diocese de Coimbra (-1,8%) como alguns dos seus concelhos já conheciam ligeiros decréscimos; na década seguinte, à excepção do concelho de Coimbra, todos registam variações negativas, embora mais intensas nos do interior.

Entre 1970 e 1981 assiste-se a uma generalizada dinâmica positiva na área em análise (+6,2%) apenas contrariada em 7 concelhos. De entre estes, Pombal (-5,6%) merece especial referência, pois a sua localização litoral e o dinamismo observado em algumas das suas freguesias podiam fazer prever outro tipo de evolução; convém, no entanto, não esquecer que sendo o maior dos concelhos considerados, não deixa de apresentar algumas zonas francamente desfavorecidas.

Situações estatísticas contrárias podem observar-se em Castanheira de Pêra (+10,2%) e Pedrógão Grande (+17,2%), que só se conseguem explicar através de deficiências existentes no apuramento dos dados de 1970.

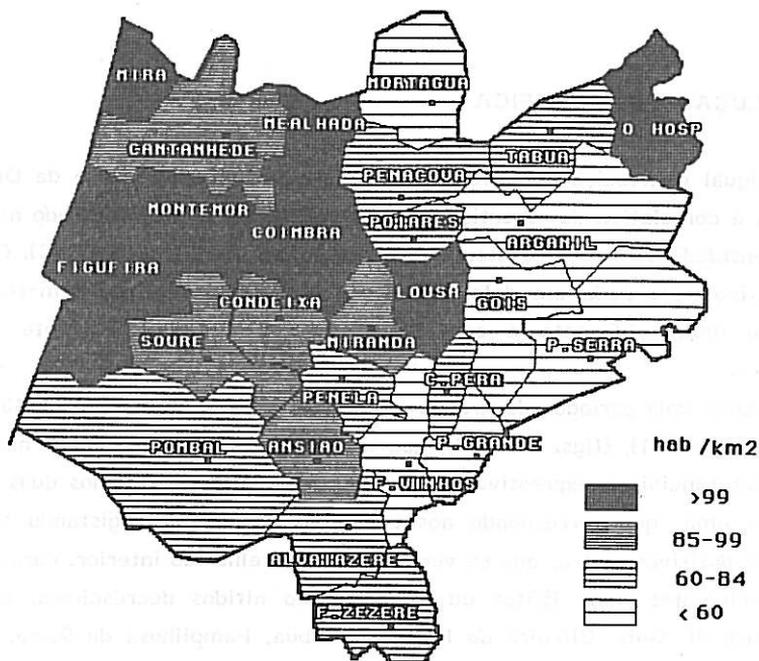


Fig. 25 — Densidade da população (1981)

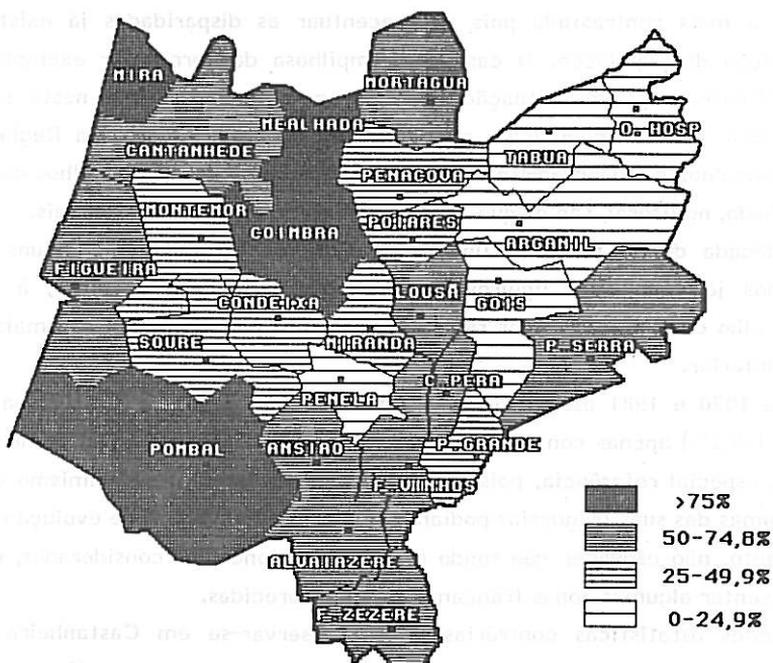


Fig. 26 — Evolução da população nos concelhos da Diocese de Coimbra (1864 - 1950)

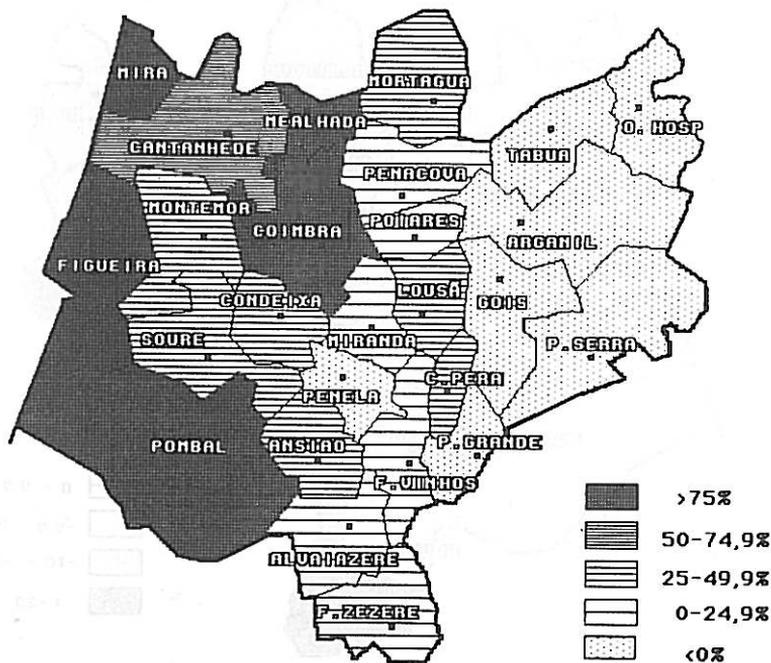


Fig. 27 — Evolução da população nos concelhos da Diocese de Coimbra (1864-1981)

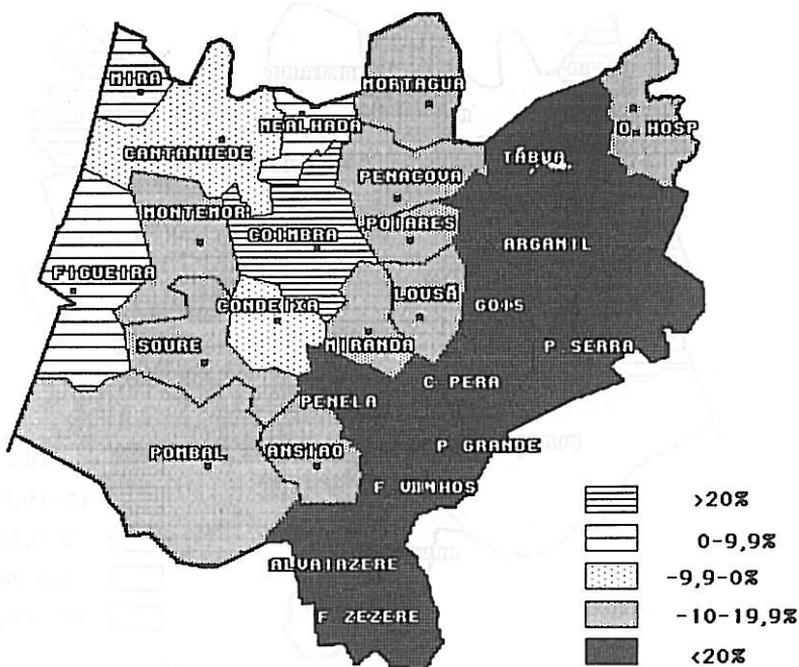


Fig. 28 — Evolução da população nos concelhos da Diocese de Coimbra (1950-1981)

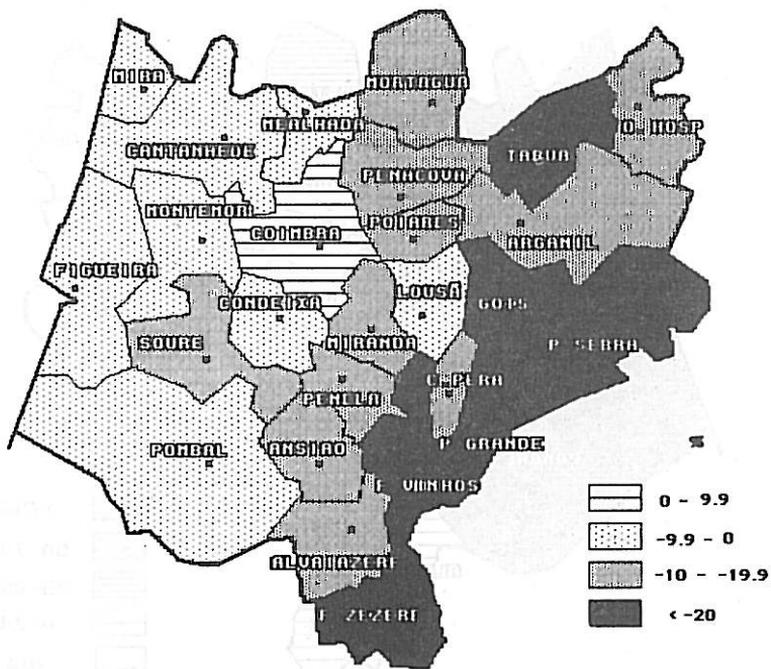


Fig. 29 — Evolução da população nos concelhos da Diocese de Coimbra (1960-1970)

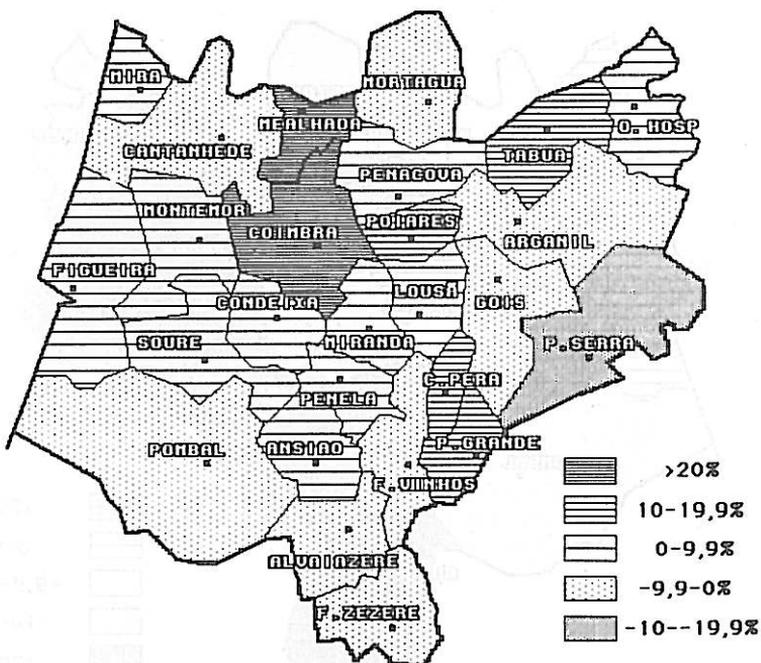


Fig. 30 — Evolução da população nos concelhos da Diocese de Coimbra (1970-1981)

A evolução que sucintamente apresentamos para a Diocese de Coimbra e que se inscreve no quadro do comportamento demográfico já descrito para o Continente (J. Gaspar, 1971, 1981; C. Conin, 1976), desenha um padrão espacial que se traduz numa dinâmica favorável nos concelhos do litoral e que obedece a duas formas de organização predominantes. Por um lado, a da orientação estruturante que os principais eixos lhe conferem: um, de sentido este-oeste, tendo em Coimbra e na Figueira da Foz os pontos extremos e que corresponde ao Baixo Mondego; outro, de sentido norte-sul, organizado em torno das vias fundamentais que são a Estrada Nacional Nº 1 (Lisboa-Porto) e o caminho de ferro (linha do Norte) e que será, naturalmente reforçado com a abertura da futura auto-estrada. Refira-se ainda a polarização exercida por Coimbra sobre os concelhos periféricos. Este efeito está bem patente na evolução verificada na década de 60: os concelhos que em toda a Diocese perdem menos população são os que sofrem maior influência da capital do distrito; enquanto as pessoas neles residentes se deslocavam diariamente a Coimbra para os seus empregos, evitando desta forma o recurso à emigração, as da restante área não tiveram outra alternativa que não fosse o abandono dos seus concelhos, por via da emigração internacional ou dos movimentos migratórios internos (A. Alarcão, 1964; 1969).

Nos concelhos do interior, situados em posição periférica relativamente às principais vias de comunicação e aos centros onde começava a florescer uma certa actividade industrial, eram escassas as possibilidades de proporcionar níveis de emprego e de condições de vida compatíveis e satisfatórias com os anseios dos seus habitantes, provocando-lhes o ensejo de partir. A deserção em massa dos espaços rurais e agrícolas economicamente estagnados em seu processo de desenvolvimento, socialmente atrasados nas perspectivas de progresso social foi, sem dúvida, o factor mais explicativo da evolução observada.

As implicações destes movimentos populacionais foram múltiplas e a emigração, se não é inteiramente responsável, pelo menos contribuiu, de forma decisiva, para a configuração das actuais pirâmides de idades a nível local, afectando directamente a estrutura etária e a natalidade, muito em particular, em zonas menos dinâmicas (J.M.Nazareth, 1979, 1985). Apesar de para o conjunto da área serem semelhantes (0,59%) os coeficientes de dependência em 1970 e 1981 (figs. 31 e 32), a composição dos diferentes grupos evidencia duas modificações distintas: diminuição dos estratos jovens (menos de 15 anos: 25,5% e 23,1% respectivamente), em consequência da quebra de natalidade, e aumento no escalão superior a 65 anos (12,1% e 14,4%).

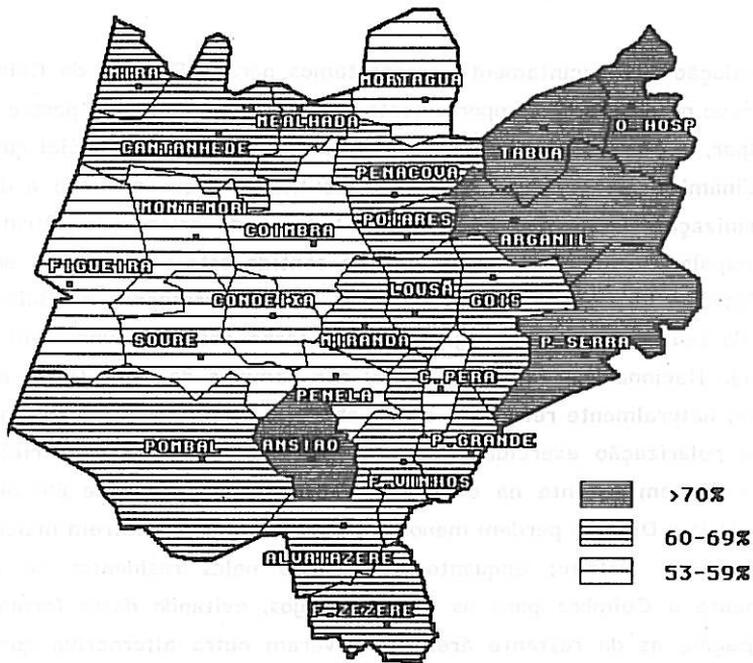


Fig. 31 — Coeficiente de dependência (1970)

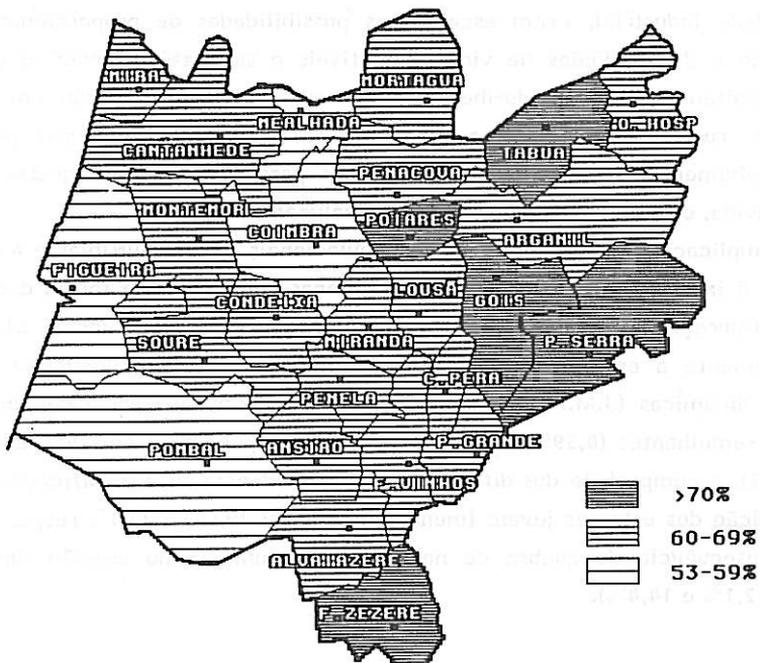


Fig. 32 — Coeficiente de dependência (1981)

5 - ENQUADRAMENTO GERAL DO FENOMENO MIGRATORIO

A Diocese de Coimbra acompanhou no seu conjunto a tendência do fenómeno emigratório nacional, verificada a nível do Continente, em termos de evolução quantitativa e de direcção de destino dos seus fluxos.

Durante o ciclo europeu, com desenvolvimento iniciado no princípio dos anos 60, que corresponde ao período de maior intensidade emigratória, assiste-se à partida de elevado número de emigrantes legais na Diocese (51 048 entre 1965 e 1974, o que corresponde a 7,6% do total do Continente). A diminuição da intensidade da corrente emigratória, que a partir desta última data se começa a verificar, coloca os quinquénios seguintes (1975-79 e 1980-84 - fig. 33) com quantitativos inferiores aos que se registavam no ciclo anterior em que o principal destino era o Brasil.

De igual modo, a ordem relativa que os países receptores ocupam em ambos os casos é idêntica, apesar de o respectivo valor percentual apresentar algumas diferenças. Quanto a este aspecto, tanto a nível do país como no caso da Diocese (fig. 33), importa destacar a inversão do sentido geográfico: até 1963 o Brasil representava ainda o principal destino (80,3% da emigração da Diocese entre 1955 e 1959); posteriormente, este lugar passou a ser ocupado pela França (69,5% entre 1965-69). Outros países receptores de imigrantes começaram entretanto a adquirir crescente importância relativa (a Alemanha, a Suíça, o Luxemburgo, na Europa e os E.U.A. e Canadá no continente americano) tanto em termos quantitativos como em relação a novas formas que a emigração foi assumindo.

Analisando de um modo mais pormenorizado a emigração no interior do território da Diocese, verificamos que existe alguma diversidade interconcelhia relativamente à frequência emigratória (fig. 34) e aos respectivos destinos (figs. 35 e 36) o que permite identificar áreas com características próprias e bem determinadas.

Os sete concelhos que apresentam frequências emigratórias mais elevadas (saídas situadas entre 1955 e 1984 relativamente à população de 1970, superiores a 19,6%) formam três núcleos principais:

- um, formado pelos concelhos de Mortágua e Penacova;
- outro, pelos concelhos das serras calcárias do sul da Diocese, onde se destacam Pombal, Ansião, Alvaiázere e Soure, apesar deste último apresentar um valor mais modesto (14,4%) e que, tal como nos do grupo anterior, tem na França o principal destino;
- por último, os de Mira e Cantanhede, que se inserem numa área emigratória com características específicas e que se prolonga para norte pelo litoral do distrito de Aveiro, onde, a par da corrente europeia mais recente, permanece o tradicional destino americano (Venezuela, EUA e Canadá).

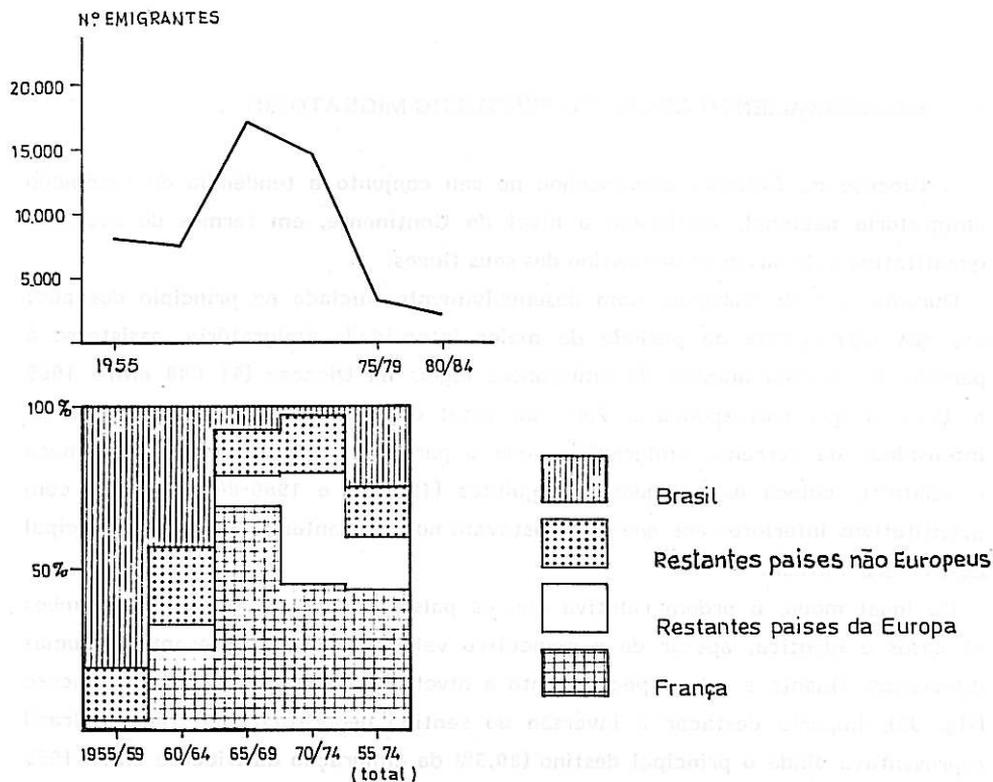


Fig. 33 — Evolução e destino da Emigração na Diocese de Coimbra

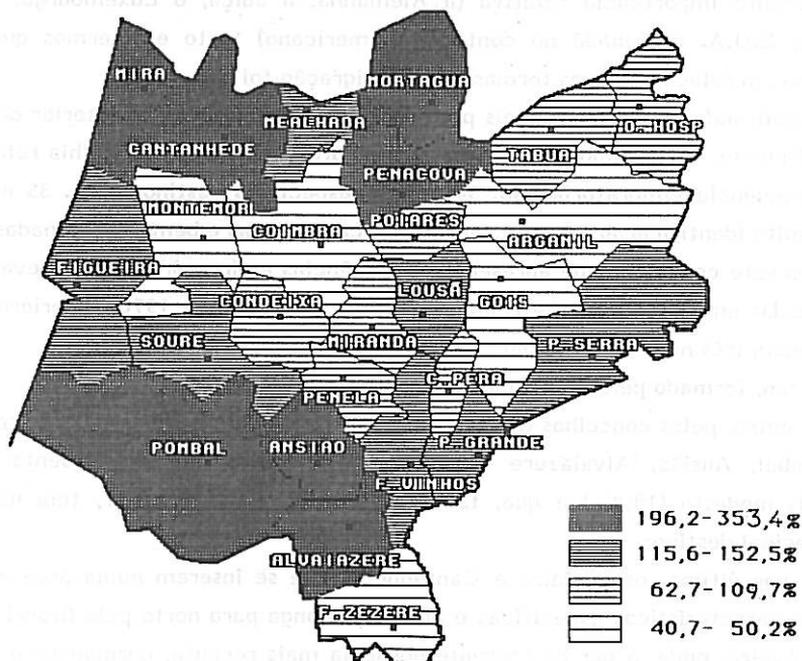


Fig. 34 — Frequência emigratória (1955-1974)

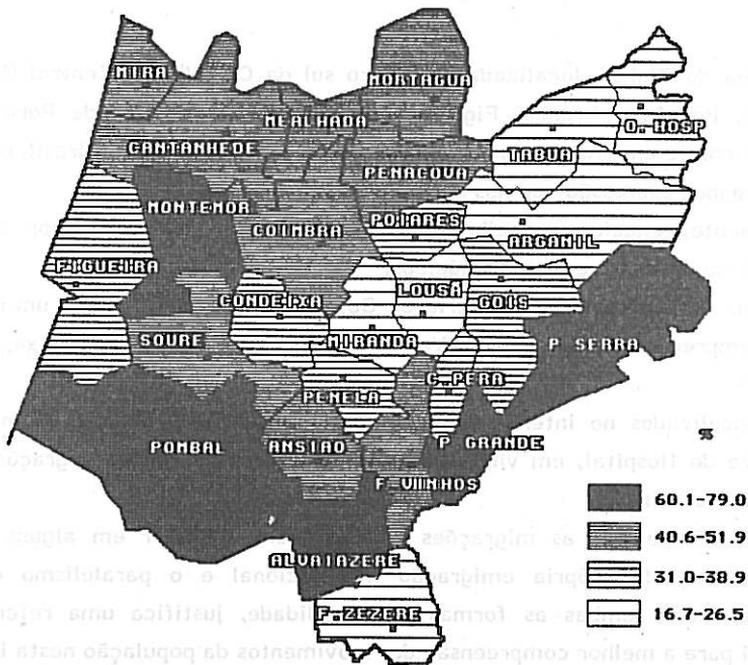


Fig. 35 — Destino da emigração para França segundo o concelho de origem (1955-1974)

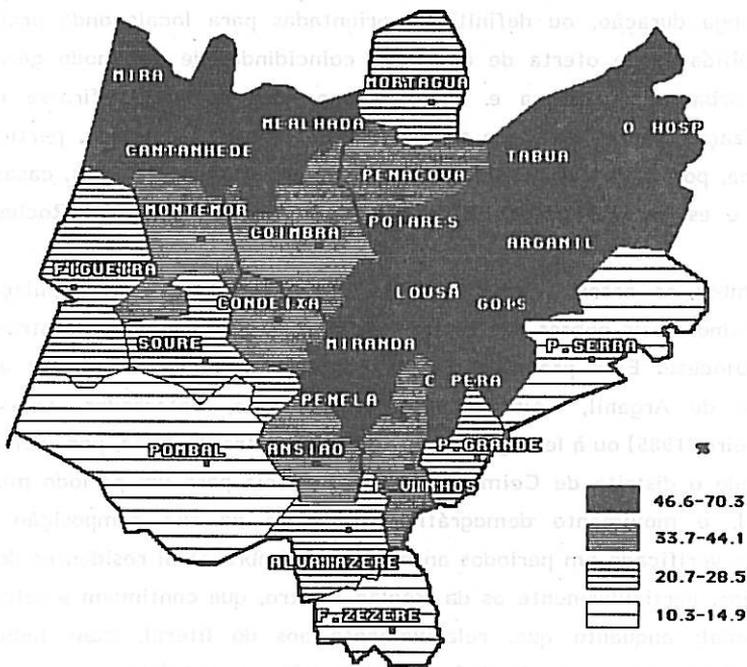


Fig. 36 — Destino da emigração para os restantes países não europeus segundo o concelho de origem (1955-1974)

Na área do Pinhal, localizada no flanco sul da Cordilheira Central (Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Lousã), onde a corrente emigratória tradicionalmente se orientava para o Brasil, o fenómeno adquire menor expressão que nos concelhos atrás citados.

Finalmente, aqueles concelhos onde o fenómeno reveste menor intensidade podem ainda agrupar-se em dois núcleos:

- os que se localizam na periferia de Coimbra e que aqui tiveram um importante centro empregador (Montemor-o-Velho, Miranda do Corvo, Condeixa, Mealhada e Penela);

- os localizados no interior, onde se destacam Arganil e Góis, além de Tábua e Oliveira do Hospital, em virtude da grande expressão que as migrações internas adquirem nesta área.

A importância que as migrações internas têm, superior em alguns concelhos à importância da própria emigração internacional e o paralelismo e analogia existentes entre ambas as formas de mobilidade, justifica uma referência que contribui para a melhor compreensão dos movimentos da população nesta Diocese.

As migrações internas apresentaram essencialmente duas formas: as de carácter periódico ou sazonal, quase sempre acompanhando o calendário agrícola, destinadas aos campos do Ribatejo ou do Alentejo e quase sem expressão na actualidade; as de longa duração, ou definitivas, orientadas para locais onde eram maiores as possibilidades de oferta de emprego, coincidindo, de um modo geral, com os centros urbanos de Lisboa e Porto. Como nota curiosa, refira-se uma certa especialização profissional que se verifica nos locais de destino, particularmente em Lisboa, por parte dos oriundos desta área: leitarias, pastelarias, casas de pasto, limpeza e estiva (F.Martins, 1940; A.Firmino Costa, 1985; M.B.Rocha-Trindade, 1986).

Em ambos os casos, o recrutamento efectuou-se entre as populações rurais dos concelhos mais pobres das serras calcárias e da Cordilheira Central do flanco sul da Diocese. Este processo conduziu à desertificação de muitas aldeias nos concelhos de Arganil, Góis e Lousã (Vaqueirinho, Catarredor, Talasnal, etc.), (P. Monteiro, 1985) ou à letargia e estagnação de outras (Piódão, por exemplo).

Tomando o distrito de Coimbra como referência para um período mais recente (1973-81), o movimento demográfico apresenta na sua composição interna a tendência verificada em períodos anteriores: Coimbra atrai residentes dos distritos do interior, particularmente os da Região Centro, que continuam a sofrer o êxodo populacional; enquanto que, relativamente aos do litoral, mais industrializado e desenvolvido, com excepção de Leiria, se verifica o contrário.

O regresso dos naturais da Diocese aos locais de partida depois de um período de ausência no país ou no estrangeiro, revitalizou muitas aldeias e proporcionou algumas condições para o desenvolvimento a nível local (R. R.Amaro, 1985).

Ao distrito de Coimbra regressaram do estrangeiro, entre 1973 e 1981, 7.920 pessoas das quais 66% vieram de França (4.218) e Alemanha (1.017); os restantes 34% correspondem a regressos de outros países da Europa (745), dos EUA e do Canadá (443) e de outros países do "resto do mundo" (1.497) (R.G.P. 1981; R.R.Amaro, 1985, p. 666; C.Conin, 1986). A nova fase que a emigração conheceu a partir daquela data, caracterizada por uma redução no volume de saídos e aumento do número de regressados, a manter-se, fará com que o retorno produza um impacte mais importante nos locais de origem dos que tiveram como destino emigratório aqueles países.

6 - O FENOMENO MIGRATORIO NO UNIVERSO DA AMOSTRA

6.1. Caracterização da Amostra

No presente capítulo iremos apenas considerar a amostra referente ao conjunto de pessoas com capacidade de auto-determinação no processo de emigração/ regresso, isto é, adultos de ambos os sexos, com responsabilidades de chefia de família. E esta a população a quem foi administrado o Questionário A.

Da análise dos resultados daí inferidos, resulta o panorama seguinte, quanto às características intrínsecas da população abordada (já que os outros dados, referentes à natureza e modos do processo emigratório são descritos nos parágrafos 6.2 e 6.3).

A - Idade dos Inquiridos

Dentro dos critérios de constituição da amostra, todos os inquiridos são maiores de dezoito anos, tendo o mais novo 19 e o mais velho, mais de 75 anos. A maior frequência de idades, situa-se na faixa compreendida entre os 40 e os 44 anos, tendo 80% dos inquiridos idades compreendidas entre os 35 e os 59 anos.

Trata-se, como se vê, de uma população caracterizada por uma certa maturidade, o que não é de estranhar visto tratar-se de pessoas que realizaram um ciclo migratório completo, como mais adiante poderá ser confirmado (Quadros 2 e 3).

Quadro 2 - Idade dos inquiridos por concelho

Concelho	Pamp.S.	Alvaláz.	Ansião	Pombal	Soure	Cantanh.	Mira	Mortág.	TOTAL
Idade									
0-19					1				1
20-24				1			1		2
25-29	1			1		2	1	1	6
30-34		1		10		7	4	2	24
35-39	1	2	2	24	3	18	9	7	66
40-44	2	1	9	25	2	34	7	4	84
45-49	1	1	5	30	2	22	8	10	79
50-54	3	1	10	17	1	18	4	6	60
55-59	2	1	6	10	2	13	5	4	43
60-64				9		11	5	3	28
65-69			2	5	1	7	1		16
70-74						1			1
75-79						1			1
TOTAL	10	7	34	132	12	134	45	37	411

B - Distribuição por Sexos

Dos 411 respondentes, 86% são do sexo masculino, e apenas 13%, feminino. A sua distribuição por concelhos, segundo o sexo, consta do Quadro 4.

Dado o carácter híbrido da amostra, de base só parcialmente aleatória, não era de esperar que a repartição por sexos reproduzisse os correspondentes pesos estatísticos, isto é, que existisse uma correspondência entre os sexos dos inquiridos e a respectiva incidência local ou nacional.

Deste modo, desde que não se procure estabelecer correlações entre a variável sexo e as que decorrem da situação migratória (o que seria abusivo em termos da metodologia seguida) podemos encarar em paridade indiferente os respondentes masculinos e femininos, na medida em que cada um representa, em princípio, a integralidade da respectiva família.

Quadro 4 - Número de inquiridos segundo o sexo por concelho

Conc.	Pamp.S.	Alvaláz.	Ansião	Pombal	Soure	Cantanh.	Mira	Mortág.	TOTAL
Sexo									
Masculino	9	3	29	118	9	116	33	37	354
Feminino	1	4	5	14	3	18	12		57
TOTAL	10	7	34	132	12	134	45	37	411

Quadro 3 - Idade dos inquiridos por freguesia

Idade	Freg. Jan. B.	Pelmá	Sant. G.	Pousaf.	Pomba	Abiul	Almagr.	Mata	M. Louriç.	Source	Cant.	Febres	Cadima	Covões	Mira	Sobral	Marm.	TOTAL
0-19										1								1
20-24					1						1	1			1			2
25-29	1																	6
30-34					1				1		3	4			4	1		24
35-39		1					5		3		6	4			9	5	2	66
40-44	2	1	1	3	7	3	2	10	3	2	7	12	8	7	7	4		84
45-49	1	1	4	1	6	5	3	13	3	2	5	8	5	4	8	8	2	79
50-54	3	1	8	2	6	4	1	6	1	1	1	11	1	6	4	3	3	60
55-59	2	1	6		3	4		2	1	2	1	9	1	2	5	4		43
60-64					3	6				1	1	4		6	5	1	2	28
65-69			2			5						2		4	1			16
70-74											1	1						1
75-79													1					1
TOTAL	10	7	27	7	34	30	13	44	11	12	26	55	18	35	45	26	11	411

De qualquer forma, a disparidade de representações nos dois sexos deve ser sobretudo atribuída à característica atitude cultural dos Portugueses (se exceptuarmos camadas fortemente intelectualizadas ou politizadas), em que a mulher prefere delegar no marido a responsabilidade de emitir opiniões e assim responder a inquéritos de entidades estranhas ao seu círculo próximo de convivência.

Tal decorre do facto do homem ser tradicionalmente encarado como chefe de família ("o cabeça de casal") a quem cabe por isso, em público, a representação familiar.

C - Distribuição por Estados Civis

Existindo a intenção de considerar apenas na amostra os adultos que são chefes de família, seria de esperar que todos os respondentes tivessem estados civis que evidenciassem esta responsabilidade. Na verdade, tal não acontece exactamente, sendo referenciados nas respostas oito casos em que o estado civil indicado é o de solteiro. Este facto, que pode traduzir apenas uma irregularidade de situação matrimonial, não tem incidência quantitativa significativa, já que os formalmente casados e com cônjuges vivos constituem mais de 93% do total.

QUADRO Nº 5 - ESTADO CIVIL DOS INQUIRIDOS POR CONCELHO

Conc.	Pamp.S.	Alvaiáz.	Anslão	Pombal	Soure	Cantanh.	Mira	Mortág.	TOTAL
Est.Civil									
N.R.				2	1	7			10
Solteiro		1		3		3	1		8
Cas.Relig.	10	5	32	123	11	123	44	36	384
Cas.Civil						1		1	2
Viúvo		1	2	3					6
Separado									0
Divorciado				1					1
TOTAL	10	7	34	132	12	134	45	37	411

D - Habilitações Literárias dos Inquiridos por Concelho

Sendo essencialmente os elementos constituintes da amostra oriundos de concelhos que, embora mantendo diferenças de posicionamento geográfico e de desenvolvimento económico, manifestam as características culturais das zonas rurais onde se integram, não causa surpresa o nível médio das habilitações literárias que possuem.

Assim, verifica-se ser esmagador (75%) o número de pessoas com habilitação correspondente apenas ao nível primário completo para 106 entrevistados e incompleto para 205 outros, num total de 411 inquiridos. Mais ainda, é sintomática a recusa de resposta por 81 das pessoas restantes (incidência de não respondentes claramente anómala no panorama geral das perguntas formuladas no questionário);

se não é eticamente lícito violar o princípio da liberdade de resposta, nada obsta a que se possa mentalmente interpretar esta recusa.

Por outro lado, além de conhecermos a influência que a deficiente rede de ensino básico de há três décadas e os factores de não cumprimento da escolaridade obrigatória em populações rurais, tiveram, em termos de população não escolarizada, (*) sabe-se igualmente que em populações de migrantes económicos é muito significativa a fracção de analfabetos. (**)

6.2 - Emigração e Regresso

Para a população da amostra, cujas características genéricas foram indicadas no ponto anterior, procedeu-se ao apuramento dos dados objectivos referentes ao seu percurso migratório, desde a partida para o estrangeiro, à duração da estadia, até ao regresso a Portugal.

Desse apuramento pode inferir-se, quanto às variáveis indicadas, um certo número de resultados; mas estes deverão ser interpretados à luz de uma característica comum a toda a população inquirida e que apenas é aplicável a uma fracção da emigração portuguesa — o facto de se tratar, aqui, de pessoas que efectivamente fecharam o ciclo emigratório, regressando ao país de origem (M.B. Rocha-Trindade, 1981, pp.71-90)

A - Destinos da Emigração

A análise do Quadro 6 mostra, como seria aliás de esperar, um evidentíssimo predomínio da França como país receptor (71%), pela dupla razão de ser este o principal destino da emigração portuguesa nesta metade de século (M.L. Marinho Antunes, 1972, pp. 345-476; N. Anido e R. Freire, 1978, pp. 59,60, 61; J. Guerreiro, 1981, p. 52; J. Arroiteia e M.B. Rocha Trindade, 1984, p. 15) e por ser essa também a principal origem dos regressos verificados (M. Silva et Al., 1984, p.67).

(*) - Por exemplo as estatísticas referentes ao ano de 1970 permitem observar uma percentagem de analfabetismo literal dos maiores de 15 anos, igual a 29% desse grupo etário (J.Salvado Sampaio, 1980, pp. 17-26).

(**) - O facto de as disposições relativas à concessão de passaporte de emigrante (legislação de 1962) incluírem a obrigatoriedade da posse do exame do primeiro grau do ensino primário (3ª classe) e a indubitável intenção restritiva dessa lei, permitem inferir quão significativa era a população de analfabetos adultos que pretendiam emigrar; a emigração clandestina era, em maioria, advinda desta mesma restrição (M.B.Rocha-Trindade, 1981, p.77).

Quadro 6 - Número de inquiridos segundo os países receptores

Países	Concelho	Pamp.	S. Alvaláz.	Ansião	Pombal	Soure	Cantanh.	Mira	Mort.	TOTAL
N. R.				1	2					4
Alemanha	1		8	21	1	10	3	7		51
Bélgica										0
França	9		7	20	104	5	95	29	23	292
Holanda							1			1
Luxemburgo				2	1		1	2	4	10
Em. Europeia	10		7	30	126	6	107	34	34	354
Africa do Sul							1	1		2
Angola						1	1			2
Austrália				1						1
Botswana					1					1
Brasil						1	2	1	2	6
Canadá							7	9		16
E. U. A.							1			1
Malawi				1						1
Moçambique				1						1
Venezuela					3	4	15			22
Em. Transoceânica	0		0	3	4	6	27	11	2	53
TOTAL	10	7	34	132	12	134	45	37		411

Em grau decrescente de importância, a Alemanha (12%), a Venezuela (5%), o Canadá (4%) e o Luxemburgo (2%), mostram típicos destinos do movimento emigratório português, não sendo os restantes suficientemente representados na amostra.

Teria sido interessante detectar algum destino que se pudesse considerar como "especializado" para certa área, concelho ou local preciso de origem, isto é, destino que contrariasse abertamente a hierarquia de tendências geográficas orientadas das populações migrantes, como se verifica para muitos pontos do espaço português (M.B. Rocha-Trindade, 1973, 1976, 1977, 1981); tal não se passa aparentemente nos concelhos cobertos pela amostra onde a França é, em todos os casos, o destino dominante (embora esta conclusão possa ser em especial determinada pela predominância dos regressos provenientes de França). Apenas se poderá referir que a particular incidência do destino venezuelano, verificada para o concelho de Cantanhede, mostraria alguma tendência para especialização. (*)

B - Data de Partida

De entre os inquiridos, os anos a que correspondem mais de 10 partidas situam-se entre 1962 e 1973, com picos para 1964, 1966 e 1970 (Vd. fig. 37, onde estão representados os efectivos por ano de emigração). Se compararmos esta distribuição com os dados conhecidos para a totalidade da emigração portuguesa verificamos que, apesar da pequena dimensão da amostra e do seu limitado âmbito geográfico, o ajuste é muito razoável, em particular no que respeita à existência de três picos em datas aproximadamente conformes. Lembre-se que os anos de emigração são, no caso da amostra, obtidos por resposta directa dos próprios interessados, enquanto que nas estatísticas nacionais, os dados resultam das datas de legalização da situação de emigrado, estas correntemente posteriores àquelas.

A análise dos meses em que se efectivaram as partidas dá igualmente uma informação coerente com o panorama geral emigratório: observa-se que são "fracos" os meses de Junho, Julho, Novembro e Dezembro, sendo o mais "forte" o mês de Setembro. Tal está ligado ao fim das férias de Verão, neste último caso; nos primeiros mencionados, devido à relutância em partir antes do Verão ou na vizinhança do fim do ano.

E curioso comparar estas conclusões com as que se podem tirar dos dados referentes aos meses em que aqueles emigrantes regressaram definitivamente ao país (fig. 38): observa-se que os meses de regresso se apresentam em antítese dos de partida e exactamente pelas mesmas razões.

(*) - O facto justifica-se por o concelho ser contíguo aos concelhos do sul de Aveiro, onde a emigração para a Venezuela é dominante (vd. M.B.Rocha-Trindade e J.Arroteia, 1984, Anexo B, Fig. VII).

QUADRO 7 - FORMA DE EMIGRAÇÃO SEGUNDO O ANO DE PARTIDA

Emigr.	Legal	Clandestina	N. R.	TOTAL
Anos				
Ant. 1950	4	4	1	9
50-54	6			6
55-59	15	2		17
60-64	59	41		100
65-69	88	79	1	168
70-74	61	39		100
75-79	7	3		10
Depois de 1980	1			1
TOTAL	241	168	2	411

Fig. 37 - Formas de Emigração

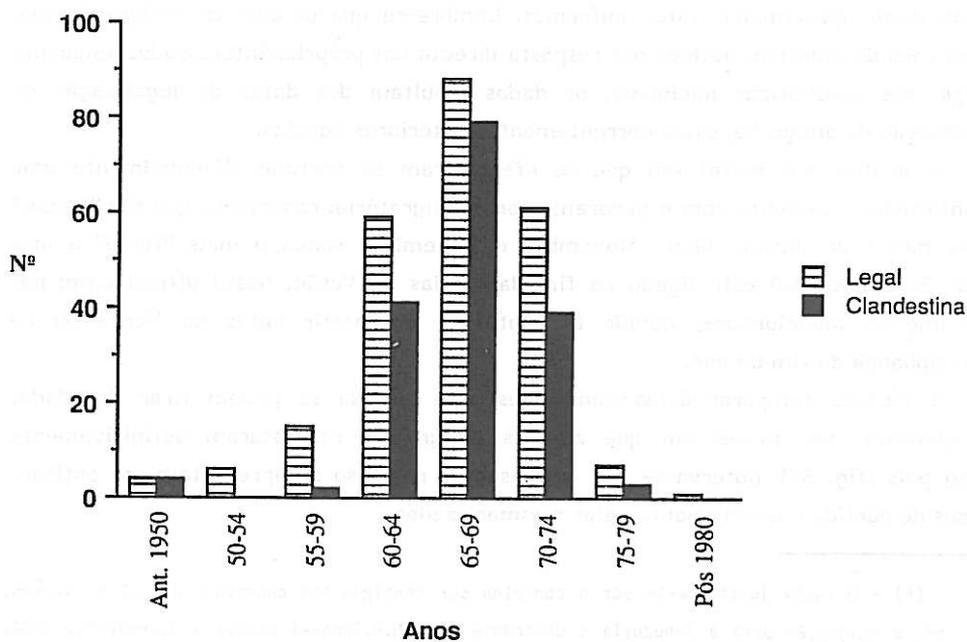


Fig. 38 - Mês de Emigração e de Regresso

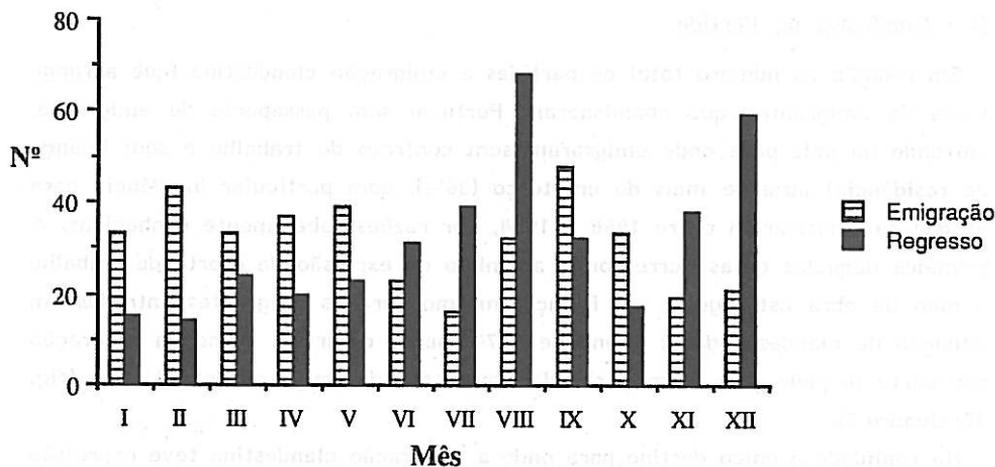
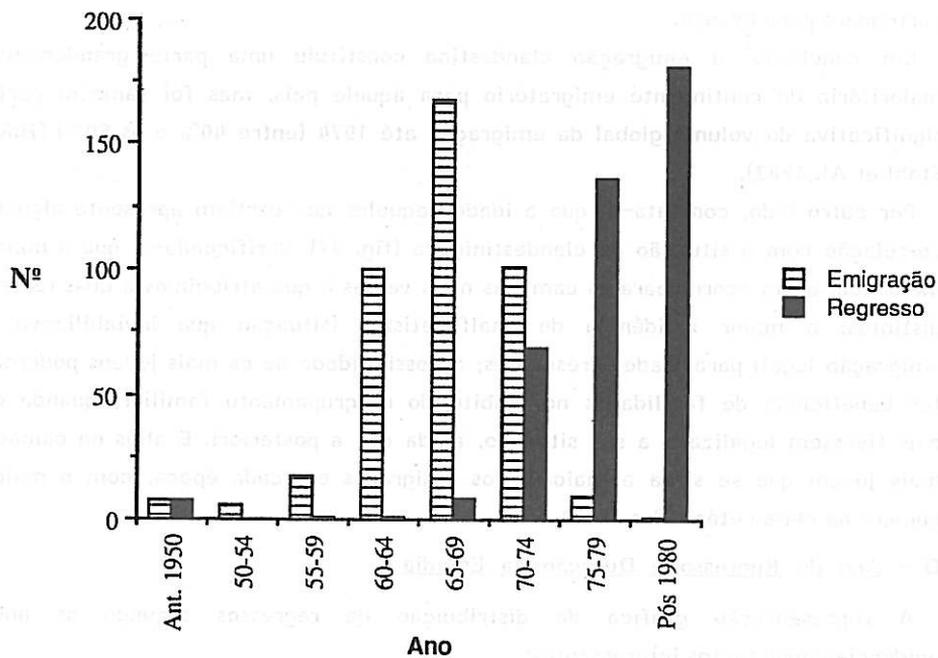


Fig. 39 - Ano de Emigração e de Regresso



C - Condições de Partida

Em relação ao número total de partidas a emigração clandestina (que abrange todos os emigrantes que abandonaram Portugal sem passaporte de emigrante, entrando no país para onde emigraram sem contrato de trabalho e sem licença de residência) abrange mais de um terço (36%), com particular incidência para as que se verificaram entre 1960 e 1974, por razões sobejamente conhecidas. A primeira daquelas datas corresponde ao início da explosão da oferta de trabalho à mão de obra estrangeira em França, mesmo para os imigrantes entrados em situação de clandestinidade; o ano de 1974 marca o virtual fecho da imigração por parte daquele país, com particular regressão da imigração clandestina (fig. 37; Quadro 7).

Na realidade o único destino para onde a emigração clandestina teve expressão significativa foi a França, atingindo no caso presente 52% do total dos inquiridos que emigraram para este país (eles próprios representando 70% do total dos inquiridos na amostra). Note-se por curiosidade que a incidência desta emigração clandestina, apesar de tomada numa amostra sem preocupações de representatividade estatística e confinada a uma região bem determinada de Portugal — acomoda-se exactamente aos valores para o conjunto da emigração portuguesa para França.

Em conclusão, a emigração clandestina constituiu uma parte grandemente maioritária do contingente emigratório para aquele país, mas foi também parte significativa do volume global da emigração até 1974 (entre 40% e os 50%) (H.M. Stahl et Al., 1982).

Por outro lado, constata-se que a idade daqueles que partiam apresenta alguma correlação com a situação de clandestinidade (fig. 37), verificando-se que a maior incidência desta ocorre para as camadas mais velhas o que atribuímos a duas razões distintas: a maior incidência de analfabetismo (situação que inviabilizava a emigração legal) para idades crescentes; a possibilidade de os mais jovens poderem ter beneficiado de facilidades no âmbito do reagrupamento familiar, quando os pais tivessem legalizada a sua situação, ainda que a posteriori. E aliás na camada mais jovem que se situa a maioria dos emigrados em cada época, com o maior número na classe etária dos 25-29 anos.

D - Ano de Regresso e Duração da Estadia

A representação gráfica da distribuição de regressos segundo os anos evidenciam alguns factos interessantes:

- não são representativos os regressos que se efectuam em datas anteriores a 1965, que teríamos tendência a considerar, não como fecho de um ciclo emigratório, mas antes como experiências abortadas de emigração (*);

- a partir da data referida os regressos aparentam uma tendência sucessivamente crescente (ignorando-se, como é lógico, algumas flutuações pontuais que devem atribuir-se à dimensão relativamente pequena da amostra); não deve ser interpretado como decréscimo real do movimento de regressos a parte descendente da distribuição localizada na vizinhança de 1984 dado que, sendo exactamente esta a data de início do inquérito e a maneira como foi constituída a amostra (por acréscimos sucessivos, em técnica de "bola de neve"), não poderia ter-se a pretensão de localizar com idêntica eficiência emigrantes regressados em datas excessivamente recentes.

Dos dados recolhidos não é, por conseguinte, ilícito inferir por extrapolação se o movimento de regressos tende a crescer, se é decrescente ou se apresenta tendência estabilizada.

O cálculo da duração média das estadias situa este valor entre os 12 e 13 anos (**); a mesma conclusão se poderá tirar, por forma mais expedita, por comparação das curvas envolventes das Figuras referentes às partidas e aos regressos, segundo o ano, (reunidos na Fig. 38) mostrando que elas distam, por translação, daquele número de anos.

Em relação aos países receptores as durações de estadia média são semelhantes para os casos da França e da Alemanha, e um pouco maiores no caso da Venezuela — o que terá alguma lógica por se tratar de uma emigração transoceânica, por um lado, e da ausência de mecanismos expressos ou difusos de rejeição de imigrantes, ao contrário do que acontece nos países europeus. No entanto, temos alguma relutância em atribuir especial significado a esta aparente tendência para estadias mais prolongadas, dado o pequeno número de emigrantes entrevistados (22) provenientes daquele país.

Por maioria de razão não se considera significativa a análise de durações de estadia nos destinos com ainda menores efectivos na amostra (Vd. Quadro 7).

(*) - Na análise estatística sistematizada dos Vinte Anos da Emigração Portuguesa, situada em 1959 e 1969, M.L. Marinho Antunes conclui não haver "praticamente retornos de França para Portugal pois o conjunto das informações de que se dispõe não dá conta da existência, no período considerado, de um movimento relevante de retorno definitivo dos emigrantes portugueses que foram para França" (p. 376).

(**) - Do estudo que Michel Poinard fez, na segunda metade da década de setenta, dos processos relativos ao pedido de "ajuda de retorno" (50% de 3972 dossiers: 1831 homens e 1017 mulheres) conclui-se que a duração média da estadia dos emigrantes portugueses em França, foi de 9 anos e meio. No entanto, a diferenciação do local de implantação geográfica diferencia estadias de maior duração, o que se verifica por exemplo na região parisiense onde está implantada a colónia portuguesa mais antiga e mais numerosa (pp. 54-58).

6.3 - O Emigrante Regressado: Motivos de Regresso

Para além dos dados de natureza puramente factual e objectiva, outros há que decorrem de outros foros, como sejam os referentes a motivações de partida e de regresso, a avaliação individual do montante que foi ou não conseguido e dos projectos para futuros imediatos ou mais distantes.

Nestes termos eminentemente subjectivos e nem sempre passíveis de classificação ou de quantificação rigorosas, podem ainda assim extrair-se alguns resultados significativos.

A análise dos motivos de regresso ao país teve de basear-se em perguntas abertas, para que à subjectividade da introspecção pessoal se não juntasse o efeito de qualquer interferência ou sugestão, por parte do inquiridor. Assim, a classificação das tipologias de resposta teve que ser feita a posteriori em relação à colectânea destas. Para não trair o pensamento expresso por cada um dos inquiridos foi mister considerar-se tanto a razão de ordem genérica (do tipo "problemas familiares") como a muito específica, como o ter conseguido um emprego em Portugal.

E evidente que a distinção entre várias formulações de respostas aparentadas não corresponde necessariamente a efectivas diferenças de motivação, mas à incidência de características pessoais do respondente como a maior ou menor franqueza, capacidade de introspecção, espírito de abstracção e de generalização, tendência para a objectividade ou natureza da racionalização de comportamentos elaborada por cada um.

Após estes comentários em jeito de advertência quanto ao valor absoluto a atribuir à quantificação das várias motivações identificadas, poderemos concluir o seguinte:

- São nitidamente preponderantes as razões de ordem familiar: desejo de se reunir à família em Portugal (quer em relação a filhos, quer a pais idosos); desejo que os filhos se educassem em Portugal. No total, as razões deste tipo justificam, cerca de 40% das respostas expressas.

- A razão de cansaço que traduz, segundo os próprios, um sentimento de saturação, ou a de "achar que era tempo de regressar", é invocada em 11% dos casos; se a estas juntarmos os motivos designados "de saúde" (que mais aparecem como racionalizações de um sentimento subjectivo de vontade de regressar), as percentagens de resposta atingem um nível de cerca de 25%.

- De tipo radicalmente diferente é a motivação baseada no atingir de objectivos económicos, que atinge 16% dos casos.

- Motivações de tipo muito variado, desde a razão de ter atingido a idade de reforma, a incompatibilidade física e psicológica com o clima do país receptor,

a inadaptação ou a crise de trabalho no estrangeiro, não atingem níveis de frequência que as justifiquem como significativas; pode o facto ser igualmente atribuído à consideração, para efeitos de classificação, de um número talvez demasiado elevado de tipologias de motivos de regresso.

Em síntese, note-se que as três ordens de razões dominantes (razão familiar, razão de saturação e razão de sucesso atingido) justificam no total aproximadamente 80% das respostas, o que consideramos satisfatório em termos de poder discriminante das classificações consideradas.

Mais alguma luz pode ser feita sobre esta matéria quando se faça o cruzamento dos dados obtidos, com a distribuição dos inquiridos pelos vários países de imigração. Se isolarmos apenas os três destinos principais (França, Alemanha e Venezuela) verificamos que:

- as razões de ordem familiar são invocadas em 36% dos casos para a origem francesa, 50%, no caso da Alemanha e 10% no que concerne à Venezuela. A conclusão mais óbvia desta dispersão de números liga-se ao carácter "europeu" daquelas duas correntes emigratórias, enquanto que a segunda é transoceânica representando, intrinsecamente, já um significativo "corte" com as responsabilidades familiares.

- no tocante à razão de saturação, nota-se que ela é invocada em 13% dos casos para os regressados de França, sendo apenas de 5% para os provenientes da Alemanha. Teríamos tendência a atribuir esta discrepância a uma conhecida deterioração do clima social e laboral em França, no que respeita aos trabalhadores imigrados, que não atinge dimensão tão gravosa no caso alemão.

Refira-se, no entanto, que em nenhum caso o regresso aparece como resultado de incentivos ao retorno postos em prática por alguns países europeus (*), nem através do reconhecimento de compulsões absolutas como o seriam a hostilidade social, a discriminação xenófoba ou crise laboral aguda; em situações de conversa informal subsequente à resposta ao questionário, aquelas situações de injustiça, quando reconhecidas, foram evocadas para outrém que não os próprios respondentes.

Em conclusão geral sobre a problemática conjunta das motivações associadas à totalidade do ciclo migratório (partida/estadia/regresso) desenha-se uma situação geral de indefinição: se a partida é em geral determinada por razões de dominante

(*) - Uma boa síntese dos dispositivos políticos de incitamento directo e indirecto ao retorno, postos em prática por alguns governos dos países europeus, foi apresentada por Heikō Korte na Conferência sobre Retorno e Reintegração dos Emigrantes que teve lugar em Lisboa em 1984 (vd. H.Korte, 1985, pp. 133-144).

económica, não lhe está associado um plano, um programa e um objectivo bem determinado, cujo cumprimento conduziisse a uma decisão univocamente formulada de regressar; antes, as situações vão-se enformando, as ideias acabam por precisar-se e o regresso surge com alguma naturalidade, mas também com uma forte aparência de hesitação.

Se esta interpretação se asseverar correcta e se a conjugarmos com os poucos e fálveis dados quantitativos referentes ao panorama geral dos regressos definitivos a Portugal, somos levados a pôr em causa a previsão algo catastrófica (e correntemente aceite por muitos sectores da vida portuguesa) de uma tendência para regressos maciços, a curto prazo, dos emigrantes portugueses provenientes dos países europeus.

PARTE III

**ITINERÁRIO MIGRATÓRIO
E MOBILIDADE SOCIOECONÓMICA**

Rui Jacinto

III - ITINERARIO MIGRATORIO E MOBILIDADE SOCIOECONOMICA

Como foi referido, a emigração tem exercido repercussões intensas em vários domínios da sociedade portuguesa (económico, social, político, etc.) com tradução diferente consoante os níveis espaciais do território em que se verifica (nacional, regional e local). Estas razões colocam-na como um dos principais factores responsáveis pela evolução geral operada na estrutura social durante as duas últimas décadas, período marcado por continuidades e por rupturas que evidenciam um "declínio das classes e fracções de classe relacionadas com a agricultura, estagnação relativa do sector industrial, terciarização, feminização e, em termos territoriais, urbanização e litoralização" (Ferrão, 1985, p.568).

Sendo a partida e o regresso os momentos cruciais que balizam a trajetória individual dos migrantes, servirão de referência ao desenvolvimento da análise sobre a mudança socioeconómica operada pelo fenómeno migratório. Assim, a mobilidade geográfica e profissional, a mudança na proveniência dos rendimentos, o investimento efectuado pelos emigrantes e o modo como as transformações económicas são percebidas após o regresso constituem os aspectos que a seguir se analisam; o seu estudo, além de ajudar a compreender a relação entre as diferentes etapas do itinerário migratório e as mudanças económicas e sociais entretanto verificadas, permite avaliar a sua posição e importância no processo de mudança.

7. MOBILIDADE GEOGRAFICA

Entre os emigrantes regressados, o número de pessoas em que as freguesias de residência não coincidem com aquelas de onde partiram é relativamente pequeno (31 em 406 respostas, apenas 8% do total da amostra), permitindo concluir que os regressados à Diocese de Coimbra vêm fixar-se, predominantemente, no lugar ou na freguesia de onde partiram. Como anteriormente foi apontado, este valor aproxima-se dos verificados noutros estudos. Neles, cerca de 90% dos que responderam a igual questão disseram ter regressado para a mesma freguesia onde viviam antes de emigrar, o que revela a existência de um movimento de emigração-regresso de tipo pendular: "volta-se, sobretudo, ao local de partida". (Boura et al. 1983, p.68; Silva et al. 1984, p. 111).

Em 9 das 17 freguesias onde se realizou o trabalho de campo (Janeiro de Baixo, Pousaflores, Abiúl, Louriçal, Soure, Cadima, Covões, Sobral e Marmeleira), não

existe qualquer alteração entre o local de residência actual e o anterior à emigração.

Nas restantes freguesias, onde existem casos de mudança de residência entre lugares, como se pode observar na fig. 40, podem assinalar-se os pontos seguintes:

- a mobilidade verificada contempla, de um modo geral, apenas os lugares mais próximos do mesmo concelho, ou de concelhos vizinhos; algumas destas mudanças de residência podem justificar-se pelo casamento, que pode ter ocorrido durante o período de emigração e ter-se realizado com habitantes de outras localidades;

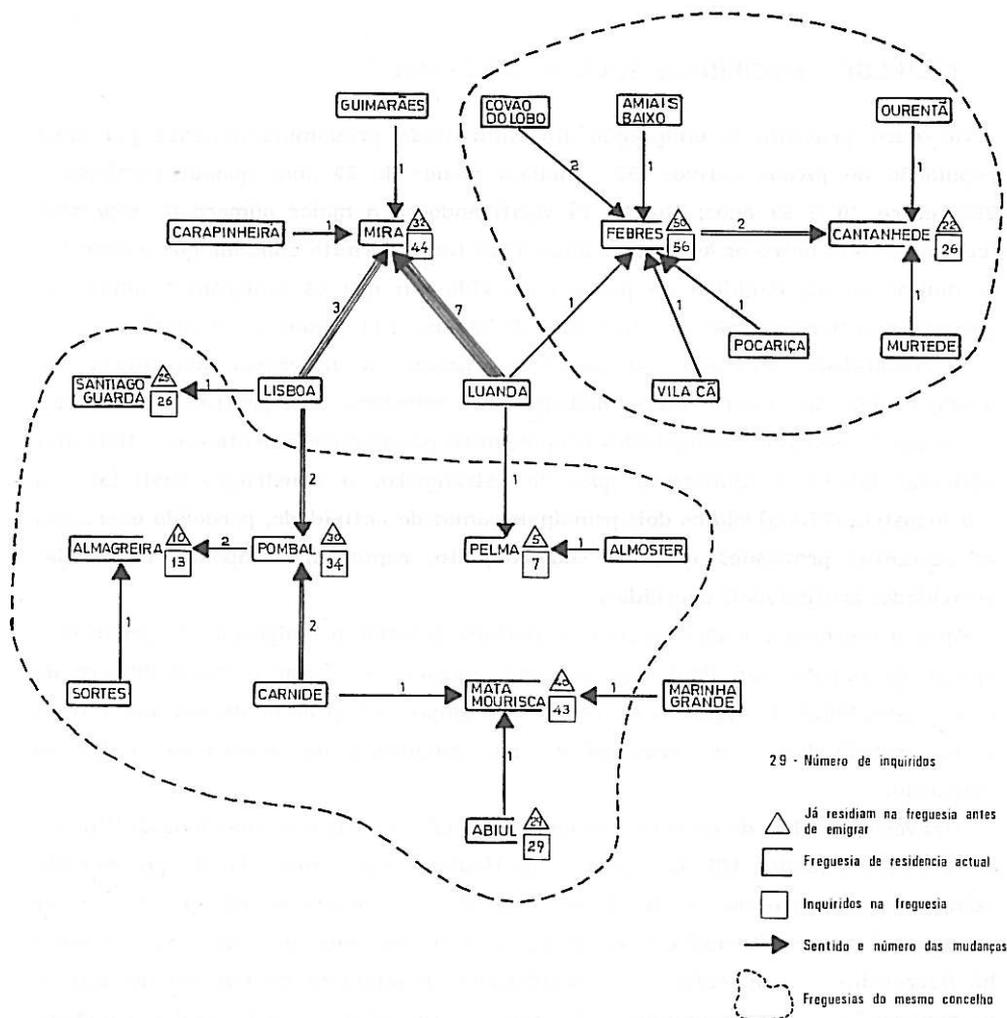
- os lugares que se caracterizam pelo carácter repulsivo localizam-se nas freguesias mais remotas dos concelhos e, quando se situam fora da área de estudo, correspondem a uma etapa anterior do percurso migratório (Lisboa, Marinha Grande, Luanda);

- as respectivas sedes de concelho (Cantanhede, Mira e Pombal) e as povoações que no interior do espaço concelhio, evidenciam maior dinamismo económico e demográfico (Febres e Mata Mourisca) são lugares mais atractivos, que registam maiores afluxos populacionais. O facto de oferecerem melhores perspectivas de investimento, de ocupação em actividades não agrícolas e de estruturas de ensino para os filhos, não só terá contribuído para o seu crescimento populacional e para o crescimento do sector de serviços, como poderá ainda explicar a sua própria evolução.

Os aspectos específicos que caracterizam tanto a emigração como os emigrantes portugueses poderão, em certa medida, ajudar a compreender a fraca mobilidade geográfica verificada, de que é exemplo explícito o caso presente. O facto de a amostra ser constituída por elementos provenientes de áreas predominantemente rurais será, provavelmente, a causa mais relevante e explicativa desta situação, embora outros aspectos possam igualmente intervir e ser mencionados pois "mais do que o regionalismo, a característica mais notável da territorialidade dos portugueses é o localismo, que se manifesta frequentemente em dois níveis institucionalizados: freguesia (sobretudo no Norte) e concelho" (J. Gaspar, 1982, p. 102).

Do ponto de vista psicológico, o lugar de partida é sobrevalorizado e faz parte do imaginário do emigrante português que mantém a ideia de regresso sempre latente. A tal propósito, registe-se o testemunho de quem viveu esta realidade: "A distância sublima a aldeia: anula os seus defeitos agiganta e doira as suas virtudes. A nostalgia que me torturou durante os nove anos de emigração, sem o conforto de saber se poderia jamais voltar, foi, dos muitos outros sofrimentos que suportei no espírito, um dos dois mais cruéis de toda a minha vida. (...) O homem ama na terra natal os seus hábitos, se ali reside ou residiu muito tempo; ama a sua casa e o seu agro, se os tem; e ama sobretudo a sua infância, que lhe comandará

Fig. 40 - Emigração, retorno e mobilidade geográfica



a vida inteira e se amalgama com o drama biológico do envelhecimento e da morte. Ama esse período da sua existência por saber que jamais voltará a vivê-lo; e essa certeza de irrecuperabilidade embeleza-lhe o cenário nativo e valoriza-lhe os anos infantis mesmo se neles conheceu a miséria, os trabalhos prematuros, as opressões e as humilhações impostas pelos adultos." (Ferreira de Castro; A Aldeia Nativa, in Fragmentos, Guimarães ed., s.d., p.45)

Convém lembrar que o contacto, pelo menos anual, que o emigrante mantém com o meio de onde é oriundo e o investimento das suas poupanças aí efectuadas, se enquadra perfeitamente na estratégia de regresso e na procura de reinserção nesse local que emocionalmente nunca chegou a abandonar.

8 - EMPREGO E MOBILIDADE SOCIOPROFISSIONAL

No caso presente a emigração foi alimentada predominantemente por uma população de jovens activos (58% tinham menos de 30 anos quando partiram e 29% entre 30 e 39 anos; Quadro 8) verificando-se o maior número de regressos (cerca de 40%) entre os 40 e os 49 anos. Este facto permite concluir que o regresso é, muitas vezes, decidido no período de vida em que os emigrantes ainda são potenciais activos (apenas 36% tem mais de 50 anos e 11% mais de 60 anos).

A mobilidade intersectorial ocorrida durante o itinerário migratório foi acompanhada de significativas mudanças na estrutura socioprofissional (Quadro 9). Antes de emigrar, os inquiridos ocupavam-se predominantemente em actividades agrícolas (59.33%). Lembre-se que, no estrangeiro, a construção civil (55.1%) e a indústria (27.4%) são os dois principais ramos de actividade, perdendo expressão as restantes profissões que, no seu conjunto, representam apenas 17.7% das actividades profissionais exercidas.

Após o regresso e relativamente ao período anterior à emigração a agricultura, apesar de registar um ligeiro decréscimo, continua a ocupar o maior número de regressados (48.2%), enquanto se assiste ao compreensível aumento dos não-activos e dos trabalhadores por conta própria na agricultura, na construção civil e no comércio.

Através da análise da evolução socioprofissional ocorrida nos concelhos da Diocese de Coimbra (Quadro 10) observam-se particularidades a nível local, que não são coincidentes com o que acaba de ser descrito: o aumento do número de activos na agricultura em Pampilhosa da Serra e Mortágua, enquanto noutros concelhos há decréscimos significativos; o considerável crescimento do número de activos na construção civil; a manutenção do emprego na indústria em Pombal e o número de comerciantes em Cantanhede e Pombal, são aspectos que merecem especial referência.

Quadro 8 - Situação socioprofissional dos emigrantes regressados segundo a estrutura etária

	IDADE QUANDO EMIGROU						IDADE ACTUAL						
	<19	20-29	30-39	40-49	50-59	TOTAL	<19	20-29	30-39	40-49	50-59	≥60	TOTAL
Trab. Agric. Conta Outrem	9	36	29	18		92			2	6	6		14
Trab. Agric. Conta Própria	5	17	13	10		45		2	16	48	48	23	137
Agricultores	10	41	36	9	1	97		1	6	13	10	9	39
Agricultura (Total)	24	94	78	37	1	234		3	24	67	64	32	190
Indústria	6	28	14	3	1	52			13	21	4	1	39
Construção Civil	4	29	10	1		44			18	33	8		59
Comerciantes		6	3	3		12	3	11	17	4		1	36
Empr. Comércio e Serviços	4	4	3			11		4	2	3			9
Outras Profissões		4	2	1		7		2	2	1			5
TOTAL DE ACTIVOS	38	165	110	45	2	360		6	72	142	84	34	338
Domésticas	5	17	7			29	1	2	8	14	1		26
Não Activos	2	2				4	1		4	3	8		24
TOTAL	45	184	117	45	2	393	2	8	84	159	93	42	368

Quadro 9 - Itinerário migratório e mobilidade socioprofissional

	ANTES		ENQUANTO		ACTUALMENTE	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Trabalhadores agrícolas por conta de outrem	92	23.1	8	2.0	14	3.6
Trabalhadores agrícolas por conta própria	46	11.6	1	0.3	137	34.7
Agricultores	98	24.6	9	2.3	39	9.9
Agricultura(Total)	236	59.3	18	4.6	190	48.2
Indústria	53	13.3	107	27.4	39	9.9
Construção Civil	44	11.0	216	55.1	59	15.0
Comerciantes	13	3.3	6	1.5	36	9.1
Empregados de comércio e serviços	11	2.8	8	2.0	9	2.2
Outras profissões	7	1.8	9	2.3	5	1.3
Total de activos	364	91.5	364	92.9	338	85.7
Domésticas	30	7.5	28	7.1	27	6.9
Não activos	4	1.0	-	-	29	7.4
TOTAL de respostas válidas	398	100.0	392	100.0	394	100.0

Quadro 10 - Situação socioprofissional antes e após a emigração segundo o concelho de residência

	Pemp.S.		Alvelóz.		Anselão		Pombal		Soure		Cantenh.		Mira		Mortágua		Total	
	A.E.	A.R.	A.E.	A.R.	A.E.	A.R.	A.E.	A.R.	A.E.	A.R.	A.E.	A.R.	A.E.	A.R.	A.E.	A.R.	A.E.	A.R.
Trab. Agric. Conta Outrem						6	15	4			58		10		9	4	92	14
Trab. Agric. Conta Própria		5			7	12	21	30	2	7	12	57	3	7	1	19	46	137
Agricultores	5	1			16	1	38	10	7		19	22	2	2	11	3	98	39
Agricultura (Total)	5	6			23	19	74	44	9	7	89	79	15	9	21	26	236	190
Indústria			1		1	15	16	1			19	7	6	9	11	6	53	39
Construção Civil	1	1	2	2	4	5	19	34	1	2	6	7	8	7	3	1	44	59
Comerciantes	1	1			1	4	9		1	5	19	3	4		1	13	36	
Empr. Comércio e Serviços					1		2	3		4	2	3	2		1	1	9	9
Outras Profissões	2						2			1	3	4					7	5
TOTAL DE ACTIVOS	9	8	3	2	28	26	114	108	11	10	124	117	38	32	37	35	364	338
Domésticas	1	1	4	4	5	5	9	7	1	5	3	5	5				30	26
Não Activos			1		2	2	6		1	1	9	1	5				4	24
TOTAL	10	9	7	7	33	33	125	121	12	12	130	129	44	42	37	35	398	368

A. E. - Antes de emigrar

A. R. - Após o regresso

Quadro 11 - Relação entre a profissão antes de emigrar e a profissão enquanto emigrante

Prof. antes emigr. Prof. enq. emigr.	Trab. Conta	Agr. Out	Trab. Conta	Agr. Próp.	Agricul- tores	Agricult. (Total)	Indús- tria	Constr. Civil	Comer- ciantes	Emp. Com. e Serv.	Outras Prof.	TOTAL DE ACTIVOS	Domés- ticas	Não Act.	TOTAL											
Trab. Agr. Conta Out.		4			1	5			1			6			6											
Trab. Agr. Conta Próp.							1					1			1											
Agricultores	3		2		2	7		1			1	9			9											
Agricultura (Total)	7		2		3	12		2			1	16			16											
Indústria	17		10		23	50	30	6	6	2	2	96	7		103											
Construção Civil	59		26		51	136	18	38	3	1	3	201		1	202											
Comerciantes			1		2	3			1			4		1	5											
Emp. Com. e Serv.	2				1	2	1		1			4	3		7											
Outras profissões					1	1					1	2			2											
TOTAL DE ACTIVOS	65		41		80	206	51	44	12	3	7	323	10	2	335											
Domésticas	2		3		3	8						8	10		26											
TOTAL		87		44		83		214		51		44		12		3		7		331		26		2		361

Quadro 12 - Situação socioprofissional antes e enquanto emigrante segundo o país

	França		Alemanha		R.P.Europ.		Venezuela		Canada		Brasil		P.Afric.		TOTAL	
	A.E.	E.E.	A.E.	E.E.	A.E.	E.E.	A.E.	E.E.	A.E.	E.E.	A.E.	E.E.	A.E.	E.E.	A.E.	E.E.
Tr.Agr.Conta Out.	65	5	6		5	1	9		3		2		2		9	6
Tr.Agr.Conta Próp.	41		2				2		1	1					4	1
Agricultores	68	7	17		1		4		2	1	1	1			9	8
Agricultura (Total)	174	12	25	0	6	1	15		6	1	3	1	3		23	15
Indústria	33	58	8	30	2	1	3	4	6	7	1	1		2	53	103
Construção Civil	34	171	7	13	2	5		10	5	7	1	2	1	3	44	209
Comerciantes	9	1	1				2	5	1						13	6
Empr. Com. e Serv.	6	3	2				2	1	1	1		1	2	1	11	8
Outras Profissões	6	2	1	1									1	2	7	3
TOTAL DE ACTIVOS	262	247	44	44	10	7	20	21	14	14	5	4	5	7	360	344
Domésticas	20		4	1	1	2		1	1	1	1	1	2		28	28
Não Activos	1		1				1		1						4	
TOTAL	283	269	49	45	11	9	21	22	16	15	6	5	7	7	393	372

A. E. - Antes de emigrar

E.E. - Enquanto emigrante

Quadro 13 - Relação entre a primeira e a última profissão enquanto emigrante

Última Prof. Primeira Prof.	Trab. Conta	Agr. Próp.	Agricul- tores	Agricultura (Total)	Indústria	Construção Civil	Emp. Com. e Serv.	TOTAL DE ACTIVOS	Domésticas	TOTAL
Trab. Agr. Conta Out.					1	1		2		2
Trab. Agr. Conta Próp.					1	1		2		2
Agricultores						3		3		3
Agricultura (Total)						5		7		7
Indústria			1	1	5	13		19	1	20
Construção Civil		1	3	4	6	9		19	1	20
Emp. Com. e Serv.					1			1		1
Outras profissões					1			1		1
TOTAL DE ACTIVOS		1	4	5	15	27		47	2	49
Domésticas					1	1	1	3		3
TOTAL		1	4	5	16	28	1	50	2	52

Fig. 41 - Emigração e mobilidade socio-profissional: profissão antes de emigrar e enquanto emigrante

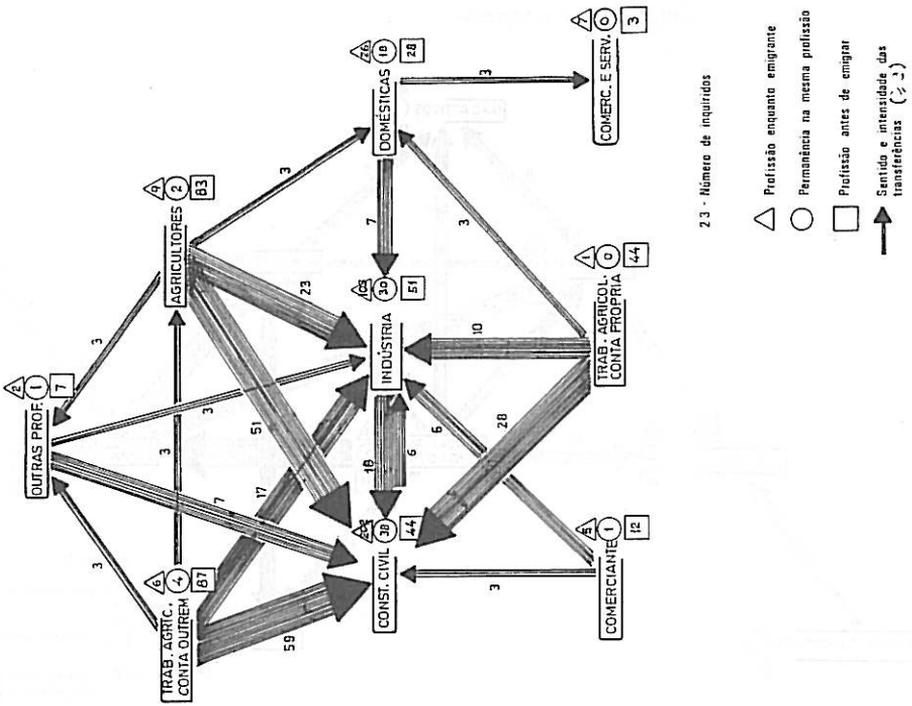


Fig. 42 - Mobilidade profissional enquanto emigrante: primeira e última profissão

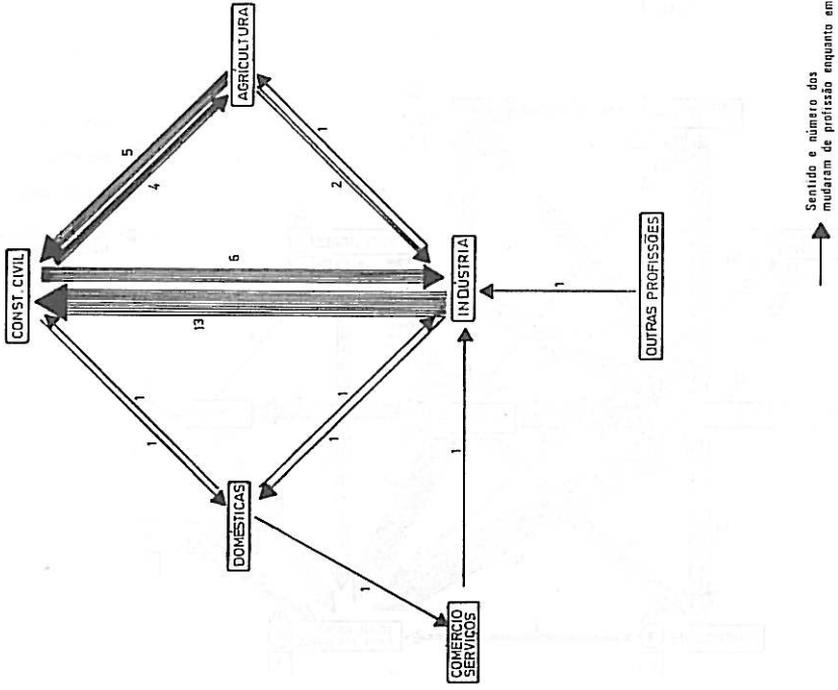


Fig. 43 - Retorno e mobilidade socio-profissional: profissão enquanto emigrante e a actual

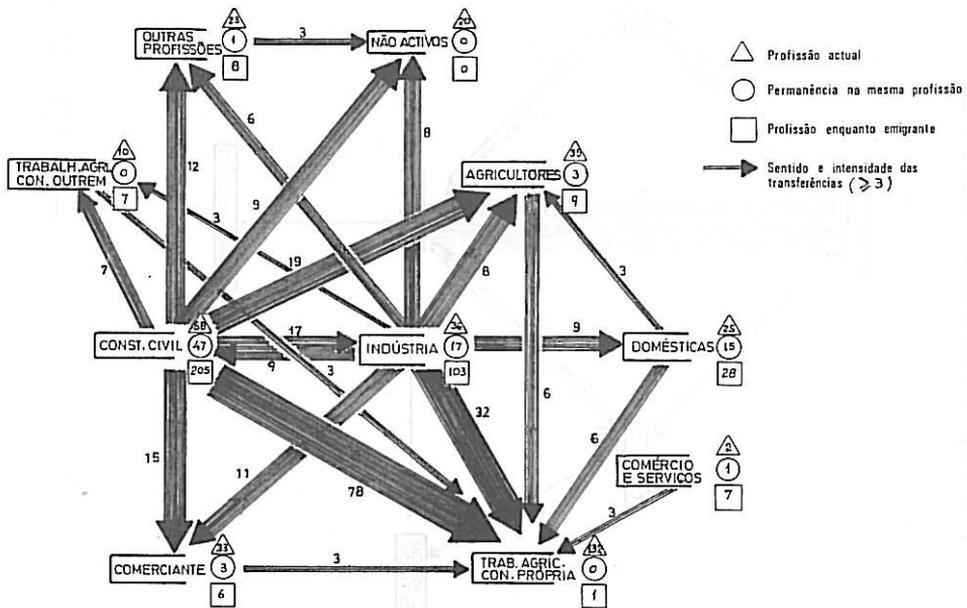
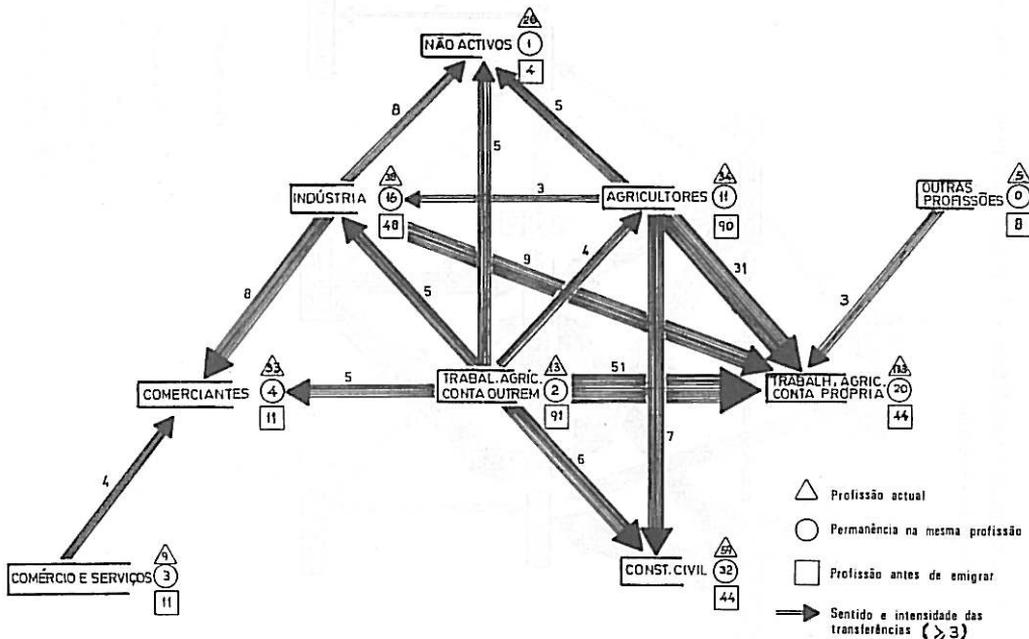


Fig. 44 - Emigração, retorno e mobilidade socio-profissional: profissão antes de emigrar e após o regresso



Quadro 14 - Motivo de regresso segundo a profissão enquanto emigrante

Mot. de regresso Prof. enq. Emigr.	RAZÕES FAMILIARES			RAZÕES PESSOAIS							RAZ. ECONÓMICAS		TOTAL
	Fic. junl. famil.	Probl. Famil.	Filhos	Saúde	Inada- plação	Idade Avanc.	Farto	Amor ao País	Acident. Trab.	Outros Mot. Pes	Melhoria Cond. Ec.	Lá tb era mau	
Trab. agric. c/ outrém		2	1	1					1		1	1	7
Trab. agric. c/ prop.				1									1
Agricultores	1	2		2			1			2		1	9
AGRICULTURA (TOTAL)	1	4	1	4	0	0	1	0	1	2	1	2	17
Indústria	14	15	14	15	2	4	8	6		5	18	2	103
Construção Civil	33	21	16	25	5	5	27	14	5	6	42	8	209
Comerciantes		1		1	1	1	1	1			1		6
Emp. com. e serviços	1	4	1			1					1		8
Outras profissões	1			1			1						3
TOTAL DE ACTIVOS	50	45	32	45	8	11	38	21	6	15	63	12	346
Domésticas	2	8	4	4			3	1			4	1	27
TOTAL	52	53	36	49	8	11	41	22	6	15	67	13	373

Quadro 15 - Anos de permanência no estrangeiro segundo a profissão enquanto emigrante

Anos perm. Estrang. Prof. enq. Emigr.	0-2	2-4	4-6	6-8	8-10	10-12	12-14	14-16	16-18	18-20	> 20	TOTAL	
Trab. agric. c/ outrém			1		1				1	1	1	2	8
Trab. agric. c/ prop.												1	1
AGRICULTURA (TOTAL)			1		1				1	1	1	3	9
Indústria	3	6	8	5	21	16	16		8	16	8	8	107
Construção Civil	2	12	18	22	28	36	28	26	14	12	18	16	216
Comerciantes								2		1	2	5	7
Emp. com. e serviços		2	1	2	2								7
Outras profissões	2	3	4	2	3	9	9	5	3		2	2	42
TOTAL DE ACTIVOS	7	24	31	32	55	61	53	34	26	30	33	33	386
Domésticas	1			6	2	5	5		2				21
TOTAL	8	24	31	38	57	66	58	34	28	30	33	33	407

QUADRO 16 - RELAÇÃO ENTRE A PROFISSÃO ACTUAL E A PROFISSÃO ENQUANTO EMIGRANTE

Prof.Enqt.Emig. Prof.Actual	Trab. Agr. Conta Out.	Trab. Agr. Conta Próp.	Agricul- tores	Agricult. (Total)	Indús- tria	Const. Civil	Comer- ciantes	Empr.Com. e Serviços	Outras Profiss.	TOTAL DE ACTIVOS	Domés- ticas	Não Activos	TOTAL
Tr.Agr.Conta Out.					3	7							10
Tr.Agr.Conta Próp.	3		6	9	32	78	3	3	1	126	6		132
Agricultores			3	3	8	19		1	1	32	3		35
Agricultura (Total)	3		9	12	43	104	3	4	2	168	9		177
Indústria	1		1	1	17	17			1	36			36
Construção Civil	1		1	1	9	47			1	58			58
Comerciantes	1		1	1	11	15	3	1		31	2		33
Empr. Com.e Serv.								1		2			2
Outras Profissões	1	1		2	6	12		1	1	21	2		23
TOTAL DE ACTIVOS	7	1	9	17	86	186	6	6	5	316	13		329
Domésticas					9			1		0	15		25
Não Activos					8	9			3	20			20
										0			
TOTAL	7	1	9	17	103	205	6	7	8	346	28		374

QUADRO 17 - RELAÇÃO ENTRE A PROFISSÃO ACTUAL E A PROFISSÃO ANTES DE EMIGRAR

Prof. Antes Emig. Prof.Actual	Trab. Agr. Conta Out.	Trab. Agr. Conta Próp.	Agricul- tores	Agricult. (Total)	Indús- tria	Const. Civil	Comer- ciantes	Empr.Com. e Serviços	Outras Profiss.	TOTAL DE ACTIVOS	Domés- ticas	Não Activos	TOTAL
Tr.Agr.Conta Out.	2	2	9	13						13			13
Tr.Agr.Conta Próp.	53	20	41	114	11	3			3	131	1	1	133
Agricultores	13	8	11	32		1	1			34			34
Agricultura (Total)	68	30	61	159	11	4	1		3	178	1	1	180
Indústria	5	2	8	15	16	3	1		3	38			38
Construção Civil	6	5	8	19	3	32	2	2	1	59			59
Comerciantes	5	2	3	10	9	3	4	4	4	30	1	2	33
Empr. Com.e Serv.	2	1	1	4				3		7	2		9
Outras Profissões			3	4		1				5			5
TOTAL DE ACTIVOS	86	40	84	211	39	43	8	9	7	317	4	3	324
Domésticas			1	1	1	1		1		3	24		27
Não Activos	5	3	5	13	8	1	3	1	1	27		1	28
										0			
TOTAL	91	43	90	226	48	44	11	11	8	347	28	4	379

Estes afastamentos relativamente ao comportamento-padrão da amostra, podem justificar-se pela inclusão de inquiridos residindo, ou não, em lugares sede de concelho e reforça o que atrás ficou dito relativamente à diversidade económica e social que encerra todo o território da Diocese de Coimbra, à luz da qual devem ser interpretados.

A existência de especificidade nos comportamentos e dinamismos locais acentua a permanência da ruralidade e a dependência relativamente à actividade agrícola em vastas áreas da Diocese, onde a ocupação neste sector se perpetua, enquanto em determinadas localidades (Pombal e Cantanhede, p. ex.) se assiste à expansão de actividades económicas alternativas (indústria, construção civil ou comércio). O aumento de não-activos verificado em Cantanhede e Mira poderá ficar a dever-se à maior incidência da emigração para o Continente americano, que aí se regista, uma vez que estes regressados têm propensão a permanecer como "verdadeiros" reformados.

O ciclo migratório intraeuropeu foi de início acompanhado de uma profunda ruptura que afectou vários domínios do comportamento e das actividades dos emigrantes. Como se sabe, o contacto com o mundo do trabalho em países estrangeiros por parte de camponeses e de operários sem formação específica para o desempenho de certas actividades profissionais, relegou-os para os lugares mais baixos da pirâmide laboral com os inerentes sacrifícios pessoais e conflitos que daí advêm.

Numa primeira etapa, os fluxos sectoriais foram polarizados predominantemente pela construção civil e pela indústria (fig. 41; Quadro 11); as restantes ocupações situam-se em posições marginais se exceptuarmos o trabalho doméstico e a categoria designada por "outras profissões" que, apesar de tudo, ainda evidenciam algum poder atractivo (*). Esta situação varia, no entanto, consoante os países: sendo a construção civil a principal ocupação em França, é a indústria que assume o lugar cimeiro na Alemanha e no Canadá (Quadro 12). Na Venezuela, o comércio é a ocupação típica que os emigrantes desempenham; aliás não só nesse país, como em toda a América do Sul.

(*) - A metodologia utilizada na construção da figura é uma adaptação da Dinâmica de Poliedros (Peter-Gould - Dinâmica de Poliedros: uma introdução para cientistas sociais, geógrafos e planeadores. Finisterra, XVII, 1982, pp. 5-51) e já aplicada noutros estudos com o objectivo de descrever e analisar estruturas e as suas relações; J. Gaspar; P. Gould, et al. - Estrutura Agrária e Inovação na Cova da Beira. Coimbra, CCRC, 1983; A. Reis et al. - Os Factores de Localização Industrial na Região Centro. Coimbra, CCRC, 1984. Nas figuras deste ponto, constam apenas as profissões mais representativas; o significado das ligações e dos números que apresentam constam das respectivas legendas.

Constate-se ainda que tem sido em França que os emigrantes desempenham actividades mais diversificadas (incluindo a agrícola), situação que, no entanto, não se verifica nos restantes países.

As transferências sectoriais verificadas durante a emigração envolveram um número restrito de inquiridos (apenas 52 dos 411 emigrantes que constituem a amostra, 12,7%), tendo as frequências ocorrido com maior intensidade entre o sector da construção civil e o sector da indústria (Quadro 13; fig. 42).

Motivos familiares (ficar junto da família, problemas relacionados com família alargada e os filhos), a melhoria das condições de vida, saúde, saturação ("estar farto"), foram apresentados como as razões mais marcantes na decisão de regresso apontadas por mais 14% dos inquiridos:

Os problemas familiares foram determinantes para os agricultores, para os empregados de comércio e para as domésticas; a saúde foi apresentada com destaque na decisão de regresso pelos agricultores e pelos operários da construção civil, enquanto o sentimento de saturação atingiu maior importância do que as razões de ordem familiar ligadas ao futuro dos filhos.

Não tendo a profissão, enquanto emigrante, merecido qualquer relevo (Quadro 14), as causas apontadas como determinantes para esta tomada de decisão variam, no entanto, segundo as profissões desempenhadas pelos inquiridos, no estrangeiro. As duas principais actividades profissionais durante a emigração, destacam como motivo prioritário de regresso, a melhoria das condições económicas no caso da construção civil e da indústria, enquanto que, para as restantes, tal não se verifica.

Analisando a relação entre os anos de permanência no estrangeiro e as profissões aí desempenhadas (Quadro 15) constata-se que os operários da construção civil acompanham o padrão geral da amostra: 30,4% tiveram entre 10 e 14 anos de permanência e 23,8% entre 7 e 10 anos. As áreas profissionais em que os trabalhadores têm estadias mais curtas são a indústria, o comércio e serviços, e a que se relaciona com as tarefas domésticas. Os não activos, acompanham esta tendência, pois incluem predominantemente jovens estudantes; as domésticas revelam também uma permanência mais curta no estrangeiro, o que pode ser explicado pela sua data de partida, quase sempre posterior àquela em que partiu o marido. Não é pois a natureza da profissão que age como condicionante do comportamento em análise mas este parece advir de situações de carácter pessoal, que tendem a generalizar-se às duas categorias acima referidas.

O tempo de permanência no estrangeiro é maior quando as actividades são menos remuneradas, como é o caso dos agricultores, em que 3 dos 9 inquiridos permaneceram mais de 20 anos nestas condições.

O fim do itinerário migratório (Quadros 16 e 17; figs. 43 e 44) revela uma inversão em relação à fase inicial do processo. As profissões que no primeiro momento mostraram características polarizadoras (construção civil e indústria) evidenciam agora maior dispersão.

A par da recomposição profissional que acompanha o regresso, a principal mudança verificada neste domínio diz respeito à alteração do estatuto dos inquiridos relativamente à situação na profissão: o aumento do número de trabalhadores agrícolas, dos da construção civil e dos comerciantes por conta própria, pode ser apontado como a mudança mais significativa, com as conseqüentes implicações económicas e sociais daí decorrentes.

O regresso fecha um percurso geográfico em que o emigrante se desloca ao ponto de partida e em que as transferências sectoriais são, igualmente, pouco significativas. A exiguidade dos mercados de trabalho a nível local e a incapacidade de absorção profissional, por falta de emprego nas áreas de origem, têm sido os principais entraves à efectivação de um regresso mais intenso ao país, por parte dos emigrantes portugueses.

9 - PROVENIENCIA DOS RENDIMENTOS, REMESSAS E APLICAÇÃO DAS POUPANÇAS

9.1 - Proveniência dos Rendimentos

No período que antecedeu a emigração, a insuficiência dos rendimentos obtidos a partir do exercício de actividades produtivas (agrícolas e não agrícolas), não garantia a subsistência e a possibilidade de efectuar investimentos que conduzissem a uma melhoria económica ou das condições de vida das famílias, pelo que se justifica o facto de as razões económicas serem sempre apontadas como a principal causa do abandono do país (Quadro 19). Pelo contrário, grande parte dos regressos foram muitas vezes decididos quando a melhoria das condições económicas já se tinha verificado (Quadro 20). A família (eliminar problemas familiares, principalmente os relacionados com os filhos) constitui motivo relevante que justifica o regresso em grande parte dos casos.

As mudanças ocorridas na estrutura dos rendimentos dos agregados familiares inquiridos, entre os períodos anterior à data da emigração e posterior à de regresso, devem-se ainda ao aparecimento de novos proventos (Quadro 18) onde as reformas e particularmente os juros de depósitos bancários, adquirem posição de relevo.

Se a dependência exclusiva de juros e de reformas atinge um número restrito de casos (11,2%), o grupo de famílias que beneficia de juros é consideravelmente mais elevado (50,9%) (*). O volume de receitas que estes proporcionaram, fruto do aparecimento de elevadas taxas e de benefícios adicionais aos capitais provenientes do estrangeiro, tiveram estreita relação com a conjuntura económica vivida pelo país até 1986. A valorização dos juros não só lhes conferiu um lugar destacado, como lhes deu um papel de grande importância na estratégia das famílias migrantes em relação à gestão dos seus rendimentos.

Para qualquer dos períodos considerados, os resultados obtidos permitem, no entanto, concluir que o exercício de actividades produtivas continua a ser importante como fonte de rendimentos. De entre elas e para o conjunto dos emigrantes regressados nesta área, a agricultura continua a ter grande importância, apesar de se ter verificado a diminuição dos seus efectivos (7,6%).

Com o regresso assiste-se, por outro lado, ao aumento dos casos em que os rendimentos têm origem no cultivo de terras por conta própria, enquanto o número de famílias cujo sustento depende do trabalho assalariado (trabalhadores agrícolas por conta de outrem) diminui consideravelmente.

O regresso é igualmente acompanhado do aumento do número de pluriactivos (o mesmo inquirido pratica simultaneamente uma actividade agrícola e outra não agrícola) e do desaparecimento de casos em que a agricultura é a única fonte de rendimento; esta situação, compreensível devido ao aparecimento dos juros e das reformas como complemento dos recursos provenientes daquelas actividades, é correlativa do aparecimento de formas de pluri-rendimento.

A análise da origem dos proventos nos concelhos estudados vem salientar certos aspectos já referidos relativamente à sua base económica e ao emprego: a actividade predominante e principal fonte de recursos nos locais onde os inquéritos foram efectuados continua a ser a agricultura, com destaque para os de Cantanhede, Mortágua e Pampilhosa da Serra; em Pombal e Mira existe um número proporcionalmente mais elevado de famílias cujos recursos são oriundos de actividades não-agrícolas.

(*) - É de salientar o facto de o número dos que mencionam juros como fonte de rendimentos ser inferior aos que fizeram depósitos a prazo (57%).

Quadro 18 - Proveniência dos rendimentos antes e depois de emigrar, segundo o concelho de residência

Concelhos de residência	Pampilh. da Serra		Alvatá-zere		Anslão		Pombal		Soure		Canta-nhede		Mira		Mortágua		TOTAL		
	A.	E	A.	E	A.	E	A.	E	A.	E	A.	E	A.	E	A.	E			
1. Sem qualquer resposta					1	16	17					4	4	2	3	2	1	24	26
AGRICULTURA																			
2. Rendimentos agrícolas	6	7	6	7	33	29	98	76	11	9	111	119	29	23	32	32	326	302	
3. Só rendimentos agrícolas	5	3	3	3	31	88	11	106	11	106	106	106	23	24	24	24	291	291	
4. Cultivo de terra por conta própria	6	7	5	7	28	26	67	67	10	9	72	113	19	19	19	31	226	279	
5. Só cultivo de terra por conta própria	5	2	2	2	18	42	4	47	4	4	47	47	14	7	7	7	139	139	
6. Cultivo de terra alugada						8	4	1	1	1	50	23	9	6	17	11	85	44	
7. Só cultivo de terra alugada						4	4	3	3	3	23	23	3	4	4	4	34	34	
8. Cult. de terra por conta outrem		2	2	2	13	8	38	11	7	7	22	6	5	1	10	4	97	30	
9. Só cult. de terra por conta outrem					5	25	8	4	4	4	8	8	4	4	4	4	46	46	
OUTRAS ACTIVIDADES																			
10. Outras actividades não agrícolas	5	2	3	3	3	1	47	36	1	1	25	8	19	12	9	4	112	64	
11. Só operário da const. civil	1	1	1	1	1	5	5	3	1	1	2	1	3	1	1	1	14	8	
12. Só activid. indust. e de serviços						5	3	1	1	1	9	4	4	4	4	4	19	7	
13. Pluriactivos	1	2	2	2	1	5	11	17	1	1	5	22	3	1	6	6	28	54	
14. Juros				4	16	51	11	75	27	27	75	75	20	20	20	20	204	204	
15. Só juros					2	7	2	6	9	9	6	6	9	9	9	9	26	26	
16. Só reformas	1	1	1	1	2	13	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	19	19	
17. Só juros e reformas	1	1	1	1	4	20	2	7	10	10	7	7	10	10	10	10	45	45	

A. E. - Antes de emigrar
Act. - Actualmente

Quadro 19 - Proveniência dos rendimentos antes de emigrar segundo os motivos de emigração

<i>Mot. de Emig.</i>	Razões econ.	Const. casa	Fugir tropa e mot. polít.	Aventura e sorte	Acompanhar marido	Acompanhar família	Desemprego	Outras razões	TOTAL
<i>Prov. dos Rendim.</i>									
AGRICULTURA									
Rendimentos agrícolas	291	4	3	6	11	6	2	3	326
Só rendimentos agrícolas	261	4	2	6	10	4	2	2	291
Só cult. terra c/ próp.	123	1	1	3	7	1	1	2	139
Só cult. terra c/ outrém	38	2	1	2	2	1			46
									0
OUTRAS ACTIVIDADES									0
Outras actividades	90		5	4	6	1	1	5	112
Só oper. const. civil	14								14
Só act. ind. e serv.	16		1	1				1	19
Pluriactivos	25					2		1	28

Quadro 20 - Proveniência dos rendimentos actuais segundo os motivos de regresso

<i>Mot. de regresso</i>	Razões famil.	Saúde	Inadaptação	Idade Avançada	Farto	Amor ao País	Aciden. de Trab.	Outros Motiv. Pess.	Melhoria das Cond. Económ.	Lá tb era mau	TOTAL
<i>Prov. dos Rendim.</i>											
AGRICULTURA											
Rendimentos agrícolas	117	38	5	8	30	16	2	12	56	13	297
OUTRAS ACTIVIDADES											
Outras actividades	26	5	1		10	8		2	9	2	63
Só oper. const. civil	6								2		8
Só act. ind. e serv.	5	1								1	7
Pluriactivos						1					1

Quadro 21 - Proveniência dos rendimentos actuais segundo o país de emigração

<i>País de Emig.</i>	França	Alemanha	Venezuela	Brasil	Canadá	TOTAL
<i>Prov. Rend.</i>						
AGRICULTURA						
Rend. agrícolas	211	38	17	4	10	280
OUTRAS ACTIVIDADES						
Outras actividades	45	10	4	1	3	63
Só oper. const. civil	7	1				8
Só activ. ind. e serviços	4	1		2		7
Juros e reformas	19	3	1	1	2	26

9.2 – Remessas

O repatriamento de rendimentos dos emigrantes que aparece associado à migração internacional de mão-de-obra, constitui um processo que permite analisar a emigração como um caso de transferência dupla: à transferência de recursos reais do país de origem para o país de destino da emigração (mão de obra) sobrepõe-se uma transferência de poder de compra, proporcionada pelas remessas em sentido oposto. (Barbosa, 1982, p.176).

As remessas enviadas pelos emigrantes residentes no estrangeiro têm manifestado ao longo dos tempos grandes flutuações conjunturais e sazonais (Yann Moulier, 1981); o seu volume reveste grande importância económica a nível nacional, pelo contributo que presta ao equilíbrio da balança de pagamentos.

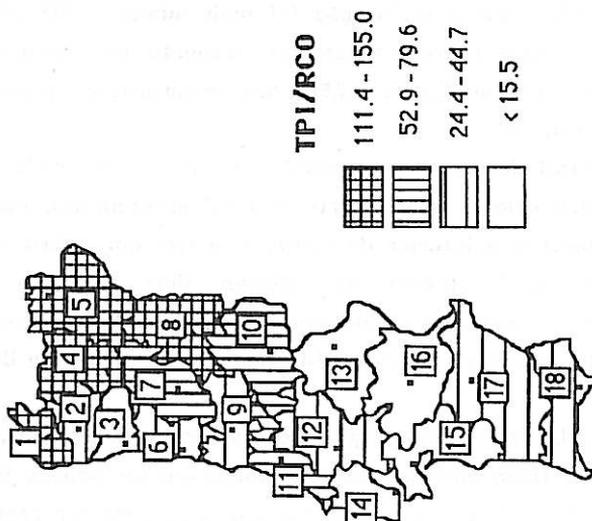
Nas regiões de origem, as remessas, como uma das componentes subjacentes à evolução económica e social verificada nas duas últimas décadas, tiveram também múltiplas repercussões. Uma das manifestações mais significativas e reflexo directo deste aumento do rendimento, é o facto de proporcionar às famílias a expansão do poder de compra e do consumo privado nessas áreas, o que tem provocado desequilíbrios entre a oferta e a procura (situações de inflação).

Como seria de esperar, a análise das contas de rendimentos das famílias (IACEP; GEBEI, 1985) permite concluir que a importância das transferências privadas internacionais, relativamente ao total dos seus recursos, do rendimento disponível ou das remunerações por conta de outrem, é variável consoante os distritos, sendo a sua importância maior onde a emigração foi mais numerosa (Quadro 22). Em 1979 aquelas transferências representavam, no conjunto do continente, 10,5% do total dos recursos das famílias e 23,5% das remunerações provenientes do trabalho por conta de outrem.

A distribuição distrital destes valores, sendo correlativa do êxodo emigratório (como se observa pelos valores que o norte e o sul apresentam), marca bem o contraste entre o litoral e o interior do centro e norte: em ambos os casos, os menos industrializados e do interior são aqueles onde os fluxos financeiros provenientes da emigração adquiriram valores bastante significativos, com destaque para Viana do Castelo, Bragança, Guarda, Vila Real, Viseu e Castelo Branco (figs. 45 e 46).

Devido à ausência de uma política que promova localmente a sua aplicação, a drenagem de recursos financeiros gerados por poupanças ou através das remessas enviadas pelos emigrantes, feitas pelo sistema bancário, pode ser apontada como um dos obstáculos estruturais às acções de desenvolvimento regional (Martins Barata, 1981). Assim, impõe-se a adopção de medidas e mecanismos, que contrariando tal tendência, possam dar-lhes melhor uso mobilizando-as para acções de âmbito local e regional (M.Porto, 1979).

Fig. 45 - Importância das Transferências Privadas Internacionais nas Remunerações por Conta de Outrém

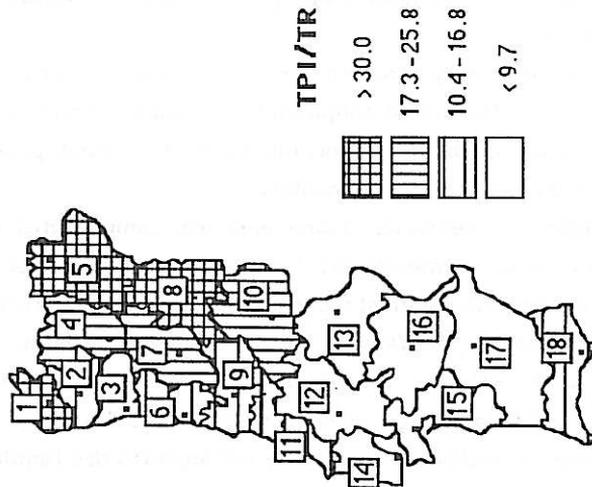


- 1 - Viana do Castelo
- 2 - Braga
- 3 - Porto
- 4 - Vila Real
- 5 - Bragança
- 6 - Azeiro

- 7 - Viseu
- 8 - Guarda
- 9 - Coimbra
- 10 - Castelo Branco
- 11 - Leiria
- 12 - Santarém

- 13 - Portalegre
- 14 - Lisboa
- 15 - Setúbal
- 16 - Évora
- 17 - Beja
- 18 - Faro

Fig. 46 - Importância das Transferências Privadas Internacionais no Total dos Recursos



N
0 80km

Quadro 22 - Rendimentos das Famílias (1979)

	RECURSOS					N 3 — Rendimento Disponível Bruto (4)	Importância das Transferências Privadas Internacionais no total dos recursos (3)/(1) - %	Importância das Transferências Privadas Internacionais no Rendimento Disponível (3)/(4) - %	Importância das Transferências Internacionais nas Remunerações por conta d'outrem (3)/(2) - %
	R 10 — Remunerações dos empregados por conta d'outrem (2)		R 68 — Transf. Privadas Internacionais (3)		N 3 — Rendimento Disponível Bruto (4)				
	TOTAL (1)	503 842	118 702	10 481					
CONTINENTE	1 131 757	503 842	118 702	10 481	929 078	10.5	12.8	23.6	
BRAGA	69 836	29 007	10 481	10 481	58 794	15.0	17.8	36.1	
PORTO	192 941	89 585	13 912	13 912	156 880	7.2	8.9	15.5	
VIANA DO CASTELO	28 411	6 470	8 689	8 689	25 277	30.6	34.4	134.3	
BRAGANÇA	16 634	3 297	5 116	5 116	14 985	30.8	34.1	155.2	
VILA REAL	23 247	5 388	6 006	6 006	20 701	25.8	29.0	111.5	
AVEIRO	74 931	28 273	12 654	12 654	63 053	16.9	20.1	44.8	
COIMBRA	48 793	19 712	5 116	5 116	39 711	10.5	12.9	26.0	
LEIRIA	48 632	15 922	8 428	8 428	41 612	17.3	20.3	52.9	
LIT. REG. CENTRO	172 352	63 907	26 198	26 198	114 376	15.2	22.9	41.0	
CASTELO BRANCO	25 720	8 861	4 985	4 985	22 200	19.4	22.5	56.3	
GUARDA	24 691	6 363	7 158	7 158	21 719	29.0	33.0	112.5	
VEISEU	34 549	9 185	7 288	7 288	30 408	21.1	24.0	79.3	
INTER. REG. CENTRO	84 960	24 409	19 431	19 431	74 327	22.9	26.1	79.6	
TOTAL REG. CENTRO	257 316	88 316	45 629	45 629	218 703	17.7	20.9	51.7	
LISBOA	336 336	188 216	13 793	13 793	260 275	4.1	5.3	7.3	
SETUBAL	68 063	40 667	2 552	2 552	54 585	3.7	4.7	6.3	
SANTAREM	49 959	19 033	4 855	4 855	42 756	9.7	11.4	25.5	
BEJA	16 959	5 729	1 401	1 401	14 866	8.3	9.4	24.5	
EVORA	19 806	8 766	772	772	16 781	3.9	4.6	8.8	
PORTALEGRE	14 297	5 596	641	641	12 221	4.5	5.2	11.5	
FARO	37 922	13 772	4 855	4 855	32 254	12.8	15.1	35.3	

Unidade: 10⁶ esc.

Fonte: IACEP — GEBEI, 1985

9.3 - Aplicação das Poupanças

A aplicação das poupanças é um aspecto que tem merecido tratamento privilegiado em vários estudos, cujos resultados nem sempre são coincidentes (vd. Quadro 23). Esta diferença decorre da metodologia utilizada pelos autores ou do aspecto por eles considerado na interpretação: casos houve em que se atendeu ao volume de remessas aplicadas, (situação b) enquanto noutros apenas se contabilizou o número dos inquiridos que as efectuaram. Nestes últimos (a, c e d), as diferenças encontradas decorrem de padrões de investimentos que serão, obviamente, distintos consoante as áreas geográficas onde os trabalhos foram realizados.

O investimento dos emigrantes orienta-se, em qualquer dos casos, para os seguintes domínios: compra ou construção de casas, depósitos bancários, compra de terras, investimentos produtivos (agricultura, indústria ou comércio) e outras aplicações como seja a educação dos filhos.

As três principais aplicações referidas pelos inquiridos tiveram, em termos numéricos, sensivelmente a mesma importância. A casa pode ser considerada como a aplicação que os emigrantes privilegiaram. A sua importância decorre do número (a construção e remodelação atingem 89% dos casos; Quadro 24) e do seu impacto na transformação e renovação que induziram em muitas aldeias, marcando a paisagem de modo visível e, em muitos casos, inadequado.

Por outro lado, o emigrante, ao copiar por vezes modelos da terra onde foi bem sucedido, projecta-se na obra que apenas concretizou graças à emigração, carregando-a de um simbolismo peculiar: a casa e o requinte que é posto no seu recheio (aquisição de móveis e outros equipamentos domésticos, verificaram-se em 77% dos casos), permitem associá-lo ao sucesso que imaginou como desejável, se um dia viesse a regressar.

A compra de terras (55%) e os depósitos a prazo (57%) situam-se, em termos de aplicação de poupanças, ao mesmo nível do da casa. Os investimentos que se podem considerar produtivos: instalação de pequenas unidades industriais ou de comércio (14%), ou investimentos ligados à actividade agrícola (12%), verificaram-se em número relativamente restrito.

Analisando, de forma comparativa, o modo como as aplicações se processaram especialmente nos concelhos que temos vindo a analisar (Quadro 24) pode concluir-se que a construção de raiz é relativamente mais elevada que a remodelação de casas antigas (com particular relevo nos concelhos de Cantanhede, Mortágua e Mira). A compra de terras e o investimento agrícola são mais significativos em Cantanhede, Mortágua, Pampilhosa da Serra e Ansião, enquanto as outras actividades (industrial e comercial) adquiriram maior expressão em Pombal e Cantanhede.

QUADRO 23 - APLICAÇÃO DAS POUPANÇAS DOS EMIGRANTES

	a)	b) 1		c)	d)
	1	País	R. Centro	1	2
Depósito bancário e outras	50	8	6	26.5	28.2
Guarda de familiares	14			4.4	
Construção ou compra de casa	19	49	55	26.5	27.2
Compra de terras		22	24	8.8	27.2
Investimento produtivo	3	21	15	5.5	12.9
Educação dos filhos	7			26.5	
Outra	7			1.7	4.5
Total	100	100	100	100	100

1 - % do volume total de investimentos

2 - % do número total de inquiridos

Quadro adaptado a partir dos seguintes estudos:

- a) Manuela Silva, et al., 1984, p. 141 - Qd. 4.9 - Forma de aplicação predominante das poupanças enviadas para Portugal pelos emigrantes regressados, durante a sua estadia no estrangeiro.
- b) Luis P. Sampaio - " Tentativa de regionalização das remessas dos emigrantes e seus usos", citado por Cravinho , p. 428 - Qd 5 - Estimativa dos padrões de investimento provenientes de remessas utilizadas directamente pelos agregados familiares.
- c) Isabel Boura et al. - 1983, p. 102 - Uso de remessas
Este resultado é fruto de uma amostra recolhida em 3 freguesias distintas da Região Centro (Foios, Mangualde e Leiria) e inclui emigrantes regressados e retornados.
- d) Resultados obtidos a partir da amostra analisada no presente estudo.

Quadro 24 - Aplicação das poupanças segundo o concelho de residência

Concelho de residência	Pampilh. da Serra	Alvalá-zere	Ansião	Pombal	Soure	Cantanhede	Mira	Mortágua	TOTAL
Aplicação das poupanças									
Refez a casa	3	3	21	55	3	38	18	9	150
Comprou casa		1	2	4		3	2		12
Construiu casa	6	4	8	57	8	89	20	24	216
Comprou móveis e/ou outros equipamentos domésticos	9	6	25	85	12	115	30	33	315
Comprou terras	6	2	25	60	7	87	16	25	228
Fez depósitos a prazo	1	5	14	67	11	92	26	20	236
Montou comércio (Indústria ou comércio)	1	1	5	41	2	49	9	4	112
Não montou negócio	9	3	20	50	4	22	22	22	152
Investimento agrícola	3	1	7	10		24	1	4	50
Comprou carro	1		2	4	1	6	3	1	18
Outras		1	1	12	1	2			17

Quadro 25 - Aplicação das poupanças segundo o país

País de Emigração	França	Alemanha	Venezuela	Brasil	Canadá	TOTAL
Aplicação das poupanças						
Refez a casa	112	17	5	5	2	141
Comprou casa	7	2		2		11
Construiu casa	149	30	15	8	3	205
Comprou móveis e/ou outros equipamentos domésticos	224	40	17	11	4	296
Comprou terras	160	28	14	5	5	212
Fez depósitos a prazo	166	32	16	11	1	226
Montou comércio (Indústria ou comércio)	73	9	14	7	2	105
Não montou negócio	112	24	2	4	2	144
Investimento agrícola	34	5	9	1		49
Comprou carro	8	4		3		15
Outras	15	1	1			17

10 - REGRESSO E PERCEPÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÓMICAS

Foram analisadas as mudanças económicas e sociais que envolveram os inquiridos e se encontram ligadas aos respectivos percursos migratórios; neste ponto, pretende-se avaliar as impressões e as carências no campo económico, sentidas pelos emigrantes regressados, através das opiniões que exprimiram. Os resultados obtidos a partir de duas perguntas específicas do questionário^(*), expressam a sua percepção às mudanças económicas ou o descontentamento face às situações vividas, devendo, portanto, os valores absolutos ser relativizados e interpretados como indicadores de carácter qualitativo.

As impressões mais relevantes no domínio económico (Quadro 26), dizem respeito à subida do custo de vida, que preocupa 42,3% dos inquiridos, o nível de vida e as dificuldades económicas (5,8%). O primeiro e o último aspecto são manifestações desfavoráveis e que tanto se podem referir às mudanças operadas a nível individual como às transformações ocorridas no país; enquanto o nível de vida, reflectindo mais uma apreciação pessoal, apresenta três situações: 12,2% dos inquiridos disseram que piorou, o número dos que o apresentaram como ao mesmo nível (3,4) ou melhorado (5,8%) é relativamente menor.

Por via dos restantes quadros onde esta situação é descrita, verifica-se que a hierarquia apresentada é idêntica e permanece com o mesmo padrão, entre os países de regresso (Quadro 27), consoante a idade (Quadro 29) ou no que respeita às impressões segundo o motivo de retorno (Quadro 28). A única diferença em todos estes casos verifica-se entre os mais idosos (idade superior a 60 anos) onde, compreensivelmente, o nível de vida é referido como tendo melhorado ou tendo-se mantido e nunca piorado. Considerando as respostas analisadas, podemos concluir que os regressados têm uma impressão negativa da situação económica.

Tomando a experiência de vida no estrangeiro como referência (Quadros 30 a 34), as principais carências actuais apontadas são a perda do poder de compra, (referida por 23% de inquiridos), os salários e as reformas que, sendo mais baixos, proporcionam menores rendimentos (21%). Se 6% não manifestam presentemente

(*) - As perguntas formuladas de forma espontânea e aberta permitem, portanto, alguma subjectividade tanto na resposta como na interpretação:

1. Após o seu regresso definitivo, o que o impressionou (negativa ou favoravelmente) no campo económico;
2. Quanto à sua experiência de vida no estrangeiro de que sente agora mais falta, a nível económico.

Quadro 26 - Impressões após o regresso segundo o concelho de residência

<i>Concelh. de Resid.</i>	Pamp. Serra	Alvaiázere	Ansião	Pombal	Soure	Cantanhede	Mira	Mortágua	TOTAL
Impressões									
1. Nível de vida									
- melhorou	3		1	3		14		3	24
- piorou	4		3	9	4	20	2	8	50
- manteve-se	2		1	1		5	3	2	14
2. Subida do custo de vida	1	2	10	54	4	54	27	22	174
3. Dificuldades Economicas		4	3	6		8	2	1	24
4. Outras			2	10		5	2		19
5. Não respondeu		1	14	49	4	28	9	1	106
TOTAL	10	7	34	132	12	134	45	37	411

Quadro 27 - Impressões após o regresso segundo o país de emigração

<i>Países de Emig.</i>	França	Alemanha	Venezuela	Canadá	TOTAL
Impressões					
1. Nível de vida					
- melhorou	18	2	1	2	23
- piorou	35	8	2		45
- manteve-se	9				9
2. Subida do custo de vida	126	17	15	8	166
3. Dificuldades Economicas	18	2	1		21
4. Outras	10	3		1	14
5. Não respondeu	76	19	3	5	103
TOTAL	292	51	22	16	381

Quadro 28 - Impressões após o regresso segundo os motivos de regresso

<i>Motivos de Regr.</i>	N.R.	Fic. junt. famil.	Probl. Famil.	Filhos	Saúde	Inada-plaçao	Idade Avanç.	Farto	Amor a País	Acident. Trab.	Outros Mot. Pes.	Melhoria Cond. Ec.	Lá tb era mau	TOTAL
Impressões														
1. Nível de vida														
- melhorou		3	1	2	6		1	1	3		3	3	1	24
- piorou		4	10	7	7	3	2	6	3		2	4	2	50
- manteve-se		1	5	1	2		2	1		1	1			14
2. Subida do custo de vida	1	24	24	15	24	5	4	15	13	4	8	33	4	174
3. Dificuldades Economicas		8	4		1			3	2		2	2	2	24
4. Outras		4	1	5	3			2	1			2	1	19
5. Não respondeu	1	14	11	10	9	2	3	17	3	3	3	25	5	106
TOTAL	2	58	56	40	52	10	12	45	25	8	19	69	15	411

Quadro 29 - Impressões após o regresso segundo a idade dos inquiridos

<i>Idade</i>	0-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	≥80	TOTAL
Impressões									
1. Nível de vida									
- melhorou			7	8	6	3			24
- piorou		1	11	20	18				50
- manteve-se			3	2	6	2	1		14
2. Subida do custo de vida		4	31	66	43	30			174
3. Dificuldades Economicas		1	3	13	6	1			24
4. Outras		1	6	9	1	2			19
5. Não respondeu	3	1	26	45	23	6	1	1	106
TOTAL	3	8	87	163	103	44	2	1	411

Quadro 30 - Carências actuais segundo o concelho de residência

<i>Conc. de Resid.</i>	Pamp. Serra	Alvaiázere	Ansião	Pombal	Soure	Cantanhede	Mira	Mortágua	TOTAL
Carencias Actuais									
Perda do poder de compra	3	6	14	10	5	36	11	10	95
Salários e Reformas (mais baixos)	2	1	9	28	1	39	5	3	88
Emprego				15	1		2	2	20
Ordenado fixo	2		1	6		7	3		19
Outras				3		1	1		5
Nenhuma	2			5		9	8	1	25
Não respondeu	1		10	65	5	42	15	21	159
TOTAL	10	7	34	132	12	134	45	37	411

Quadro 31 - Carências actuais segundo o país de emigração

<i>Países de Emig.</i>	França	Alemanha	Venezuela	Canadá	TOTAL
Carencias Actuais					
Perda do poder de compra	68	4	9	4	85
Salários e Reformas (mais baixos)	61	13	3	2	79
Emprego	14	3	1	1	19
Ordenado fixo	16	2	1		19
Outras	2	2			4
Nenhuma	21	1		1	23
Não respondeu	110	26	8	8	152
TOTAL	292	51	22	16	381

QUADRO 32 - CARENCIAS ACTUAIS SEGUNDO O SEXO

	Sexo	Masculino	Feminino	TOTAL
	Carencias Actuais			
Perda do poder de compra		76	17	93
Salários e Reformas (mais baixos)		81	7	88
Emprego		17	3	20
Ordenado fixo		18	1	19
Outras		21	4	25
Nenhuma		3	2	5
Não respondeu		136	20	156
TOTAL		352	54	406

QUADRO 33 - CARENCIAS ACTUAIS SEGUNDO A IDADE

	idade	0-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	≥80	TOTAL
	Carencias Actuais									
Perda do poder de compra			3	19	30	29	14			95
Salários e Reformas (mais baixos)			3	14	42	19	9		1	88
Emprego		1	1	5	6	3	4			20
Ordenado fixo				2	7	7	3			19
Outras				4	1					5
Nenhuma				5	8	8	3	1		25
Não respondeu		2	1	38	69	37	11	1		159
TOTAL		3	8	87	163	103	44	2	1	411

QUADRO 34 - CARENCIAS ACTUAIS SEGUNDO OS MOTIVOS DE REGRESSO

	Motivos de regresso													TOTAL
	N. R.	Ficar junto famil.	Probl. famil.	Filhos	Saude	nadap. lação	Idade Avancada	Farto	Amor ao País	Aciden. de Trab.	Outros Motiv. Pess.	Melhoria das Cond. Económ.	Lá tb era mau	
Carencias Actuais														
Perda do poder de compra		13	11	3	8	2	3	11	9	3	5	22	5	95
Salários e Reformas (mais baixos)	1	23	12	10	8	2	2	8	4		3	10	5	88
Emprego		2	3	2	6	1		2	1			2	1	20
Ordenado fixo			4	3	3			4				4	1	19
Outras			1	2				1				1		5
Nenhuma		3	4	3	4		1	3	2			1	2	25
Não respondeu	1	13	25	17	23	5	6	16	9	5	9	29	1	159
TOTAL	2	58	56	40	52	10	12	45	25	8	19	69	15	411

alguma carência face ao período que anteriormente conheceram, o emprego e o ordenado fixo são factores de preocupação.

Salientando as diferenças que não seguem o padrão descrito, podemos referir:

- os salários e as reformas mais baixas evidenciam-se relativamente ao poder de compra nos concelhos de Pombal e Cantanhede; o emprego é uma carência que se destaca em Pombal, apontada por 21% dos inquiridos;

- entre os regressados da Alemanha, verificamos uma alteração na ordem de importância das carências actuais, onde se destacam os baixos salários e reformas.

Distinguindo as carências sentidas segundo o sexo, verifica-se a existência de valores significativamente diferentes: no caso das mulheres, o factor perda do poder de compra destaca-se inequivocamente, face ao período em que permaneceram ausentes; nos homens, esta carência é ultrapassada, compreensivelmente, pelos salários, embora comparativamente mais baixos no nosso país.

11 - EMIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O contributo dado pelo presente trabalho para o conhecimento da problemática das migrações tem de ser entendido à luz da metodologia que o orientou: a recolha empírica de dados não se traduziu por uma análise global de natureza quantitativa, pois os aspectos individuais e o conhecimento directo da realidade económica e social dos locais em que o estudo se realizou, tiveram papel fundamental na interpretação dos resultados.

Em Portugal, o processo de desenvolvimento económico encetado nos anos 50-60, assentou num modelo de crescimento sem qualquer preocupação de atenuar os desequilíbrios regionais ou de ordenamento das actividades no território, o que conduziu ao agravamento dos desequilíbrios espaciais, estes na origem do êxodo das populações rurais, que se dirigiram para as cidades do litoral (particularmente Lisboa e Setúbal) ou para o estrangeiro.

Neste contexto, a emigração serviu de "válvula de controle", evitando uma maior pressão das populações rurais do interior sobre os centros urbanos do litoral e ajudou mesmo a esbater certos conflitos latentes de natureza social, razões que poderiam, só por si, ser consideradas positivas. No entanto, a emigração tem de ser considerada como solução inadequada para o processo de desenvolvimento do país e cara pela drenagem de recursos humanos que provocou e que atingiu elementos jovens, potencialmente dotados de capacidade de trabalho e de inovação.

O ciclo migratório dos anos 60 foi, como se sabe, alimentado em grande medida por pessoas oriundas de áreas rurais, com um nível de formação e informação

limitados e cujas motivações para o êxodo, entroncando aparentemente em causas pessoais advêm, afinal, da lentidão do processo de desenvolvimento do país (sub-emprego estrutural das áreas rurais, impossibilidade de fazer economias e de efectuar investimentos). A estreita relação entre a emigração e o nível de desenvolvimento das regiões de origem, conduziu assim a que êxodo mais intenso se tivesse feito a partir dos espaços periféricos, onde os sectores produtivos eram mais débeis e o nível tecnológico menor. O tipo de relações sociais nos campos, a manutenção do atraso generalizado do sector agrícola, a incipiente industrialização e a fraca repercussão que o processo industrial teve no mundo rural, que permaneceu pouco permeável às inovações, proporcionou "aos náufragos das inexistentes transformações do meio rural" a possibilidade de arranjam trabalho fora do país neste decénio (M. Poinard, 1983, p.286).

As grandes mutações económicas dos anos 70 e o seu impacte nos países de acolhimento, coincidem com o fim do fluxo migratório português para a Europa, assumindo o fenómeno, a partir de então, novas formas que vão desde a diversificação dos destinos, à permanência temporária no estrangeiro, à reemigração e ao aparecimento de novas situações de clandestinidade.

Poderia esperar-se que as motivações que estiveram subjacentes às decisões individuais de partida e de regresso e a própria mobilidade trariam profundas mudanças que iriam afectar tanto os indivíduos que as tomaram e as respectivas famílias, como o ritmo de vida das comunidades de onde saíram e onde voltariam a reinserir-se.

No entanto, o papel modernizador que inicialmente se pensava vir a ser desempenhado pelo processo migratório não se tem vindo a concretizar; uma vez satisfeitas algumas mudanças e aspirações de ordem pessoal que estavam na raiz da partida, assiste-se à reprodução e ao perpetuar de certas formas tradicionais de vida, particularmente ao nível das actividades económicas.

Não aparecendo o emprego como um motivo explícito e significativo nas decisões de partida, que foram apontadas pelos inquiridos, surge contudo implícito no quadro das razões socioeconómicas, associando-se ao subemprego, à desigual repartição dos rendimentos, motivos que podem aliás ser apontados como principais responsáveis pela dimensão que a emigração assumiu nas áreas rurais de todo o país e em particular, na Diocese de Coimbra.

A diminuição da população activa do sector primário, entretanto ocorrida a nível nacional não se deveu exclusivamente à sua absorção pelo desenvolvimento económico, nomeadamente pela indústria, pois a emigração desempenhou nela um papel muito importante e foi de 1950 a 1960 quatro vezes superior às translações intersectoriais no mundo do trabalho, no interior do país. (Alves,

Monteiro e Silva, Gomes; Contribuição do Sector Agrícola para o Desenvolvimento Económico em Portugal, 1965, citado por Pereira, p.32).

O regresso coloca, por outro lado, a questão de saber até que ponto o emigrante poderá ser um agente económico inovador. Esta aspiração, importante para o desenvolvimento regional, raramente se concretiza, a não ser em termos estritamente sociais e culturais. Como tal, torna-se importante realizar, através de acções de formação, a sua mobilização real de modo a transformá-lo de agente de poupança, em agente activo, dinamizador de mudança. Este aspecto, importante para a modernização das actividades económicas locais, prende-se igualmente com a sua reinserção económica e social, particularmente a dos jovens regressados.

A necessidade de aproveitar, formar e valorizar os recursos humanos das áreas de emigração é a questão de primordial pertinência indispensável também ao seu processo de desenvolvimento. No entanto, a participação de ex-migrantes em iniciativas de desenvolvimento local levanta problemas, pois as estratégias de regresso foram tomadas em função de projectos pessoais que, não raras vezes, se orientam para a inactividade ou para a inserção no mercado de trabalho já existente. Neste último caso, há que ter em consideração se as tarefas desempenhadas serão recompensadas por salário ou se a sua realização implica investimentos produtivos.

Em termos espaciais, as áreas onde o número de regressos e o seu impacte são mais evidentes, coincidem com as de origem dos ex-emigrantes pois, como atrás foi apontado, a mobilidade geográfica espacial entre o local de partida dos migrantes portugueses e o do seu regresso é reduzida.

As repercussões a nível pessoal ou de desenvolvimento das comunidades dependem sobretudo das características do contexto local (rural/urbano) ou do maior ou menor dinamismo de quem regressa, pois é a partir das características económicas e sociais em presença, que se estruturam projectos individuais e a possibilidade de se efectuarem investimentos viáveis.

Pode dizer-se que as localidades das áreas rurais sofreram, regra geral, efeitos mais evidentes do fenómeno migratório: as condições de vida conheceram melhorias significativas (aumento do rendimento, incremento do poder de compra, subidas no consumo privado e melhorias na habitação); a evolução em termos de emprego ou a reestruturação da actividade económica são, no entanto, menos significativas.

Perante a situação actual, transformar os emigrantes regressados em actores, agentes do desenvolvimento, através da sua participação activa em iniciativas locais parece ser a melhor forma de se processar a sua reinserção económica e social de forma harmoniosa. Tida nesta perspectiva, a relação emigração/ /desenvolvimento deve centrar todas as acções na procura de um envolvimento

alargado, comum à totalidade da população, a que nunca saiu e aos que agora regressam, partindo do aproveitamento e valorização dos recursos endógenos disponíveis (*).

(*) - A ideia de mobilizar os descendentes de migrantes portugueses (ainda residentes no estrangeiro, regressados a Portugal ou sem nunca terem saído do país) levou a Organização Internacional do Trabalho, em colaboração com as Comissões de Coordenação Regional, a elaborar um programa de formação para jovens agentes de desenvolvimento. (Project de Formation de Jeunes en tant qu'Agents de Developpement dans des Regions d'Emigration; Commissions de Coordination des Regions d'Algarve, du Centre et du Nord; Programme des Nations Unies pour le Developpement (P.N.U.D.); Institut de l'Emploi et de la Formation Professionnelle, Bureau International du Travail (B.I.T.); Genève 1987-1989, 13 p.).

A ideia principal deste programa reside no aproveitamento das potencialidades locais pela criação e dinamização de novas iniciativas.

Ações idênticas têm sido implementadas por vários organismos, pretendendo concretizar os mesmos objectivos. De entre elas cita-se, o Curso promovido pela Caritas Diocesana de Coimbra, com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

PARTE IV

**O REGRESSO: CONSEQUÊNCIAS NO
PLANO FAMILIAR
E NO ESPAÇO COMUNITÁRIO**

Maria Beatriz Rocha-Trindade

IV - O REGRESSO: CONSEQUENCIAS NO PLANO FAMILIAR E NO ESPAÇO COMUNITARIO

12 - Considerações gerais

O reencontro do país de origem após terminada definitivamente uma estadia (em geral prolongada) no estrangeiro, exigirá para cada migrante um esforço de adaptação que terá de se exercer em várias vertentes: diferente situação económica, outro enquadramento profissional, nova mudança de residência permanente; radical mutação no ambiente social e cultural; eventualmente, reinserção dos filhos num diferente contexto educacional. Em certos casos (e tal como noutros, quando da primeira partida) a família fragmenta-se, em geral devido à relutância dos descendentes adultos em abandonar o país onde foram, ainda que em parte, enculturados.

Não é de estranhar, por consequência, que a situação de choque, ou de crise, que decorra deste esforço de adaptação, dê origem por vezes a situações de desajuste emocional, traduzidas por uma expressão de "arrependimento" da decisão de ter regressado.

Mesmo no caso da migração intra-europeia, em que as visitas frequentes a Portugal pareceriam poder ter evitado esses desajustes, o facto é que o ambiente psicológico que se vive numa estadia temporária em situação de férias, é radicalmente diferente daquele em que se viverá (doravante, irreversivelmente, "para sempre") após um regresso com carácter definitivo. Em grande parte dos casos, as férias têm uma conotação de lazer e de prazer, quando o colectivo dos visitantes emigrados encontra o conjunto dos seus conterrâneos residentes; o visitante é personagem central, acarinhada pela fugacidade da presença, adulado pelas liberalidades que dispensa e favorecido pelo seu potencial valor de consumidor ou de investidor. (*)

(*) - Este raciocínio parece contradizer o facto reconhecido de existirem fenómenos alargados de rejeição, por parte da população portuguesa residente, em relação aos emigrantes, tomados como categoria genérica. A contradição é apenas aparente: neste último caso, trata-se de uma manifestação de "opinião pública", em que o sentido impróprio em que tomamos a expressão procura alertar para o que ela contém de inqualificado, de não-fundamentado, de superficial ou de, simplesmente, manipulado. Essa chamada opinião pública representa a cristalização de desconfianças, de conservantismos ou, frequentemente, de provincianismos de raiz urbana e intelectualizada ou sensacionalista.

Em oposição a esta, é muito mais competente, mais objectiva e mais fundamentada a opinião, formulada sobre os emigrantes, por aqueles que com eles mantêm uma relação directa e personalizada, em vilas, em aldeias e em lugares que de há muito conhecem no seu quotidiano os problemas da emigração.

Em situação de regresso definitivo, a trivialização do contacto faz perder, por cada uma das partes em presença, o sabor da novidade; esmorecem generosidades enquanto aumenta a rotina da permanência; a detecção de diferenças de hábitos, de comportamentos, de opiniões, fazem aparecer oportunidades para a crítica, para a desconfiança ou para a inveja. (M.B.Rocha-Trindade, 1982, p 6).

E no domínio alargado que em traços simples se acabou de delinear, que situaremos o exame dos dados que foi possível recolher, com incidência nesta matéria. Porém, antecipando algum tanto as conclusões que daí se irão extrair, aparece como lícita a comparação, *mutatis mutandis*, entre o processo de adaptação do emigrante ao país estrangeiro que o recebe pela primeira vez e o muito semelhante processo que o espera na "re-emigração" para o seu próprio país.

13 - Estrutura Familiar

Quando no presente trabalho foi feita a caracterização da amostra e traçado o perfil do emigrante regressado (Parte II) referimo-nos apenas às pessoas inquiridas, nessa qualidade; e sublinhámos que tal população "representava" outra substancialmente mais vasta, constituída por todo o conjunto de familiares incluídos em cada agregado.

Desta forma, antes de analisar as matérias referentes às consequências do regresso, nos planos familiar e comunitário, importa perfazer a caracterização dessas famílias quanto à sua dimensão e estrutura e quanto à situação desse agregado durante o processo emigratório após o regresso.

Em relação à estrutura familiar (Quadro 35) verifica-se que a situação mais frequente na amostra é a da família constituída por um casal com dois filhos (33%); outros números de filhos, por ordem decrescente de frequência, são o caso de três (22%), de um (17%) e, com igual incidência, os casos de quatro e de cinco filhos (9% e 4% respectivamente).

São substancialmente menos frequentes as situações de pessoa só (5%) ou a de um único adulto na família, além dos filhos.

Este panorama é aproximadamente aplicável (dentro dos limites das desiguais representatividades parciais das sub-populações da amostra) aos vários concelhos de origem.

Em números brutos, os 411 inquiridos representam por extensão um total de 1717 indivíduos dos quais: 21 são pessoas sós (sem família); 976 são descendentes, associados a 390 famílias, o que se traduz por uma incidência estatística de 2,6 filhos por família constituída.

QUADRO 35 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O NUMERO DE FILHOS

Familia segundo			
o nº de filhos	Nº de Famílias		Nº de Filhos
1 Filho	71		71
2 Filhos	136		272
3 Filhos	92		276
4 Filhos	37		148
5 Filhos	17		85
6 Filhos	11		66
7 Filhos	3		21
8 Filhos	1		8
9 Filhos	1		9
10 Filhos	2		20
N.R. ou s/ Filhos	40		
TOTAL	411		976

QUADRO 36 - NUMERO DE FILHOS SEGUNDO O SEXO

Sexo	Nº de Filhos
	Masculino
Feminino	483
N.R.	51
TOTAL	976

Não se infira que todos estes descendentes são crianças, embora estas constituam uma parte significativa do conjunto, mas não a dominante como pode verificar-se nos quadros 36, 37 e 38, onde são indicados os sexos e as idades; o quadro mostra que, se mais de metade são solteiros, é muito significativa a frequência dos casados; a ausência de indicação de estado civil deve, no nosso entender, ser atribuída a situações não formalmente legalizadas.

Antes de prosseguir na análise das situações dos descendentes dos inquiridos torna-se necessário caracterizar os dois casos de regresso, com ou sem reagrupamento familiar completo em Portugal.

Assim, podemos distinguir 226 famílias nas quais todos os descendentes residem em Portugal, contra 29 casos da situação inversa, com todos os filhos residentes no estrangeiro (Quadro 39). O caso híbrido, de famílias com filhos a viver, uns em Portugal, outros no país de imigração (37 agregados) é analisado em pormenor no Quadro 40, tomando como variável a dimensão de cada família.

Vê-se, assim, que o reagrupamento familiar tem tendência a processar-se de forma completa, na situação de regresso; por outro lado, o número de descendentes que actualmente reside em Portugal é largamente dominante em relação ao número daqueles que remanescem noutros países, como pode observar-se nos quadros seguintes (Quadros 41 e 42).

Tem algum interesse analisar, mesmo que superficialmente, as situações escolares dos descendentes das famílias inquiridas, o que pode ser feito através dos Quadros 43 e 44.

Não se destinando este questionário a focar particularmente esta problemática, foram reduzidos ao mínimo razoável as questões para tal relevantes, no sentido de não sobrecarregar um inquérito com extensão já de si considerável. Desta forma, os 677 descendentes que realizaram estudos em Portugal englobam percursos escolares tão diversos como os da escolarização realizada apenas no território nacional, o caso de estudos aqui iniciados e prosseguidos noutro país e, finalmente, a situação exactamente inversa desta. As mesmas considerações aplicam-se aos 69 casos de estudos que ocorreram no estrangeiro, sem que seja possível identificar em quantos tal abrangeu a totalidade da vida escolar.

No entanto, é significativo o desequilíbrio entre os efectivos totais assinalados num e no outro quadro: se atendermos a que a maioria dos filhos dos agregados contactados reside actualmente em Portugal, não é de estranhar que seja igualmente dominante a frequência do sistema escolar português, o que interpretamos como a antecipação de uma intenção de regresso afinal efectivada para todo o universo da amostra.

E, no entanto, negativa a leitura que pode fazer-se dos níveis de escolaridade afinal atingidos e que verificamos situarem-se em esmagadora maioria no ciclo

QUADRO 37 - NUMERO DE FILHOS SEGUNDO A IDADE

Idade	Nº de Filhos
0-4	65
5-9	103
10-14	193
15-19	209
20-24	163
25-29	118
30-34	65
35-39	39
40-44	15
45-49	5
50-54	0
55-59	1
>60	0
N.R.	0
TOTAL	976

QUADRO 38 - NUMERO DE FILHOS SEGUNDO O ESTADO CIVIL

Estado Civil	Nº de Filhos
Solteiros	554
Casados	289
Divorciados	1
Viúvos	0
Sem indicação	132
TOTAL	976

QUADRO 39 - RESIDENCIA ACTUAL DOS FILHOS

Famílias segundo o nº de filhos	Nº de Famílias cujos filhos vivem todos em Portugal	Nº de Famílias cujos filhos vivem todos no Estrangeiro	Nº de Famílias cujos filhos vivem em Portugal e no Estrangeiro	Nº de Famílias que não indicaram a residência dos seus filhos	TOTAL
1 Filho	63	7	0	1	71
2 Filhos	79	14	10	33	136
3 Filhos	40	3	10	39	92
4 Filhos	19	5	6	7	37
5 Filhos	11	0	6	0	17
6 Filhos	6	0	0	5	11
7 Filhos	1	0	2	0	3
8 Filhos	0	0	1	0	1
9 Filhos	0	0	1	0	1
10 Filhos	1	0	1	0	2
TOTAL	220	29	37	85	371

QUADRO 40 - Número de Agregados Familiares com Filhos a Residir em Portugal e no Estrangeiro

Agregados familiares segundo o número de filhos	1 filho em Port. e 1 no Estrang.	2 filhos em Port. e 1 no Estrang.	3 filhos em Port. e 1 no Estrang.	4 filhos em Port. e 1 no Estrang.	5 filhos em Port. e 1 no Estrang.	6 filhos em Port. e 1 no Estrang.	7 filhos em Port. e 1 no Estrang.	8 filhos em Port. e 1 no Estrang.	9 filhos em Port. e 1 no Estrang.
Agregados Famil. com 2 Filhos	10								
Agregdos Famil. com 3 Filhos	6	4							
Agregados Famil. com 4 Filhos	2	2	2	4					
Agregados Famil. com 5 Filhos	1	3	2	2	2				
Agregados Famil. com 6 Filhos	1	3	2	2	2	2			
Agregados Famil. com 7 Filhos	1	3	2	2	2	2	2		
Agregados Famil. com 8 Filhos	1	3	2	2	2	2	2	2	
Agregados Famil. com 9 Filhos	1	3	2	2	2	2	2	2	2
Agregados Famil. com 10 Filhos	1	3	2	2	2	2	2	2	2

do ensino básico (ignorem-se as divergências de designação, fruto infeliz de sucessivas reformas de ensino ainda não assimiladas pela generalidade da população).

Por último, tem algum interesse considerar os dados resultantes da pergunta: "Enquanto residiram no estrangeiro, os seus filhos frequentaram cursos de Língua e Cultura Portuguesa", em que o número de respostas afirmativas foi apenas de 44. Se recordarmos de novo o facto de todos os inquiridos terem efectivado o seu processo de regresso, não pode deixar de considerar-se como magro o resultado obtido para o gigantesco esforço que se tem vindo a desenvolver na generalidade para a criação de cursos de Língua e Cultura Portuguesa nos países receptores da nossa emigração. Aparentemente, o esforço principal dos postulantes ao regresso processou-se, em vez daquela solução, pela de procurar integrar os filhos no sistema educativo português, tanto durante o período de emigração dos pais como, noutras opções, após o regresso.

14 - Problemas Encontrados no Regresso

As respostas obtidas a esta questão, formulada de forma aberta apresentam, exactamente por isso, uma grande dispersão de dados. Foi considerado necessário classificar quase duas dezenas de categorias; mas destas, só cerca de metade têm frequências significativas.

O caso mais frequente é o da ausência de resposta (26% dos inquiridos), o que tanto pode ser interpretado num sentido de recusa, como numa atitude de dúvida, ou ainda de ausência de opinião. De qualquer forma, se considerarmos que a situação de recusa formal foi atípica no conjunto da aplicação do questionário, seremos mais naturalmente conduzidos a tomar este caso como o de falta de opinião formada; ou, pelo menos, como um juízo feito pelo inquirido sobre a não identificação de problemas graves no seu processo de regresso.

O segundo caso mais frequente é o das pessoas que declararam expressamente não ter tido quaisquer problemas (cerca de 25%).

Do conjunto destes dois resultados, que constituem por si só mais de metade dos questionários aplicados, pode inferir-se uma situação significativa de ausência de problemas declarados (o que não exclui a possibilidade de haver casos de menor franqueza pelo pudor de reconhecer as próprias dificuldades).

Dos restantes, os problemas assinalados com maior frequência foram o da falta de emprego em Portugal (10%); as dificuldades na reorganização da vida quotidiana, ao retomar a actividade agrícola; a adaptação à mentalidade reinante na sociedade portuguesa; finalmente, a existência de questões no plano familiar (todas as três ordens de problemas com frequências vizinhas dos 5%). Se separarmos o caso do

**QUADRO 41 - NUMERO DE FILHOS RESIDENTES EM
PORTUGAL SEGUNDO O CONCELHO**

Concelhos	Nº de Filhos
Alvaiázere	15
Ansião	42
Mortágua	61
Coimbra	10
Soure	10
Mira	54
Cantanhede	189
Pombal	95
Marinha Grande	5
Lisboa	5
Alcácer do Sal	2
Anadia	1
Portalegre	1
Pamp. da Serra	49
N.E.*	75
TOTAL	594

(*) Estão em Portugal mas desconhece-se em que concelho .

**QUADRO 42 - NUMERO DE FILHOS RESIDENTES NO
ESTRANGEIRO SEGUNDO O PAIS**

PAISES DE EMIGRAÇÃO	Nº de Filhos
Luxemburgo	7
França	76
Suiça	3
Iraque	1
Brasil	3
América	5
Venezuela	24
Canadá	20
Africa do Sul	1
TOTAL	140

QUADRO 45 - Estudos Realizados pelos Filhos em Portugal

Estudos Realizados	Nº de Filhos
1ª Classe	4
2ª Classe	49
3ª Classe	42
4ª Classe	285
5ª Classe	3
6ª Classe	10
7ª Classe	1
1º Ano	21
2º Ano	120
3º Ano	6
4º Ano	5
5º Ano	1
6º Ano	1
7º Ano	6
8º Ano	6
9º Ano	8
10º Ano	18
11º Ano	8
12º Ano	16
13º Ano	3
14º Ano	10
15º Ano	1
16º Ano	4
Curso Superior	9
Frequenta a Universidade	2
Curso de Enfermagem	2
Magistério Primário	1
Educadora Infantil	1
Não Especificado	10
TOTAL	575

QUADRO 44 - Estudos Realizados pelos Filhos no Estrangeiro

Estudos Realizados	Nº de Filhos
1ª Classe	3
2ª Classe	5
3ª Classe	5
4ª Classe	14
5ª Classe	1
6ª Classe	1
7ª Classe	1
8ª Classe	1
1º Ano	7
2º Ano	5
3º Ano	2
4º Ano	3
5º Ano	5
6º Ano	2
7º Ano	6
Curso de Analista	1
Curso de Contabilidade	1
S.P.M.	1
C.M.1	1
C.M.2	1
S.1	1
S.Y.S.	2
TOTAL	69

desemprego (*) que, infelizmente, não é específico dos emigrantes regressados, nem particularmente característico da região em estudo, verificamos que em geral as dificuldades apontadas decorrem da própria situação de transplante geográfico-social, com todas as implicações de ordem cultural que daí inelutavelmente advêm.

14.1 - Informação e Apoio

No questionário foi incluída uma pergunta relativa à identificação das entidades ou pessoas a quem os emigrantes, ao regressar, tivessem solicitado informação ou, eventualmente, obtido apoio para ultrapassar as dificuldades de que foi tema o número anterior.

Se a intenção subjacente foi de carácter pragmático, para detectar carências ou orientar novas soluções em matéria de informação e de apoio no processo de reinserção dos que regressam, os resultados obtidos não poderiam ser nem mais claros, nem mais desencorajantes. Na verdade, três quartos dos inquiridos não recorreram a ninguém para esse efeito; amigos ou familiares foram o recurso para alguns, (8% no total); para outros, as entidades patronais (5%) ou a autarquia (3,5%).

E significativamente grave a situação que se acaba de descrever. Na verdade, num país como o nosso, em que uma parte importante da população safu do território e que, destes, muitos são os que vêm regressando (**), não existe organização, nem instituição expressamente vocacionada para desempenhar um papel de apoio à reinserção, situada "ao alcance" dos utentes.

No que afirmámos, a expressão entre aspas é aquela que reveste carácter operativo. Na verdade, não é útil para o regressado que exista instituição centralizada que se debruce sobre problemas anónimos relativos à reinserção: o que é desejável, em vez disso, é a existência de uma rede de apoio personalizado, directo, útil; instituição identificada, visível, com uma imagem de disponibilidade e de interesse que motive a iniciativa da sua procura.

(*) - Os números referentes ao ano de aplicação do inquérito mostram que o desemprego atingia 2,8% no geral da população do Continente.

(**) - Embora os regressos não atinjam de modo algum a dimensão de um fluxo caudaloso (como noutra local se referiu), não é de prever, salvo circunstância nova e drástica, quer a travagem brusca quer uma aceleração brutal do movimento; na falta de indicadores seguros, a única atitude prudente é a de postular a conservação tendencial do ritmo médio verificado nos últimos anos.

Não constitui irrealismo o afirmar-se que é possível com meios relativamente modestos, criar uma organização com aquelas características e com aquela finalidade. A partir de um organismo central, criado com a vocação precisa do conhecimento dos problemas da reinserção de emigrantes, pode passar-se, através da administração regional, para um número muito restrito de órgãos, devidamente integrados nas Comissões de Coordenação das Regiões. Beneficiando das relações estreitas e frequentes que ligam estas superestruturas aos órgãos de administração autárquica, é relativamente fácil a instalação de balcões de informação especializada e de recepção de pedidos de apoio concreto, a nível concelhio, o que se considera suficiente em termos de dimensão de malha.

No nosso entender, o organismo central referido seria mais curialmente criado no âmbito do pelouro da Administração Regional e Local, do que, como já tem sido preconizado, no dos Negócios Estrangeiros (onde se insere há mais de uma década a tutela das coisas da emigração) (*).

As tentativas de articulação entre a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e alguns órgãos locais (Câmaras Municipais e Casas do Povo) não se têm revelado, até à data, suficientemente profícuas, o que pode ser devido às vocações independentes das duas partes que pretenderam articular-se.

14.2 - Impressões Sentidas nos Domínios do Apoio Social e do Enquadramento Cultural

Ao fim de um certo tempo de estadia após o regresso, ultrapassados já alguns dos problemas imediatamente encontrados, acaba por formar-se individualmente uma opinião, em jeito de balanço, sobre as condições de vida realmente encontradas em Portugal. Para além das que relevam do campo económico (e que são objecto de análise separada) outras há que podem agrupar-se nos dois terrenos do social e do cultural.

(*) - Haveria uma certa ironia nesta transferência de pelouro: na verdade, ao tempo em que da emigração apenas havia intervenção nas fases antecedentes ou coincidentes com a partida, a competência correspondente residia no Ministério do Interior. Depois de 1974, a situação foi evoluindo, pela particular importância atribuída ao papel do Estado no enquadramento genérico dos emigrantes, fora do país — donde, a tendência para um pelouro de Negócios Estrangeiros. Agora, quase fechada a emigração, os interesses têm de concentrar-se nas comunidades portuguesas (para os que no estrangeiro continuam), mas também no plano estritamente interno, para apoio e enquadramento à reinserção dos que regressam.

Sobre a evolução de políticas e a dependência institucional dos assuntos ligados às migrações veja-se M.B.Rocha-Trindade, 1981; M.Aguiar, 1986; F.Cassola Ribeiro, 1986.

Embora estes dois conjuntos tenham sido abordados em questões separadas por razões de mais fácil identificação dos aspectos ou razões invocados, serão o campo social e o campo cultural aqui tratados de maneira unitária.

Assim, ao tentar apurar-se a impressão de quem regressou, no tocante ao ambiente de enquadramento social em Portugal, recolheu-se um considerável número de ausências de resposta (40%). Para os que responderam genericamente com uma impressão global, são praticamente idênticos os números referentes às opiniões positiva e negativa (a situação em Portugal melhorou/piorou) sendo ainda idêntico o número dos que julgaram não ter havido alteração; em cada caso, uma percentagem vizinha dos 10%.

E importante notar que a pergunta, embora formulada de modo aberto, terá incluído alguma orientação no sentido de um julgamento comparativo com situações vividas anteriormente no país; e não uma avaliação de confronto com a experiência vivida no estrangeiro.

Para aqueles que entenderam especificar com mais pormenor os terrenos concretos sobre os quais se debruçaram, são assinaladas melhorias nas relações sociais (7%), na assistência médica e educacional (3%) e, com idênticas frequências, nas infraestruturas de saneamento básico e de transportes.

Os juízos negativos mencionam as desigualdades sociais e a injustiça social, a falta de civismo, de assistência médica e de outras estruturas de assistência social, todos com incidências vizinhas dos 3%.

Em conclusão pode inferir-se a existência de um estado de espírito que, por não ser aproximadamente unânime, se deve considerar como de abertura positiva em relação à situação vivida, após o regresso, no terreno do enquadramento social. A esta abertura não será alheia a circunstância do regresso ter resultado de um acto conscientemente volitivo e, provavelmente, objecto de séria ponderação, o que, por si só, já determina uma atitude positivamente orientada; dito de outro modo, poderá esperar-se que os que decidiram não regressar ainda, são aqueles para quem um juízo deste tipo seria maioritariamente negativo.

No que respeita ao campo cultural, os juízos globalmente positivos e neutros (melhorou: 14%; manteve-se: 10%) dominam as opiniões negativas (5%). No entanto, são mais pesadas as atitudes críticas específicas, que consideram haver um atraso cultural em relação ao estrangeiro (7%) e falta de investimentos culturais (4%).

Em contrapartida, algumas respostas (4%) reconhecem existir agora maior número de pessoas a estudar do que anteriormente.

Entendemos necessário efectuar alguma crítica a estes resultados, que podem enfermar de vícios decorrentes da interpretação defeituosa dos respondentes, na matéria sobre que recaiu a pergunta.

Num questionário deste tipo, que procura abarcar tanto matéria de facto como matéria de opinião, em relação a múltiplas facetas e a diversas situações espaciais e temporais do percurso migratório, acaba por existir um inevitável compromisso entre a pormenorização (desejável) e a extensão excessiva, a evitar. O recurso a perguntas abertas representa uma técnica económica de compatibilizar o inconciliável; o risco a assumir é o da falta de precisão da resposta, ou até a má compreensão da pergunta.

No caso vertente entendemos ter isto acontecido em algumas situações, quando "campo cultural" tenha sido interpretado como sinónimo de cultura letrada, escolar ou académica, já que em nenhum caso pareceu terem sido considerados problemas como os da educação permanente, da cultura cívica, ou da animação social.

14.3 – Carências Reconhecidas

Quando se perguntou expressamente o que mais falta fazia a quem regressou, tendo em conta a experiência vivida no estrangeiro, foi largamente dominante o número dos que nada responderam (55%).

Dos restantes, cerca de 10% indicaram carências de tipo não especificável (ou, pelo menos, tal correspondeu a situações em que o inquiridor não conseguiu identificar o conteúdo da opinião do inquirido, embora tenha detectado o seu sentido genérico). É possível que esse tipo de resposta corresponda à consciência de uma desadaptação no processo de reinserção — que, assim, deverá considerar-se como imperfeito, no sentido de não completado; ou que traduza apenas a ocorrência do muito português sentimento das saudades de experiências anteriormente vividas.

Nos outros casos, estão quase em equilíbrio as opiniões relativas a carências materiais (de assistência médica ou social) e do foro da sociabilidade: falta de convívio ou de camaradagem, correspondendo aos casos indicados 8 e 7% respectivamente.

Finalmente, é afirmado por cerca de 8% das pessoas inquiridas que não foi sentida qualquer falta no campo social.

No terreno cultural verifica-se novamente uma elevada quantidade de não respondentes (61%), o que de certo modo faz perder significado às respostas realmente obtidas, tanto mais que se encontram dispersas em várias categorias.

Para os que assinalaram carências específicas, estas situam-se no campo associativo e, mais precisamente, desportivo (3%) e na falta de boas oportunidades de ocupação dos tempos livres (5%). Cerca de 10% das respostas são enquadráveis na categoria ampla das carências assinaladas no geral, mas não identificadas.

Dos inquiridos, 8% declarou não sentir faltas no campo cultural.

Em conclusão final para o conjunto de perguntas abertas sobre o tema da identificação de carências de tipo social ou cultural, é forçoso inferir que a dominante percentagem de ausência de resposta compromete a significância firme dos resultados obtidos, em termos de representatividade das várias categorias de respostas. O defeito só pode imputar-se à técnica de elaboração do questionário nestes precisos pontos, defeito esse que, infelizmente, não foi detectado quando do teste do questionário no pré-inquérito.

Pelas razões indicadas, não se comentam os resultados dos cruzamentos destas variáveis com categorias de idade, sexo, país de imigração ou outras, já que as sub-categorias resultantes desses entrosamentos seriam necessariamente desprovidas de representatividade estatística.

15 - Avaliação da Justeza da Decisão de Regressar

Ao invés do que se detectou no ponto anterior, é insignificante o número de pessoas que não responderam à pergunta "Já alguma vez se arrependeu de ter regressado; Porquê?" Trata-se de uma questão bem concreta, que estará certamente situada no primeiro plano dos interesses e preocupações de quem voltou ao país após longa estadia no estrangeiro.

Note-se que a maneira como a pergunta está formulada conduz a um certo enviesamento negativo das respostas, destinado precisamente a fazer pensar nas consequências indesejáveis associadas ao regresso; mais do que a um pedido de balanço geral de vantagens e de inconvenientes que, esse, poderia conduzir ao efeito contrário da valorização do status quo. A opção por uma fórmula baseada num circunstancialismo ("alguma vez"), mais do que em permanências integradas, tende a fazer agudizar e radicalizar os aspectos essencialmente negativos, facilitando a sua detecção.

Assim, consideramos muito mais relevantes, em termos de avaliação geral (esta com conotação positiva), os cerca de 55% de pessoas que declararam nunca se ter arrependido, do que os cerca de 40% que reconheceram "alguma vez" ter tido esse sentimento.

Os números tornam-se ainda mais expressivos quando se invocam os países de imigração respectivos: para os casos transoceânicos (Brasil e Venezuela, os de maior significado), os "arrepentidos" situam-se abaixo dos 20%, peso inferior à média geral.

Quanto aos perfis pessoais dos respondentes nesta matéria, verifica-se que, em avaliação global, as mulheres são substancialmente mais críticas (58,5%) do que os homens (41,5%).

Julgamos ser este resultado imputável às diferenças de estatuto e de condições de exercício de actividades regulares, no que respeita à dicotomia homem/mulher. Se se tiver em conta que o universo da amostra foi intencionalmente colocado em zonas rurais; que, em maioria, os imigrantes exerceram as suas profissões e estabeleceram residência no estrangeiro em zonas urbanas de muito grande ou, pelo menos, de média dimensão — pode inferir-se que o retorno a condições e modos de vida substancialmente mais antiquados, mais tradicionais e, por conseguinte, mais desfavoráveis ao estatuto da mulher, pode nelas desencadear naturalmente manifestações psicológicas de rejeição. Maiores dificuldades ou menor latitude de escolha no abastecimento quotidiano; perda de facilidades no enquadramento escolar e social das crianças; maior controlo social — sacrificio de graus de liberdade na iniciativa feminina; em certos casos, perda de actividade profissional remunerada e, conseqüentemente, de salário próprio — eis alguns dos prejuízos que podem facilmente dar origem à consciência de um arrependimento por ter regressado.

Pelo contrário, verifica-se que as idades dos regressados não parecem ser factor determinante para a formulação de um juízo positivo ou negativo sobre o retorno, não se encontrando correlações nítidas entre uma e outra variável.

Em relação ao apuramento dos motivos que determinaram (nos casos em que tal aconteceu) um juízo negativo quanto ao regresso, recolhidos sob forma de questão aberta, os únicos que parecem revestir algum peso representativo são abrangidos pela categoria ampla da consciência de perda de vantagens ou de regalias nos planos profissional, económico ou social. Em nosso entender, a menção explícita das componentes profissional e económica está directamente relacionada com o que anteriormente foi apontado sobre as dificuldades de emprego em Portugal (ou, pelo menos, a não correspondência entre expectativas e realidades neste domínio, o que é imputável a estádios diferentes de desenvolvimento, quando a comparação se faça entre Portugal e os países de acolhimento).

16 - Atitudes em Relação aos Países de Imigração

Segundo os dados recolhidos a maioria das pessoas abordadas (60%) indica que permanece algum grau de ligação com os países onde, por largo tempo, residiram; o conjunto complementar deste afirma sentir-se "completamente desligado do país onde foi imigrante". Note-se que a formulação da questão tinha intencionalmente um enviezamento no sentido negativo; pelo que a maioria das respostas com tendência contrária traduz, certamente, um facto relevante.

A pergunta aberta para avaliação das razões subjacentes ao sentimento manifestado, fosse ele de conteúdo positivo ou negativo, deu origem ao maior número da categorias

de classificação que foi necessário usar em todo o escrutínio do questionário A - o que de certo modo traduz a complexidade do processo de racionalização utilizado individualmente para justificar uma atitude puramente afectiva.

Sendo pouco interessante fazer o inventário exaustivo de todas essas razões, apenas faremos o seu agrupamento em:

- factores de raiz objectiva ou material;
- factores de raiz essencialmente subjectiva e, frequentemente, emocional.

Nos primeiros são dominantes como razões de uma ligação ao país estrangeiro, os casos relativos ao remanescer de uma parte da família em situação de imigração (13% do total). Apontam-se ainda: o ter lá negócios ou outras origens de proventos; a naturalização obtida nesse outro país; finalmente, um conjunto de razões de origem económica que tanto podem estar ligadas às dificuldades sentidas em Portugal, como à sobrevalorização dos sucessos conseguidos no estrangeiro. Todas estas razões, por numerosas e dispersas, apresentam frequências baixas.

Na ordem das razões mais subjectivamente invocadas, a mais directa exprime-se como "amor" ao país de acolhimento (7% do total ou 11% dos casos em que a ligação ao estrangeiro foi afirmada); também se referem as recordações agradáveis (2% do total), os amigos que lá se fizeram e lá se deixaram (12% do total) a gratidão pelas condições encontradas e que permitiram uma melhoria de vida (6%); outras, expressando mais uma relação de antagonismo contra o país de origem, do que uma ligação ao país estrangeiro aparecem referidas como solidão, inadaptação "aqui", cansaço, etc.

Provavelmente, quando expressas desta maneira negativa, as respostas traduzem mais as dificuldades do processo de reinserção do que a existência de uma real atitude de ligação ao estrangeiro.

Para aqueles que afirmaram sentir-se desligados desses outros países (e ainda para os que declararam por eles sentir apenas indiferença), as causas invocadas mais frequentemente foram: a ausência de documentos que permitissem um eventual recomeço do processo emigratório (*); a memória de uma vida difícil no estrangeiro; e, no sentido complementar, a sensação de bem-estar em Portugal.

(*) - Sabemos estarem neste caso as pessoas abrangidas por esquemas de reforma no estrangeiro e as que regressaram contratualmente, ao abrigo da legislação referente a estímulos de retorno. Toda a problemática dos "novos clandestinos", ou seja, dos violadores de normas contratuais do tipo indicado, encontra-se actualmente em foco, quer entre as autoridades nacionais com pelouros de imigração, quer no âmbito de organismos internacionais de estudo e de investigação em matéria migratória.

Em conclusão (que é igualmente extensiva à matéria do número anterior) verifica-se que a maioria dos regressados não está arrependida da sua decisão, o que não implica, de modo algum, que tenha perdido uma ligação privilegiada com o anterior país de residência. De qualquer modo, o facto de não ser insignificante o número daqueles para quem o regresso trouxe consequências claramente negativas (ou que, pelo menos, delas fizeram uma "leitura" negativa) mostra que o processo de reinserção é difícil, complexo e, potencialmente com riscos para o equilíbrio e bem-estar individual e familiar.

17 - Ocupações dos Tempos Livres

Para além das ocupações de ordem profissional, após o regresso, analisadas noutra local por relevarem do foro económico (capítulo económico), considerou-se importante avaliar, como indicador suplementar da forma como se está a processar (ou a perfazer) a reinserção, qual o modo de ocupação dos tempos remanescentes. Desta análise foi retirada a parte respeitante a actividades do foro religioso, tratadas de forma integrada na parte V.

Neste pressuposto, as ocupações de tempos livres foram consideradas em dois âmbitos de dimensão diferente: o plano familiar e o plano comunitário. A separação indicada pode pecar por imprecisa se atendermos a que, em meios rurais de pequena dimensão, sobretudo quando situados (como é o caso) na metade norte do país, subsiste uma certa sobreposição entre a noção de família alargada — que inclui não só laços consanguíneos como também parentescos de aliança e até relações privilegiadas de vizinhança — e a noção de comunidade (M.Espírito Santo, 1980, p. 93, 94).

Os resultados colhidos mostram que, no plano da vida da família, a ocupação dos lazeres é em grande maioria indefinida: 48% dos inquiridos diz ocupar tempo em vida de família, mas sem precisar de que modo o fazem; 15% não respondem a esta pergunta.

Em relação a respostas concretas, 8% indicam uma colaboração em actividades domésticas; o convívio familiar e o amparo a parentes idosos aparecem com igual frequência (4%); os outros casos de ocupações referidas têm baixo nível significativo.

Enfim, quase 19% dos respondentes assinalam não ter actividades de tempos livres no âmbito da vida de família, o que tanto pode significar ausência de lazeres efectivos, como preferência por actividades exteriores ao âmbito familiar; como, ainda, uma distorsão do conceito de "actividades de tempos livres" que tendesse a apenas classificar como tal aquelas que assumissem carácter sistemático ou organizado. Esta conjectura advém do conhecimento empírico da existência de receptores de televisão na maioria dos casos, o que faz pressupor que a tal corresponda necessariamente uma forma típica de lazer.

Quanto às actividades de âmbito comunitário, os resultados são os seguintes: 16% de não respondentes e 67% os que não assinalam qualquer actividade de ocupação de tempos livres no plano comunitário. Dos restantes, apenas são significativos, com peso idêntico (4%) os que se referem a participação numa comissão de moradores, os que são elementos de Associações desportivas ou recreativas e os que declaram ter uma ocupação de lazer sem precisarem exactamente qual.

Para finalizar, refira-se que a pergunta permitia ainda respostas inseridas fora dos âmbitos familiar, religioso ou comunitário, tendo-se verificado não ter essa alternativa sido optada por número significativo de respondentes.

Globalmente teremos tendência para considerar como desencorajante o conjunto dos resultados concretos que se obtiveram e que genericamente se resumem num juízo sobre a escassez da ocupação dos lazers para a população-alvo do inquérito. Este juízo merece, porém, alguma reflexão adicional.

Na realidade, quem conheça minimamente as actividades quotidianas em comunidades de inserção rural, com média ou pequena dimensão, não pode deixar de reconhecer a inexistência genérica de sistemas ou de infraestruturas organizadas, vocacionadas para o exercício de actividades de lazer. Os chamados divertimentos públicos, como os espectáculos, as salas de jogos ou os salões de festas, não têm nas nossas aldeias e vilas existência permanente: antes, tais actividades são eminentemente esporádicas e de ocorrência muito irregular, baseando-se em recintos normalmente afectos a outras funções. A única excepção é o café/taberna/loja, espaço de vocação polivalente, frequentemente mobilizado como centro de convívio onde se joga, se bebe, se conversa ou se vê televisão.

Por outro lado, também a actividade associativa formal não tem, em média, uma significativa expressão na generalidade das nossas populações. Quando existe, encontramos a sua génese ou numa antiga e forte tradição localizada (não extrapolável a todas as outras povoações) ou na dedicação e iniciativa de um excepcional líder, igualmente não generalizável; mas mesmo assim notamos que os fins de tais associações estão mais ligados à promoção de melhoramentos puramente locais (estrada, ponte, escola, esgoto), do que à criação de estruturas permanentes para a prática de actividades de lazer (M.B.Rocha-Trindade, 1986).

Em suma, as ocupações dos tempos livres desta população regressada não destoam do que é habitual no hinterland português, onde muito e muito ainda há para fazer, com vista a que a situação se modifique.

18 - Conclusões

Seria ocioso resumir o conjunto de resultados apresentados nos pontos anteriores, já de si formulados de maneira tanto quanto possível condensada; em vez disso,

procuraremos inferir um conjunto de proposições que, em nosso entender, decorrem logicamente do que existe, do que falta e do que seria importante mudar:

- O inquérito permitiu concluir que, se o processo de adaptação de quem regressa, em relação às novas condições encontradas, é lento e complicado, nem por isso deixa de ser orientado positivamente e volitivamente no sentido de uma verdadeira integração na comunidade (*);

- O ciclo emigratório não se fecha com o regresso ao país de origem, mas sim quando se possa considerar como finalizado e ultrapassado o processo de reinserção (**); processo não natural, não isento de riscos e de desajustes, que poderiam ser minorados com um mínimo de apoio e de enquadramento;

- A responsabilidade de Estado, no tocante ao processo migratório, não deve cessar com a passagem da fronteira, do migrante que vem regressar: a dinamização e organização de esquema de enquadramento, apoio e informação aos regressados, tanto ante, como pós-facto, competem-lhe, por via descentralizada regional e autárquica, mediante a utilização de iniciativas e de agentes locais;

- O acompanhamento e o estudo do processo de reinserção, tomando zonas e localidades diversas como casos-tipo, permitirão observar permanências, detectar singularidades, seguir evoluções.

A partir desses dados poderão ser gizadas políticas e programadas acções tendentes a facilitar, harmonizar e rendibilizar, pessoal e colectivamente, a reinserção dos migrantes regressados.

(*) - Este facto resulta talvez da enorme capacidade de adaptação que parece ser um dos traços característicos da identidade cultural portuguesa: atente-se, por exemplo, à completa integração conseguida pela população de retornados de África, apesar das circunstâncias dramáticas da sua vinda, do seu carácter brutalmente compulsivo e do traumatismo psicológico e social que o envolveu (J.M.Leandro, 1984; J.R.Lewis e A.M.Williams, 1985).

(**) - Numa descrição conceptual completa, um ciclo migratório inicia-se com a ideia de emigrar, se concretizada numa decisão de partir e na subsequente preparação do processo e acto de partida. Prolonga-se durante a estadia no estrangeiro, finalizada pelo regresso do próprio (sem excluir a possibilidade de prolongamentos de estadias intergeracionais); o ciclo só se fecha, porém, quando completado o processo de reinserção. Este último ponto é o mais difícil de definir com exactidão: uma solução é considerar o ciclo completado quando cessarem todas as situações de carácter híbrido ou transitório para todos os membros de uma família directa ou indirectamente ligada a um processo emigratório.

Neste modelo o ciclo estende-se para além da data do regresso, ao contrário do proposto por outros autores (ver, por exemplo, J.C.Arroteia, 1986, p.120).

PARTE V

**NOVAS IMPLICAÇÕES PASTORAIS
DAS MIGRAÇÕES**

António Santos

V - NOVAS IMPLICAÇÕES PASTORAIS DAS MIGRAÇÕES

19 - Contexto Religioso das Migrações

Ao pensarmos em termos de regresso poderíamos facilmente ser levados a imaginar que o itinerário da emigração atingiu a sua última etapa e que o ciclo migratório está, assim, concluído e encerrado.

O regresso sempre foi, na ordem psicológica e cronológica, uma fase importante da emigração. Desde que houve emigração sempre se pensou no regresso. A emigração para o Brasil é um exemplo vivo disso mesmo. Na presente situação portuguesa, o desejo de regresso continua a caminhar em paralelo com um novo surto de emigração mais frágil, mais complexa e mais versátil - a emigração temporária e a emigração clandestina.

Também a Igreja precisa de ter consciência desta realidade para compreender que as implicações pastorais do regresso são, apenas, um dos muitos vectores a exigir um olhar atento e uma prática ajustada no contexto multifacetado de uma acção coordenada.

A emigração, no seu todo e nos condicionalismos que a envolvem, revela-se-nos como uma realidade dinâmica que não se compadece com um conhecimento que ignore este processo de continuidade-descontinuidade e de relação—ruptura que faz com que se trate de um fenómeno igual, mas sempre diferente.

Falta, talvez, à Igreja de Portugal o conhecimento aprofundado da história do seu agir pastoral no mundo da emigração. Sabemos melhor como ela procedeu no apogeu das Descobertas e nas sendas da missionação no Brasil, na Ásia e na África do que nos momentos mais recentes da explosão migratória. A transição do modo próprio de estar presente, por parte da Igreja, no tempo e no mundo das Descobertas e na hora e no espaço da emigração não foi, a nosso ver, fácil, rápida e sem sobressaltos.

A emigração é no século XX um dos espelhos do Povo e da Igreja que somos; como outrora, nos séculos XVI e seguintes, a nossa acção missionária nos revelou o dinamismo da Igreja daquele tempo.

Não é possível falar de regresso, em termos pastorais, à margem da consciência que o emigrante tem de si mesmo e da própria consciência histórica que a Igreja deve ter do seu agir no mundo das migrações.

Pensar a vida religiosa de Portugal à margem da permanente mobilidade humana que mexeu, no mais íntimo, as nossas aldeias e cidades, seria iludir a evidência da realidade e comprometer o próprio futuro.

O modo de viver a Fé em Portugal marcou a emigração portuguesa e esta, por sua vez, implicará certamente, novos modos de ser Igreja em Portugal e nos países

estrangeiros onde os Portugueses viveram ou vivem.

Dito de outro modo: da mesma forma como a Igreja tem procurado acompanhar no plano espiritual e material os Portugueses emigrados, também a especificidade de problemas dos que regressam ao país lhe não deve, nem pode, ficar indiferente. Desta consciência decorre, naturalmente, a necessidade de uma intervenção activa na procura do conhecimento e da problematização das questões, pelo que o seu papel de participação num projecto de investigação sociológica se encontra, de per si, justificado.

Com o decorrer dos trabalhos de concepção e planeamento desta pesquisa tornou-se aparente a existência de um espírito de colaboração e de harmonização de interesses entre as várias partes nele intervenientes, mostrando mútua abertura e compreensão para o cumprimento de objectivos e motivações provavelmente distintos mas, afinal, complementares e compatíveis.

O trabalho de preparação do Inquérito fez-nos compreender que a harmonia e o equilíbrio das questões formuladas e dos objectivos procurados exigiam um ordenamento das perguntas ajustado à situação concreta do emigrante regressado. Assim, as questões de índole religiosa surgem no seu contexto, em perfeita sintonia com as perspectivas económica, cultural e social.

A problemática religiosa, em vez de formar um grupo homogéneo, distinto e separado, aparece em constante relação com a realidade múltipla e plural da vida do emigrante, permitindo o cruzamento de dados, uma leitura mais fértil e profunda das respostas obtidas.

No decurso da análise procurar-se-á adiantar ideias, encontrar correlações, inventariar causas e discernir razões de comportamentos sócio-religiosos diferenciados. Não é sem riscos e sem contestação este caminho, sobretudo por parte daqueles que preferem o seco rigor da análise quantitativa à interpretação qualitativa, que acusam de parcial e subjectiva.

20 – ANALISE DOS RESULTADOS NUMA PERSPECTIVA PASTORAL

20.1 – Que Igreja em Portugal ?

Pareceu-nos mais apropriado começar por perguntar ao emigrante regressado quais os sentimentos experimentados, no campo religioso, após o seu regresso. Assim a questão 11 (Após o seu regresso definitivo, o que o impressiona, negativa ou favoravelmente), foi formulada de modo a permitir a comparação com a realidade anterior à saída do país, tendo presente a forma como o inquirido foi acolhido pela Igreja portuguesa ao regressar.

Quadro 45 - Impressões no campo religioso após o regresso

<i>Impressões</i>	<i>Concelhos</i>	<i>Pamp.S.</i>	<i>Alvaláz.</i>	<i>Ansião</i>	<i>Pombal</i>	<i>Soure</i>	<i>Cantanh.</i>	<i>Mira</i>	<i>Mortág.</i>	<i>TOTAL</i>
Não respondeu			2	24	88	9	39	21	5	188
Manteve-se	10	2	3		3		42	2	5	67
Melhorou		1	4		13	1	16	5	12	52
Piorou			2		4	1	11	2	8	28
Bastantes grupos de cristãos mais conscientes					4		9	5	2	20
Demasiada reiligiosidade nem sempre praticada da melhor forma		2			6		6	3		17
Pouca preparação das celebrações e/ou celebrantes					4		6	5	2	17
Bom acolhimento					4	1	1		3	9
Não tem opinião formada					2		2	1		5
Igreja portug. menos favoravel ao emigrante				1	3					4
Muitas pessoas não praticantes							2			2
Melhoria dos métodos de trabalho								1		1
Materialismo exagerado					1					1
TOTAL	10	7	34	132	12	134	45	37	411	

Entre os inquiridos, 188 não responderam a esta pergunta. Para 52 emigrantes a vida religiosa em Portugal melhorou, para 28 piorou e para 67 manteve-se. Não têm opinião formada 5; consideram que há "demasiada religiosidade" nos Portugueses mas nem sempre transposta para a vida prática.

Enquanto 9 respondentes sentiram bom acolhimento no período após o regresso, apenas 4 manifestam opinião negativa sobre o relacionamento da Igreja portuguesa com os emigrantes; 17 consideram insuficiente a preparação das celebrações e o interesse dos celebrantes. Ao regressar a suas terras, 20 emigrantes dizem ter encontrado grupos de cristãos mais conscientes. Sem expressão numérica aparecem, no entanto, opiniões diversas: "melhoria de métodos de trabalho nas acções desenvolvidas"; "materialismo exagerado na actuação da Igreja"; "muitas pessoas não praticantes". Ainda 10 pessoas inquiridas assumiram dificuldade em exprimir o sentimento confuso que têm relativamente a este assunto e disseram não saber especificar a sua opinião.

Não esquecendo a grande percentagem dos que não se pronunciaram sobre este tema, verifica-se que são mais aqueles para quem a vida religiosa em Portugal se manteve, do que aqueles para quem melhorou; sendo menor ainda o número dos que dizem ter piorado.

E de salientar que para todos os regressados do concelho de Pampilhosa da Serra a situação religiosa manteve-se, enquanto para 32,4% de Mortágua melhorou, tendo os outros concelhos, neste aspecto concreto, percentagens compreendidas entre 8,3% e 14,2%.

A grande maioria de respostas em termos globais, situa-se na franja etária que vai dos 35 aos 60 anos; contudo, aqueles para quem a vida religiosa piorou são, essencialmente, os que se situam entre os 45 e os 49 anos.

Quanto aos países de imigração, a percentagem maior dos que afirmam ter melhorado vem-nos dos regressados da Venezuela (22,7%) seguidos dos do Brasil (16,6%) e da França (12,3%). Talvez isso se explique porque foi mais longa e demorada a estadia naqueles países e, ao reencontrar a terra de origem, sentem-se mais vivas e fortes as diferenças.

As impressões em função do motivo do regresso mostram que aqueles que afirmam ter a vida religiosa piorado são os que regressaram por razões de ordem pessoal e familiar. Os que afirmam ter melhorado são os que regressaram por motivos de saúde (23%) ou os que tinham já realizado os objectivos económicos que se propuseram atingir (15,3%).

20.2 – Carências Actuais no Campo Religioso

Após vários anos vividos no estrangeiro, em contacto com outras realidades, é possível que, com o quadro de referência e de comparação entretanto adquirido, se constatem algumas carências no campo religioso. A ausência e a distância permite, tantas vezes, ser mais objectivo e verdadeiro, acordando do marasmo e da indiferença.

Como no ponto anterior, o número maior pertence àqueles que não responderam, (282), seguidos dos que não sentem qualquer falta no campo religioso (59) e dos que, não sendo capazes de especificar os seus sentimentos, não deixam de os reconhecer (34). Porém, 14 falam-nos da necessidade de uma religião mais vivida; 6 da falta de honestidade, 5 da falta de convivência com os celebrantes, 4 da falta de respeito dentro da Igreja, 3 da ausência de solidariedade, 2 da pouca preparação dos celebrantes; lembrando um que escasseiam comunidades portuguesas no estrangeiro, alerta outro para a necessidade de ordenados para sacerdotes.

Nas respostas dadas, verifica-se que, em relação à idade dos inquiridos, os que gostariam de uma religião "mais vivida" se distribuem, em proporção equilibrada, entre os 25 e os 65 anos.

Tendo em conta a diferente distribuição dos inquiridos relativamente aos países onde estiveram imigrados, não faz sentido considerar as diferenças entre resultados obtidos. O peso que a França assume (292 num total de 411) retira o interesse de uma comparação proporcional.

20.3 – Passado Próximo e Distante do Regressado

O regresso não representa para o emigrante o início da vida cristã, mas antes o seu desenvolvimento, já que ela tem raízes profundas no seu passado e na sua experiência religiosa ao longo dos anos de emigração.

Para facilitar a análise das respostas e concretizar as experiências vividas enumeram-se algumas actividades (membro do Grupo Coral, membro da Acção Católica, catequista, mordomo de festas, membro da Comissão de Igreja), deixando lugar livre para outras actividades. Pareceu-nos que estas enquadram a vida de um cristão activo e comprometido na vida eclesial, desde o trabalho de evangelização ao ministério litúrgico e ao empenhamento apostólico e comunitário.

Os que não responderam e os que afirmam em nada ter participado, representam a maioria dos inquiridos. Em todo o caso, entre aqueles que responderam, grande número participou nestas actividades em Portugal e no estrangeiro. De facto foram muito poucos os que participaram só em Portugal e pouco mais os que participaram

Quadro 46 - Carências no campo religioso segundo a idade dos inquiridos

Carenças	Idades												TOTAL	
	N.R.	0-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69		70-74
N.R.	3	1	1	3	19	48	68	61	47	31	20	13	1	316
Falta de honestidade					1		1		2	1	1			6
Falta de convivência com os celebrantes						3		1		1				5
Falta de respeito dentro da Igreja					1	1		1	1	1				4
Comunidade portuguesa no estrangeiro									1					1
Falta de preparação dos celebrantes						1		1			1			2
Solidariedade						1		2						3
Religião mais vivida				2		2	3	2	1	2	2			14
Não sente qualquer falta			1	1	3	8	12	11	8	7	4	3		59
Ordenados para sacerdotes								1						1
TOTAL	3	1	2	6	24	63	84	79	60	43	28	16	1	411

Quadro 47 - Carências no campo religioso segundo o país de emigração

<i>Carencias</i>	<i>Países Imigração</i>					TOTAL
	França	Alemanha	Venezuela	Canadá	Brasil	
N.R.	216	43	22	14	4	299
Falta de honestidade	6					6
Falta de convivência com os celebrantes	4					4
Falta de respeito dentro da Igreja	4					4
Comunidade portuguesa no estrangeiro	1					1
Falta de preparação dos celebrantes	2					2
Solidariedade	2	1				3
Religião mais vivida	8	2		1		11
Não sente qualquer falta Ordenados para sacerdotes	49	5		1	2	57
TOTAL	292	51	22	16	6	387

só no estrangeiro, o que nos permite concluir a existência de uma certa continuidade na prática religiosa.

Dos concelhos de actual residência, verifica-se que em Pampilhosa da Serra ninguém respondeu; a Ansião e a Pombal pertence a maior experiência de participação religiosa; os residentes nos concelhos de Mortágua, Cantanhede e Mira representam a menor.

As percentagens de participação em Portugal e no estrangeiro são, aproximadamente, as mesmas para todas as cinco actividades acima indicadas, com uma ligeira alteração quando se trata de mordomos de festas. O mesmo não se constata quanto à participação efectuada só em Portugal ou só no estrangeiro.

Mais importante é conhecer a experiência de participação em actividades religiosas relacionadas com os locais de residência antes de emigrar. Desse cruzamento de informação resulta um quadro pormenorizado e de justificado interesse.

Como foi dito (vd. Parte III) nem sempre os concelhos de origem coincidem com os da actual residência onde o inquérito foi lançado, que se situam apenas na zona abrangida pela Diocese de Coimbra.

Dos emigrantes provenientes do Concelho de Pampilhosa da Serra apenas 16,6% tinham sido catequistas em Portugal, não tendo os outros qualquer experiência de participação. Nenhum dos oriundos de Alvaiázere respondeu, assim como nenhum dos da Amadora, de Guimarães, de Moscavide, de Bragança e de Lisboa. Os naturais de Luanda dividem-se entre os que não respondem e os que não participam em quaisquer actividades, à excepção dos que tinham trabalhado na construção de edifícios religiosos (8,3%).

Os que têm experiência religiosa de participação em outras actividades diversificadas são os que provêm dos concelhos de Ansião, Pombal, Soure, Cantanhede, Mira, Mortágua, Marinha Grande e Montemor-o-Velho.

Em termos globais verifica-se proporcionalmente uma maior participação das mulheres do que dos homens. Todavia essa participação feminina na prática das actividades religiosas desenvolveu-se sobretudo em Portugal, sendo superada pelos homens no estrangeiro.

Esta situação não surpreende quem já trabalhou na emigração. Foi frequente a caminhada cristã e apostólica dos homens nas comunidades emigrantes por várias razões, a que não é indiferente a maior disponibilidade de tempo e a grande abertura das Igrejas de acolhimento à presença e ao trabalho apostólico dos homens. Não são ainda de menosprezar os factores ligados ao hábito, que em Portugal tende a aproximar mais as mulheres do que os homens, numa participação em actividades da Igreja.

Quadro 48 - Participação em actividades religiosas segundo o concelho

	N.R.	Sím, na comunidade portug.	Sím na comunidade estrang.	Indiferente	Não participa	Total
Pamp. Serra						
Alvaiazere	1	1	5	1	2	9
Ansião	1	3	1	2		7
Pombal	9	23	8	16	13	69
Soure		67	21	2		90
Cantanhede	8	6	4	11	1	30
Mira	3	77	34	3	5	122
Mortágua	6	16	13	1		36
Luanda	1	24	5			30
Amadora		1		1		2
Lisboa					1	1
Marinha Grande		1		1		2
Santarém				1		1
Guimarães		1				1
Moscavide	1					1
Montemor-o-Velho		1				1
Loures		2				2
Bragança			1			1
Total	30	223	92	39	22	406

Quanto à experiência religiosa segundo os países de imigração apenas será de realçar que, em termos relativos, a participação dos que estiveram na Alemanha é maior do que a daqueles que viveram em França. Mesmo em termos absolutos foram mais os que exerceram uma actividade de membro da Comissão da Igreja ou de Concelho de Comunidade na Alemanha do que os que o fizeram em França. Isto radica-se provavelmente na própria estrutura da acção pastoral por parte da Igreja portuguesa, que é diferente nos dois países, sem excluir a possível influência de diferentes hábitos e tradições locais.

O estudo comparativo da presença portuguesa e da acção da Igreja nos diversos países de imigração, constitui ponto de grande interesse para a compreensão da diversidade de comportamentos religiosos em contexto migratório. Tendo em vista que todo o envolvimento social é de importância, tanto como motor ou como estrangulador da prática religiosa, há que a ele atender no desenvolvimento da pastoral de emigração.

20. 4 – Migração e Celebração Religiosa

Um dos maiores problemas levantados no domínio da pastoral da emigração é o do justo equilíbrio entre a presença da Igreja de origem, que não se deve alhear do seu ministério específico, e da inserção harmoniosa e progressiva na Igreja de acolhimento, a quem compete o múnus maior de uma cooperação leal e humilde junto dos emigrantes. Nem sempre tem sido fácil, aos responsáveis das duas Igrejas, gizar planos ou prever soluções antecipadas neste campo. A mútua colaboração depende muito do peso das instituições e estruturas, da capacidade de abertura e de diálogo das pessoas, das circunstâncias concretas que as rodeiam, da cultura e da religião do país que acolhe e, sobretudo, da língua que aí se fala. E, sem dúvida, diferente a inserção cristã de um Português emigrante no Brasil, na França, na Alemanha ou, por maioria de razão, nos países árabes.

Sendo os emigrantes confrontados com dois grupos religiosos (o do país receptor e o da sua origem nacional); para quem são individualmente realizadas cerimónias diferentes tanto pela língua e pelo estilo da celebração, mereceu grande interesse avaliar a preferência destes por cada uma delas.

Os números são expressivos: apenas 30 não respondem; 223 preferem a celebração da comunidade portuguesa, 92 a da estrangeira e 39 não têm preferências; os restantes não participam nas celebrações de nenhuma das comunidades.

Um dos maiores motivos de preferência pela celebração específica para a comunidade portuguesa é a utilização na cerimónia da língua materna, seguido da oportunidade de encontro com outros portugueses.

Convém referir que 61 dos que participavam na celebração estrangeira o faziam porque era a única, 10 porque estavam mais perto da residência, 3 porque se revoltam com a "falsidade" da religião portuguesa e 8 porque consideravam as celebrações estrangeiras em que participavam mais dinâmicas do que as portuguesas.

Os que disseram não participar em nenhuma celebração são oriundos dos concelhos de Pombal, Mira, Pampilhosa da Serra, Lisboa e Cantanhede e estiveram imigrados na França, Alemanha, Venezuela e Brasil.

Ainda segundo os países de imigração a percentagem parcial de participação na celebração portuguesa distribuiu-se da seguinte maneira: na Venezuela (68,1% num total de 22 inquiridos); na Alemanha (66,6% num total de 91 inquiridos); em França (49,3%, num total de 292 inquiridos).

Um resultado que revela uma tendência interessante é a relação existente entre a idade e a preferência pela celebração religiosa: os que têm menos de 30 anos preferiam a celebração estrangeira; dos que têm mais de 65 anos apenas um disse escolher aquela celebração, por não haver Eucaristia dominical em português.

20.5 – Disponibilidade para Colaborar com o Pároco

No campo religioso não nos podemos limitar a fazer a história de um itinerário cristão e eclesial. Interessa-nos entender os novos dinamismos pastorais de um viver comunitário por parte de tantos que nas nossas comunidades tiveram o seu berço cristão e aqui regressam diferentes, ou pelo menos de modo renovado.

Em Igreja o dinamismo do viver comunitário não se esgota, como é sabido, na pessoa do pároco que, no entanto, tem um papel fundamental na animação da comunidade. Não pode contudo ser esquecido que sem uma participação activa dos paroquianos o sucesso das suas acções será gravemente comprometido.

Constata-se que os emigrantes regressados são pessoas com disponibilidade, generosidade e vontade de participar: 70% estão dispostos a colaborar consoante as necessidades, 6% fá-lo-ão em certas condições e 2,6% em actividades de catequese; outros estão ainda dispostos a ajudar no grupo coral, nas actividades sócio-caritativas, recreativas e culturais.

Só 4,4% se negam a colaborar e 3% não se sentem disponíveis por falta de tempo ou de saúde.

Os que se manifestam indisponíveis para colaborar estiveram imigrados na Alemanha ou na França. Por seu lado, todos os que regressaram da Venezuela, Canadá e Brasil responderam a este ponto afirmativamente.

A maior percentagem de disponibilidade a nível de concelhos de residência actual pertence a Soure (100%) e a maior de indisponibilidade para participar localiza-se em Ansião (17,6%).

Quadro 49 - Disponibilidade em colaborar com o Pároco segundo a idade

Idade		0-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	TOTAL
<i>Disponibilidade</i>	N.R.														
	3														
Participação consoante as necessidades paroquiais		1	2	4	13	41	49	55	41	32	19	10		1	42
Não está disposto a participar					1	1	3	1	4	3	1	4			267
Só em certas situações					3	4	9	7	9	4	2	1			18
Construção e restauro de edifícios						2		2		1					5
Catequese e trabalho com jovens					2		3	2		1					7
No aspecto económico						1	1		1				1		5
Não colabora por falta de tempo						3	1	2							6
Em actividades culturais e recreativas							3	1							4
Apoio aos doentes								1							1
Canto coral e animação litúrgica				1			1								2
Alfabetização						1									1
Grupo sócio-caritativo						1	1								2
Não participa por falta de saúde						1	1								2
Apoio aos idosos						1	4	1	1		2	1			10
Total	3	1	2	6	24	63	84	79	60	43	28	16	1	1	411

A grande maioria prefere não especificar as actividades ou os sectores onde mais gostaria de trabalhar, deixando isso ao ritmo das necessidades pastorais ou ao critério do pároco.

Nenhuma das mulheres que responderam se nega a colaborar e só elas estão dispostas a dar apoio aos doentes e a trabalhar na animação litúrgica e no grupo coral. E também muito maior a percentagem relativa de mulheres que aceita trabalhar na catequese (7,4%), enquanto só 0,8% dos homens estão decididos a fazê-lo.

Os que não estão dispostos a colaborar são, mais uma vez, os que, no passado, não tiveram quaisquer experiências de participação religiosa.

Assim, dos que fizeram parte do grupo coral, da Acção Católica, da Catequese, da Comissão de festas da Igreja ou de outras actividades específicas, no estrangeiro, nenhum se nega agora a dar a sua contribuição.

E na base desta disponibilidade de tempo, desta capacidade de trabalho, de liderança social e cristã e da abertura à colaboração com o pároco, que a Igreja de Portugal muito pode esperar dos emigrantes regressados.

20.6 – Expectativa do Regresso Face à Igreja

Ninguém pode sobrevalorizar a importância do passado cristão na vida do emigrante regressado mas, também ninguém ousará minimizar esse facto, sabendo, sobretudo, que a vivência religiosa atinge um impacte maior quando a pessoa vive uma experiência profunda de mobilidade humana.

Trata-se de uma questão de relação e de globalidade, que pretende mostrar-nos as várias faces do poliedro da emigração.

Quando se deseja saber o que espera da Igreja o regressado, muitos nada dizem, outros sentem-se plenamente integrados e sem quaisquer expectativas em relação à Igreja; alguns, porém, apelam para uma melhor assistência e para um certo contributo na orientação pessoal.

Verificamos, por exemplo, que as pessoas de idade superior a 60 anos nada esperam da Igreja no plano económico.

Outro tanto não se passa no plano social. Aqui a expectativa face à Igreja é já bastante grande. Esperam-se, por ordem decrescente de preferência: melhores relações humanas e mais organização, criação de estabelecimentos de assistência social, apoio nas dificuldades, melhor ajuda para a inserção na comunidade e, ainda, criação de centros recreativos e cursos de orientação e formação profissional.

No plano cultural surgem as seguintes expectativas, por ordem de prioridade: cursos que visem a promoção da comunidade, formação e apoio de adolescentes,

Quadro 50 - Expectativas para com a Igreja

Expectativas		Concelhos								
		Pamp.S.	Alvaláz.	Ansião	Pombal	Soure	Cantanh.	Mira	Mortág.	TOTAL
1. Campo Religioso										
N.R.		3	7	30	100	12	80	33	20	285
Nenhuma		7		3	1		3		1	15
Formação de animadores da pastoral					10		9	1	2	22
Catequização					9		7		1	17
Prática mais frequente e viva				1	5		18	11	10	45
Cursos de casais					1				1	2
Caridade evangélica					6		17		2	25
Total		10	7	34	132	12	134	45	37	411
2. Campo Social										
N.R.		1	6	27	88	8	45	19	24	218
Não especificado		1		2	7		27	9	5	51
Nenhuma		7		3	3		7		1	21
Criação de estabelecimentos de assistência social (creches)										
Orientação e formação profissional		1		1	10		18	1	2	33
Apoio nas dificuldades			1		5	1	2			8
Melhores relações humanas e mais organização					4	1	14	2	1	23
Apoio na integração na comunidade				1	9	2	18	6	2	38
Criação de centros recreativos					3		2	5	1	11
Total		10	7	34	132	12	134	45	37	411

jovens e idosos, incremento de actividades folclóricas e recreativas e organização de associações culturais. Só um regressado proveniente do Canadá afirma que a Igreja deveria promover grupos para apoio específico aos emigrantes.

Os concelhos de Mira, Cantanhede e Pombal são os que mais expectativas alimentam em relação à Igreja no campo cultural.

No plano religioso as expectativas em relação à Igreja distribuem-se da maneira seguinte: 233 não respondem e 15 nada esperam; 45, porém, desejam que a Igreja possibilite uma prática mais viva e mais frequente; 25 pensam que se deve promover a caridade evangélica nas comunidades; 22 preocupam-se com a formação de animadores de pastoral e 17 com a catequese; 2 desejariam que houvesse mais cursos enquanto os restantes nada especificam.

Os concelhos que revelam mais interesse neste sector são Cantanhede, Pombal e Mortágua.

As expectativas relativas ao papel da Igreja distribuem-se em percentagens iguais pelos dois sexos.

Os emigrantes regressados com mais de 70 anos nada esperam de novo da Igreja no campo religioso, enquanto que as grandes expectativas se situam entre os 35 e os 65 anos.

Em referência aos países de emigração, tanto no campo cultural como no religioso, são os emigrantes provenientes de França, Venezuela e Canadá que mais expectativas alimentam.

20.7 – A Pastoral do Grande Regresso

O fenómeno migratório português aparece no contexto da Pastoral do Grande Regresso, como uma das exigências maiores que o nosso tempo tem colocado à Igreja de Portugal.

A mobilidade humana continua, desenvolve-se e diversifica-se na nossa sociedade. São muitos os que regressam. São mais os que continuam a partir, ao abrigo de leis que facilitam o reagrupamento familiar ou pelos caminhos da clandestinidade e do trabalho temporário.

A Igreja não pode esquecer, portanto, que os homens fazem parte de grupos sociais em profunda mudança cultural, geográfica, social e religiosa. Ao pensar nos que partem ela não deve esquecer os que regressam. Ao preocupar-se com os que permanecem ela deve sentir-se interpelada pelos que mudam. Hoje não há comunidades hermeticamente fechadas, de costas voltadas para a vida e para a comunhão.

Por outro lado, a Igreja não pode actuar, no espaço pastoral da emigração, como nos anos 60, porque as pessoas e as instituições mudaram, cresceram e evoluíram.

Durante estes últimos anos, dezenas de sacerdotes aprenderam os caminhos do êxodo, procurando ser junto dos emigrantes a presença e o testemunho de uma Igreja que se sente responsável por aqueles que vivem longe.

Nem sempre foi fácil a adaptação destes sacerdotes e religiosas ao seu novo campo de acção. Este ministério pastoral implica uma vocação própria e uma motivação específica em ordem a uma diferente maneira de servir a Igreja. Nem sempre, também, tem sido justa e equilibrada a distribuição daqueles em relação ao número e às necessidades da população emigrante.

Sente-se, hoje, um pouco por toda a parte o cansaço de tantos que na longa permanência em terras estrangeiras exerceram o ministério sacerdotal. Muitos deles gostariam de regressar mas não têm quem os substitua.

Muitos sacerdotes estrangeiros, sobretudo em França, aprenderam a nossa língua, procuraram compreender a nossa cultura, tradições e costumes e percorreram aldeias e cidades de Portugal para encontrar o povo português no seu modo de viver quotidiano e na sua prática. Grupos numerosos de leigos descobriram, no tempo da emigração, a sua vocação e assumiram conscientemente a sua missão na Igreja, trabalhando com empenho nas comunidades portuguesas e nas comunidades estrangeiras em que estão integrados.

Dada a adequação da Pastoral do Grande Exodo (D. Eurico Dias Nogueira, 1984) à realidade dos anos 60/70 seria oportuno, na sua continuidade e em seu complemento, uma Pastoral do Grande Regresso, elaborada com os regressados e não para eles.

Na Pastoral do Grande Regresso devem privilegiar-se os dinamismos cristãos de interpelação, de acolhimento, de reinserção e de vivência comunitária.

21 - REFLEXOES FINAIS

Da Catolicidade da Igreja à Fraternidade Universal dos Homens

Actualmente o intercâmbio cultural entre os povos é maior e encontra-se facilitado pelas novas tecnologias, pelos meios de comunicação mais aperfeiçoados, pelas viagens mais rápidas.

Na verdade, não permanecendo isoladas as sociedades, a Igreja não pode dirigir-se em exclusividade a nenhuma delas. A sua vocação universal exclui também acções só dirigidas a determinados grupos étnicos, a certas situações concretas de vida, de trabalho ou de residência, nem mesmo pode cingir-se a determinados estatutos sociais, culturais e políticos. A Igreja comunga desta universalidade e constrói-se

numa comunhão fraterna. Assim, impõe-se um intercâmbio maior entre as igrejas locais, provocado e favorecido pela emigração, veículo de comunhão eclesial. Não podem, por isso, os sacerdotes ficar enclausurados nos limites geográficos das suas paróquias ou dioceses.

Mas, para que a fraternidade universal de todos os homens seja possível não basta a acção eficaz da Igreja. E necessário, também, o esforço concertado dos homens do poder, que devem defender os emigrantes contra a xenofobia, o racismo, a manipulação, a marginalização e a violência.

E para que esta fraternidade seja salvaguardada e promovida é preciso que o regresso nunca seja efeito de uma decisão forçada ou de um movimento compulsivo, mas fruto de uma opção livre, consciente e preparada.

Ao regressar, o emigrante não pode romper com os laços de amizade e de família tecidos ao longo do tempo de imigração; as experiências de comunhão, de participação, de convívio e de festa com outros povos constituem uma riqueza que não deve enjeitar.

Regressar significa trazer consigo, em recordações de vida, de trabalho e de luta, aqueles que lá ficaram e exige que se mantenha viva a lembrança das horas felizes, dando espaço e tempo para a saudade.

Pela experiência humana e cristã que conseguiram; pela descoberta de novos modos de dizer, de professar e de viver a fé; pelo trabalho transformado em benefício colectivo; pelo intercâmbio possibilitado e promovido entre famílias - não pode deixar de reconhecer-se aos migrantes o importante papel que têm desempenhado na renovação da Igreja.

A Interpelação pela Denúncia e pela Serenidade da Esperança

Esta interpelação dirige-se primeiro aos tímidos, que veem no regresso dos emigrantes perigos, problemas e dificuldades. Habitaram-se a uma pastoral de segurança, de estabilidade e de ghetorização das suas comunidades fechadas sobre si mesmas.

Outros são os alarmistas que anunciam um regresso massivo e assustador dos emigrantes. Estes vivem ainda sob o espectro de se repetir um passado recente, o do regresso compulsivo dos "retornados". Toda a pastoral implica serenidade purificada no cadinho da esperança cristã.

Muitos são, também, os cristãos indiferentes e impertubáveis que viram, sem sobressaltos, partir os vizinhos e conterrâneos e pensam que eles hão-de regressar, um dia, como há muitos anos partiram.

Mas esta acção pastoral destinar-se-ia, sobretudo, aos sacerdotes e leigos que nas suas inquietudes apostólicas souberam viver o antes da emigração,

acompanharam a trajectória do longo tempo da ausência e querem preparar o regresso. Importa que se crie progressivamente, nas pessoas e nas instituições uma sensibilidade nova a esta Pastoral do Regresso. Também aqui podemos dizer "bem-aventurados os que evangelizam" (Rom 10,15). Evangelizar impõe, também, que se denunciem uma certa fobia e má-vontade contra os emigrantes mesmo no seio das comunidades portuguesas.

Valor e Prioridade do Acolhimento e da Fraternidade

E necessário, em Igreja, saber esperar os que andam longe, sentir a sua falta e sofrer pela sua ausência. Este é o grande espírito cristão aberto às dimensões do mundo que sempre fez da Igreja uma escola de oração pelos que vivem dispersos e um espaço de preocupação e de solidariedade pelos que estão distantes.

Hoje é necessário preparar os caminhos do regresso, endireitando veredas e amenizando as asperezas do reencontro. Urge, por isso, saber ouvir a voz lenta da nossa memória colectiva como se de uma nova epopeia histórica se tratasse. Cada época tem o seu sabor épico e cada homem que saiu e regressou tem um jeito próprio de narrar os tempos de ausência.

Importa saber acolher à maneira de quem espera, fazendo sentir a emoção da surpresa e a alegria do regresso ansiado.

Acolher bem, implica na certeza de uma dávida mútua e de um enriquecimento recíproco. Só assim se constrói fraternidade.

Pela experiência de fraternidade passa obrigatoriamente a experiência da festa, na alegria do reencontro e no desfazer da longa separação que foi um misto de expectativa e de sofrimento.

O regresso dos emigrantes, mesmo que não seja definitivo, favorece sempre a festa e esta faz parte integrante de uma verdadeira comunidade cristã e torna mais sólido o viver da fraternidade. Habitualmente as famílias e as comunidades robustecem a sua coesão quando repartem as tristezas e celebram, em comum, as alegrias. O sentido da festa é essencial no caminho de um Povo que acredita no futuro.

A Importância de Reinserção e da Comunhão

A palavra reinserção está marcada por uma carga afectiva, de índole psico-social, que faz dela um termo incómodo, mais ajustado a casos que envolvem uma certa marginalização social.

Com esta advertência semântica e porque de uma nova inserção se trata utilizo também aqui o termo "reinserção".

O emigrante-regressado não é toda a comunidade, mas se não houver uma perfeita integração daquele a comunidade fica mais pobre e débil.

Muitos emigrantes foram provados na sua vida e na sua fé; outros fizeram experiências maravilhosas de fé e de militância apostólica desde a animação pastoral e social à participação em movimentos operários da J.O.C. e A.C.O. com dinamismo, ritmo e métodos muito diferentes dos nossos; alguns, porém, viveram a emigração como um longo interregno na prática religiosa, apenas anualmente interrompido em tempo de férias.

Para a grande maioria a hora do Concílio e o impulso renovador que ele nos trouxe foram vividos longe de Portugal e ninguém estranhe que, por isso mesmo, alguns não reconheçam nem identifiquem as suas comunidades de origem. O processo de reinserção passa pelo conhecimento e vivência do Concílio Vaticano II.

E nesta amálgama que interessa descobrir o caminho exacto, sabendo que uma comunidade não é só uma soma de pessoas diferentes ou um conjunto de experiências diversas. Ela deve ser um corpo onde há vida e comunhão e um povo trabalhado pelo Espírito que anima, conhece e vivifica a história dos homens.

Comunidades Renovadas no Caminho da Conversão

Os regressados viveram como emigrantes experiências de fé que as suas comunidades de origem ignoram e estas percorreram caminhos que eles desconhecem.

Muitas vezes essas experiências foram caldeadas com conflitos, choques, medos e revoltas que os levaram a culpabilizar Portugal por aquilo que não soubera dar-lhes ou a rejeitar os países de imigração pelos processos de vida e de fé aí utilizados.

A fase de rejeição é um risco constante em todas as intervenções de transplante, sejam elas de carácter cirúrgico ou social. E a emigração e o regresso são verdadeiros transplantes sócio-culturais e religiosos.

Aprender, em comunidade, uns com os outros é uma forma inteligente de progredir, de aperfeiçoar e de favorecer uma renovação exigente, séria e continua sem traumatismos nem roturas.

Não é rejeitando, marginalizando ou repelindo, que reunimos e construímos Igreja. Esta preocupação não impede, porém, que se denunciem os anti-valores que, algumas vezes, os emigrantes nos trazem mas implica, sobretudo, uma profunda mudança de mentalidade e uma grande abertura à acção do Espírito que nos fala através dos sinais dos tempos. A emigração é, segundo creio, para a Igreja de Portugal

um dos maiores sinais dos novos tempos. Tudo isto exige uma permanente conversão, a nível das mentalidades e dos comportamentos, por parte das pessoas e das estruturas. Também, aqui, "a conversão é longa e difícil" (D. João Alves, 1981).

Em Portugal, hoje, toda a pastoral deve dar prioridade à educação da fé e à evangelização, porque não há comunidade renovada sem alicerces nos valores do Evangelho. Este aspecto deve estar presente sobretudo na acção a realizar com os jovens, filhos dos regressados. O regresso para eles é a primeira imigração. Urge não deixar perder as suas raízes culturais e religiosas que os ligam tão fortemente aos países que deixaram. Importa que eles continuem a amar o país em que cresceram e a cultura em que foram educados.

Quantas vezes eles se revoltam porque não compreendem a decisão que os pais tomaram e ainda não adoptaram como morada permanente a terra-mãe de seus avós.

Os filhos foram para muitas famílias os motivos da emigração e hoje são, frequentemente, as suas principais vítimas, mercê de um desenraizamento doloroso e de uma difícil adaptação à família e à realidade portuguesa.

A estes jovens, protagonistas de uma experiência única, devemos lançar o apelo da vocação para que trabalhem um dia a favor dos seus irmãos gémeos da emigração. Os emigrantes devem ser os melhores evangelizadores dos outros emigrantes.

POSFÁCIO

POSFACIO

O Secretariado Diocesano das Migrações e a Caritas Diocesana de Coimbra, desde sempre têm reconhecido a importância do fenómeno migratório e acima de tudo do emigrante como pessoa.

Nesse sentido e numa linha de aprofundar o conhecimento e a evolução do fenómeno migratório a partir dos anos 60, nomeadamente os problemas advindos do regresso ao país, o Secretariado Diocesano das Migrações e a Caritas Diocesana de Coimbra, tiveram a iniciativa de realizar um Colóquio sobre as "Perspectivas Actuais do Fenómeno Migratório e o Regresso na Diocese de Coimbra".

Para a realização deste Colóquio era sobretudo importante conhecer objectivamente os problemas levantados pela reinserção do emigrante ao nível regional e local, nomeadamente na sua comunidade de origem, focando os aspectos económico, cultural, social e religioso.

Foi então pedida colaboração à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, à Obra Católica Portuguesa das Migrações, à Comissão de Coordenação da Região Centro e, ainda, a especialistas na matéria, em ordem à elaboração de um estudo a realizar posteriormente, com a colaboração daquele conjunto de entidades.

Após sucessivas reuniões e elaborado que foi o projecto de trabalho, o Secretariado Diocesano e a Caritas responsabilizaram-se pelo seu lançamento na Diocese de Coimbra, envolvendo nesta acção centenas de pessoas.

Os dados recolhidos permitiram apresentar já no referido Colóquio alguns resultados preliminares.

O interesse que suscitaram, em particular por parte da Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, levou a que aqueles resultados fossem submetidos

a um tratamento mais aprofundado, a fim de poderem vir a ser editados em volume independente. Foi nesse sentido que a Comissão de Coordenação da Região Centro assumiu a coordenação do seu tratamento, bem como a presente edição.

Poderá considerar-se este estudo como um trabalho pioneiro pelo seu carácter interdisciplinar e interinstitucional, para a realização do qual se orientaram perspectivas e interesses vários o que contribuiu, indubitavelmente, para um conhecimento mais aperfeiçoado e actual do fenómeno migratório.

Entre o início do processo de pesquisa, que envolveu um demorado trabalho de campo para recolha de dados, o seu tratamento e a presente publicação existe um considerável lapso de tempo. Cremos, no entanto, que este facto não diminuirá o interesse deste trabalho sobre uma problemática que continua a ter actualidade nacional e internacional e face à qual é necessário desenvolver um acompanhamento continuado para que possa desenvolver-se uma acção eficaz.

O conhecimento dos condicionalismos que envolvem a vida do emigrante, bem como os resultantes de um regresso que se produz por vezes de uma forma não muito preparada, nem inteiramente consciente, oferece a todos nós - Igreja, Estado e cidadãos em colaboração, - oportunidades de lhes ser proporcionado viver uma experiência nova de integração harmónica, humana e cristã.

Padre António Sousa

Secretário Diocesano das Migrações/Coimbra

BIBLIOGRAFIA

As obras indicadas na Bibliografia destinam-se a apoiar as matérias referentes a cada um dos capítulos, de forma a facilitar a sua consulta por temas especializados.

Procurou-se, no entanto, não repetir a enumeração de títulos anteriormente referidos.

I - ESTUDO LOCALIZAÇÃO E METODO

1. Introdução:

ALARCAO, Alberto

- 1969 * Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes), Migrações Internas, 1921-1960, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro de Estudos de Economia Agrária.

ALMEIDA, Carlos Castro; BARRETO, António

- 1976 * Capitalismo e Emigração em Portugal, 3ª edição, Lisboa, Prelo.

ALMEIDA, João Ferreira

- 1986 * Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais numa Região do Noroeste, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

GODINHO, Vitorino Magalhães

- 1978 * L'émigration portugaise (XV-XX siècles) une constante structurale et les réponses aux changements du monde, "Revista de História Económica e Social", Lisboa, (1) Jan-Jun, p. 5-32.

NOIN, Daniel

- 1979 * Géographie de la population, Paris, Masson.

OGDEN, Philip E.

- 1981 * Migration, in the Dictionary of Human Geography, Oxford, Blackwell, p. 217-218.

PEREIRA, Miriam Halpern

- 1981 * A Política Portuguesa de Emigração 1850-1930, Lisboa, A Regra do Jogo.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz

- 1976 * Comunidades Migrantes em Situação Dipolar, "Análise Social", Lisboa, V. XII (48), p. 983-997.

- 1985 * Migrações Internas in "Dicionário Ilustrado da História de Portugal", Lisboa, Edições Alfa, p. 470-472.

SERRAO, Joel

1972 * A Emigração Portuguesa. Lisboa, Livros Horizonte.

SILVA, Manuela et al.

1984 * Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

STHAL, Heinz Michael

1979 * Portuguese Migration and Regional Development, in "II Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/German Marshal Found of the United States.

2. A Diocese de Coimbra no Contexto Económico e Social

BOURA, Isabel; JACINTO, Rui

1986 * O Acesso da Região Centro ao FEDER, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.

CAVACO, Carminda

1985 * Agricultura a Tempo Parcial, Contributo para o seu Estudo na Região de Lisboa, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian/ /Centro de Estudos de Economia Agrária.

1986 * Campagnes qui se Vident et Campagnes qui s'Urbanisent au Portugal, "Espace, Populations, Sociétés", Lille, (3), p. 75-84.

COELHO, Maria Helena da Cruz

1983 * O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média. Estudo de História Rural, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra.

COMISSAO DE COORDENAÇÃO DA REGIAO CENTRO

1986 * Programa de Desenvolvimento da Região Centro, V. II-III, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.

CRAVIDAO, F. Delgado

1985 * Os Baldios nas Freguesias de Febres, Mira e Quiaios, "Cadernos de Geografia", Coimbra, (4), p. 23-25.

GASPAR, Jorge

- 1970 * As Feiras de Gado na Beira Litoral, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

GIRAO, A. Amorim

- 1933 * Esboço de uma Carta Regional de Portugal, 2ª. edição, Coimbra, Imp. da Universidade.

MARTINS, A. Fernandes

- 1940 * O Esforço do Homem na Bacia do Mondego, Coimbra, Edição do Autor.

MENDES, J. M. Amado

- 1984 * A Area Económica de Coimbra. Estrutura e Desenvolvimento Industrial, 1867-1927, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.

OLIVEIRA, António de

- 1971 * A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra.

PINHO, Ivo; ROCHA, Alves

- 1984 * Potencialidades e Perfis Industriais da Região Centro, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.

PORTO, Manuel

- 1980 * Desiquilíbrios Regionais e Emigração, Coimbra, Fundação Oliveira Martins.

REBELO, Fernando

- 1984 * Introdução Geográfica, in "Arte e Paisagem na Região de Turismo do Centro", Coimbra, Epartur.

REIS, Aida et al.

- 1984 * Factores de Localização Industrial na Região Centro. A Perspectiva dos Empresários, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.

RIBEIRO, Orlando

- 1983 * Introdução Geográfica à História de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

3. Notas Metodológicas

AMARO, Rogério Roque

- 1984 * Reintegração em Portugal do Ex-emigrante e Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional, in "Retorno Emigração e Desenvolvimento Regional", Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, p. 111-234.

BERTHIER, Nicole et François

- 1971 * Le Sondage d'Opinion, Paris/Montréal, Bordas.

BOURA, Isabel, JACINTO, Rui

- 1984 * Evolução Demográfica, Emigração e Retorno na Região Centro: Transformações Recentes, in "Boletim de Desenvolvimento Regional", (18), p. 33-48.

BOURA, Isabel et al.

- 1984 * The Economic Impact of Returned Emigrants: Evidence from Leiria, Mangualde and Sabugal, in "Emigração e Retorno na Região Centro", Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, p. 63-116.

BURGESS, Robert G.

- 1984 * In the Field. An Introduction to Field Research, London/Boston/Sidney, George Allen Unwin.

FESTINGER, Leon; KATZ, Daniel

- 1984 * Les Méthodes de Recherche dans les Sciences Sociales, Tomo I. Tomo II, Paris, Presses Universitaires de France.

GRAWITZ, Madeleine

- 1972 * Méthodes des Sciences Sociales, Paris, Daloz.

JAVEAU, Claude

- 1971 * L'Enquête par Questionnaire, Manuel à l'Usage du Praticien, Bruxelles, Editions de l'Institut de Sociologie, Université de Bruxelles.

MANN, Peter H.

- 1979 * Métodos de Investigação Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

OPPENHEIM, A.N.

- 1972 *. Questionary Design and Attitude Measurement, London, Heinemann Educational Books, Ltd.

PELTO, Pertti J.

- 1970 * Anthropological Research: The Structure of Inquiry, New York/Evanston/London, Harp and Row Publishers.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz

- 1983 * O Regresso Imaginado, "Nação e Defesa". Lisboa, (28) Out-Dez, p. 85-97.

SCHORDET, Louis

- 1971 * La Technique de l'Entretien, Paris, Chotard et Associés Editeurs.

YIN, Robert K.

- 1986 * Case Study Research, Beverley Hills/London/New Delhi, Sage Publications.

II - O FENOMENO MIGRATORIO NA DIOCESE DE COIMBRA

4. Evolução Demográfica

5. Enquadramento Geral do Fenómeno Migratório

ALARCAO, Alberto de

- 1964 * Exodo Rural e Atracção Urbana no Continente, "Análise Social", Lisboa, V. II (7-8), p. 511-573.

AMARO, Rogério Roque

- 1985 * Reestruturas Demográficas, Económicas e Socioculturais em Curso na Sociedade Portuguesa: O Caso dos Emigrantes Regressados, "Análise Social", Lisboa, V. XXI (87-88-89), p. 605-678.

CONIM, Custódio

- 1986 * The Return of Portuguese Emigrants to Portugal 1960-1981,
in "Closing the Migratory Cycle: the Case of Portugal"
Saarbrücken, Fort Laudardale, Breitenbach, p. 139-182.

COSTA, António Firmino

- 1985 * Espaços Urbanos e Espaços Rurais: Um Xadrez em Dois
Tabuleiros, "Análise Social", Lisboa, V. XXI (87, 88, 89) p. 735-
757

GASPAR, Jorge

- 1986 * Portugal: População e Povoamento - Evolução Recente,
Tendências e Perspectivas, "Povos e Culturas" (1), Centro de
Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

- 1981 * Recenseamento Geral da População, Lisboa, Instituto Nacional
de Estatística.

MONTEIRO, Paulo

- 1985 * Terra que já Foi Terra, Lisboa, Salamandra.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz

- 1986 * Do Rural ao Urbano: O Associativismo como Estratégia de
Sobrevivência, "Análise Social", Lisboa, V. XXII, (91), p. 313-
330.

6. O Fenómeno Migratório no Universo da Amostra

ANIDO, Nayade; FREIRE, Ruben

- 1978 * L'Emigration Portugaise. Présent et Avenir. Paris, Presses
Universitaires de France.

ANTUNES, Manuel Luís Marinho

- 1970 * Vinte Anos de Emigração Portuguesa. Alguns Dados e Comentários,
"Análise Social", Lisboa, V. VIII, (30-31), p. 299-385.

GUERREIRO, José

- 1981 * Análise Tendencial da Emigração Portuguesa nos Últimos Anos.
"Cadernos da Revista de História Económica e Social", Lisboa,
(1-2), p. 31-69.

KORTE, Heikö

- 1985 * Problem of the Migrant Worker's Return to their Home Countries,
in "Portugal e a Europa. O Fim de um Ciclo Migratório", Lisboa,
Instituto de Estudos para o Desenvolvimento/Centro de Estudos
da Dependência, p. 213-221.

POINARD, Michel

- s.d. * Les Retours des Travailleurs Migrants Portugais. Toulouse,
ADERGES et FAS/Ministère du Travail et de la Participation,
153 p. (policopiado).

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz

- 1981 * Emigração Portuguesa: As Políticas do "Trajecto de Ida" e de
"Ciclo Fechado", "Cadernos da Revista de História Económica
e Social", Lisboa, (1-2), p. 71-90.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; ARROTEIA, Jorge

- 1986 * A Emigração, "Cadernos do Centro de Estudos Judiciários", Lisboa,
(1), 69 p.

III - ITINERARIO MIGRATORIO E MOBILIDADE SOCIOECONOMICA

ANTUNES, Manuel Luís Marinho

- 1981 * Migrações, Mobilidade Social e Identidade Cultural: Factos
e Hipóteses sobre o Caso Português, "Análise Social", Lisboa,
V. XVII, (65), p. 17-27.

BARATA, J.P. Martins

- 1981 * Fluxos Financeiros Regionais. Obstáculos Estruturais às Acções
de Desenvolvimento Regional, "Cadernos IED", Lisboa, (4).

BARBOSA, Manuel P.

- 1982 * Emigração com Remessas: um Problema de Dupla Transferência, "Economia", Lisboa, V. VI, (2), p.175-192.

FERRAO, João

- 1985 * Recomposição Social e Estruturas Regionais de Classe, "Análise Social", Lisboa, V. XXI, (87-88-89), p. 565-604.

FERREIRA, Eduardo de Sousa

- 1984 * Reintegração dos Emigrantes Portugueses. Integração na CEE e Desenvolvimento Económico, Lisboa, CEDEP.

GASPAR, Jorge

- 1982 * Regionalização: uma Perspectiva Sócio-geográfica, Lisboa, Sociedade de Geografia.

MURTEIRA, Mário L.S.

- 1966 * Emigração e Política de Emprego em Portugal. "Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-obra", Lisboa, (12).

OCDE

- 1969 * Migration, Croissance et Developpement, Paris, OCDE.

POINARD, Michel

- 1983 * Emigrantes Retornados de França: a Reinserção na Sociedade Portuguesa, "Análise Social", Lisboa, V. XIX, (76), p. 261-296.
- 1983 * Emigrantes Portugueses: o Regresso. "Análise Social", Lisboa, V. XIX, (75), p.29-56.

PORTO, Manuel

- 1977 * Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal, "Boletim de Desenvolvimento Regional". Coimbra, (5), p. 89-124.
- 1979 * Migration Remittances and the Development of Peripheral Regions. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.

WHITE, P; WOODS, R. (ed.)

1980 * The Geographical Impact of Migration, London, Longman.

IV O REGRESSO: CONSEQUENCIAS NO PLANO FAMILIAR E NO ESPAÇO COMUNITARIO

AGUIAR, Manuela

1986 * Política de Emigração e Comunidades Portuguesas, Lisboa, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

ARROTEIA, Jorge Carvalho

1986 * A Emigração Portuguesa no Grão-Ducado do Luxemburgo, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

CASSOLA RIBEIRO, Francisco

1986 * Emigração Portuguesa. Aspectos Relevantes Relativos às Políticas Adoptadas no Domínio da Emigração Portuguesa, desde a Última Guerra Mundial. Contribuição para o seu Estudo, Lisboa, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

ESPIRITO SANTO, Moisés

1980 * Comunidade Rural ao Norte do Tejo, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

LEANDRO, José Marques

1984 * Retorno de Desalojados e Retorno de Emigrantes, in "Emigração e Retorno na Região Centro", Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, p. 353-362.

LEWIS, J.R.; WILLIAMS, A.M.

1985 * Emigrantes e Retornados: A Comparative Analysis of the Economic Impact of Return Migration in the Região Centro, in "Conflitos e Mudanças em Portugal 1974-1984", Lisboa, Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Economia Portuguesa, p. 227-250.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz

- 1982 * Sensibilização Comunitária numa Optica de Interculturalismo em Meio de Forte Emigração. in "Nação e Defesa", Lisboa, Separata, (26), Instituto de Defesa Nacional, p. 73-90.

V - NOVAS IMPLICAÇÕES PASTORAIS DAS MIGRAÇÕES

CALMEIRO MATIAS, J.

- 1985 * Renovação Paroquial e Missão da Igreja, Porto, Editorial Perpétuo Socorro.

CARDOSO SAÚDE, J.

- 1977 * Igreja Viva (Coimbra e suas Zonas), Coimbra, Edições Gráficas de Coimbra.

CONFERENCIA EPISCOPAL PORTUGUESA

- 1987 * Conferência Episcopal Portuguesa. Cadernos de Pastoral, Lisboa, Conferência Episcopal Portuguesa.

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

- 1983 * Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A Pastoral das Migrações, S. Paulo, Ed. Paulinas.

FERRETO, Cardeal

- 1962 * A Igreja e as Migrações, Lisboa, Obra Católica Portuguesa de Migrações.

NOGUEIRA, D. Eurico Dias

- 1986 * Desenvolvimento Regional e Fé Cristã, Braga, edição do Autor.

OBRA CATOLICA PORTUGUESA DE MIGRAÇÕES

- 1986 * Os Emigrantes ao Serviço da Fraternidade e da Paz, Lisboa, Obra Católica Portuguesa de Migrações.

PEIXOTO, Manuel

1982 * Emigrar, Porto, Edições Perpétuo Socorro.

PEREIRA PINTO, José

1971 * Emigrado (Poema de Amor à Terra), Porto, Edição do Autor.

SOUSA FRANCO, António

1974 * A Emigração para a Europa, Lisboa, Obra Católica Portuguesa de Migrações.

Revistas

Cá e Lá. Boletim Informativo da Obra Católica Portuguesa de Migrações, Lisboa, (121, 124, 125), 1985 e 1986.

Cahiers de l'Actualité Religieuse et Sociale. L'Immigration, Chance ou Menace, Paris, (319), 1985.

Communio. Revue Catholique Internationale-Les Immigrés, Paris, (2), Tome XI, Mars-Avril 1986.

Evangelho e Vida. Revue Trimestrielle pour la Pastorale des Portugais, Paris, (4), 1986; (3, 4), 1987.

Migrations et Pastorale. Service National de la Pastorale des Migrants, Paris, (171), Novembre 1984.

ANEXOS

VII

1. Como tem aplicado, em Portugal, o rendimento do seu trabalho como emigrante.

- | | SIM | NÃO | |
|--|--------------------------|---------------------------|--------------------------|
| 1.1. Refez a casa antiga | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | |
| 1.2. Comprou casa | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | |
| 1.3. Construiu casa | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | |
| 1.4. Adquiriu mobiliário e electrodomésticos para sua casa | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | |
| | SIM | SIM | NÃO |
| | (na s/ zona de resid.) | (fora da s/ zona de res.) | |
| 1.5. Comprou terras | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 1.6. Fez depósitos a prazo | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 1.7. Montou um negócio | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Se sim, diga qual _____

1.8. Outras aplicações do seu rendimento _____

2. E no estrangeiro _____

VIII

1. Para além da sua actividade profissional, em que ocupa o seu tempo

Quais

- | | | |
|--------------------------------|--------------------------|-------|
| 1.1. Actividades da comunidade | <input type="checkbox"/> | _____ |
| 1.2. Movimentos da Igreja | <input type="checkbox"/> | _____ |
| 1.3. Vida da Família | <input type="checkbox"/> | _____ |
| 1.4. Outros | <input type="checkbox"/> | _____ |

IX

1. Quando aqui chegou, o que mais o impressionou (negativa e favoravelmente) no campo:

- | | |
|----------------|-------|
| 1.1. Económico | _____ |
| 1.2. Social | _____ |
| 1.3. Cultural | _____ |
| 1.4. Religioso | _____ |

x

1. Quanto à sua experiência de vida em Portugal, de que sente agora mais falta aqui, a nível:
- 1.1. Económico _____
 - 1.2. Social _____
 - 1.3. Cultural _____
 - 1.4. Religioso _____

XI

1. A que país se sente mais ligado
- A Portugal
- A este país
- Porquê _____
-
2. Com que frequência, costuma ir a Portugal
- 2.1. Todos os anos
 - 2.2. De dois em dois anos
 - 2.3. Mais do que uma vez por ano
 - 2.4. Outros _____
3. Quais os motivos de ida a Portugal _____
-
4. Para onde _____

XII

	NATURALIDADE	Idade	SEXO		ESTADO CIVIL					HABILITAÇÕES	RESID. ACTUAL		
			M.	F.	Sol.	Casado		Divor.	Viúvo		PORT. (Conc.)	ESTR. (País)	
						Civ.	Rel.						
Entrevistado													
Cônjuge													
Filhos													

1. Relativamente aos seus filhos indique:

RESIDENCIA ACTUAL		QUE ESTUDOS REALIZARAM		NO ESTRANGEIRO			PARTICIPAM(RAM) EM MOVIMENTOS OU GRUPOS		
PORTUGAL (Conc.)	ESTRANG. (País)	Em Portugal	No Estrang.	Frequentam (ram) cursos de língua e cultura port.		Frequentam(ram) a Catequese		SIM: Qual (Quais)	NÃO
				SIM: quem os organizava	NÃO	SIM Na Comunid. Portuguesa	NÃO Na Comunid. Estrangeira		
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									

2. Tem os seus filhos consigo SIM Desde sempre
 Se NÃO, com quem ficaram? (em que condições) NÃO Só há algum tempo

Se NÃO, com quem ficaram? (em que condições) _____

XIV

Da sua experiência religiosa, diga-nos se já foi alguma vez:

	ESTRANGEIRO	PORTUGAL
1. Membro do Grupo Coral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Militante da Acção Católica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Catequista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Mordomo de Festas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Comissão da Fábrica da Igreja	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Membro de outras actividades (quais) _____		

XV

Prefere habitualmente participar na celebração religiosa:

1. da comunidade portuguesa
 2. da comunidade estrangeira
- Porquê _____
-

XVI

1. Tenciona regressar a Portugal
 - Sim
 - Não Porquê (motivos) _____
2. Se Sim
 - 2.1. Quando pensa regressar definitivamente _____
 - 2.2. Em que ano prevê regressar definitivamente _____
 - 2.3. Onde gostava de se fixar? Localidade _____
 Concelho _____ Porquê _____
3. Se regressar a Portugal ainda pensa trabalhar
 - Se Sim - em que sector
 - Agricultura, Pecuária
 - Indústria
 - Construção Civil
 - Comércio
 - Outros Quais _____
 - Não

4. Neste momento quais os motivos que impedem o seu regresso _____

5. Que medidas gostava que fossem tomadas para o ajudar no regresso

5.1. Por parte das entidades portuguesas _____

5.2. Por parte do país de emigração _____

5.3. Pela Igreja _____

Data, ___/___/___

Entrevistador

Súmula estatística

Qd. 1 - A Diocese: superfície, número das freguesias e densidade da população

	AREA (Km2)	Nº FREG.	DENS. POP. (81)
Arganil	328	18	47
Cantanhede	397	14	97
Coimbra	315	31	441
Condeixa-a-Nova	135	10	98
Fig. da Foz	354	13	165
Góis	262	5	24
Lousã	129	5	100
Mira	123	1	108
Mir. do Corvo	127	5	96
Montemor-o-Velho	236	13	115
Oliv. do Hospital	234	20	100
Pamp. da Serra	395	10	18
Penacova	220	11	78
Penela	131	6	61
Soure	262	12	86
Tábua	209	15	64
V. N. Poiares	92	4	72
DIST. COIMBRA	3949	193	110
Alvaiázere	159	7	66
Ansião	169	8	91
Cast. de Pera	67	2	76
Fig. dos Vinhos	184	4	47
Pedrógão Grande	128	3	45
Pombal	640	14	83
Mealhada	118	8	163
Mortágua	248	10	45
Ferr. do Zêzere	184	9	60
LITORAL	2580	116	149
INTERIOR	3266	142	59
DIOCESE	5846	258	99
CONTINENTE	88727	3848	108

Qd. 2 - Repartição do PIB por sectores (1970)

	PIB (%)			
	AGRICULTURA	INDUSTRIA	SERVICOS	PER CAPITA 1970*
Arganil	49.2	25.2	25.6	7.9
Cantanhede	62.5	8.7	28.8	9.5
Coimbra	5.7	36.3	58.0	18.6
Condeixa-a-Nova	52.8	13.8	33.4	6.6
Fig. da Foz	6.5	85.2	8.3	63.3
Góis	40.2	50.4	9.4	16.0
Lousã	19.0	60.8	20.2	13.8
Mira	66.3	7.8	25.9	9.5
Mir. do Corvo	53.4	22.2	24.4	5.5
Montemor-o-Velho	72.5	8.3	19.2	9.0
Oliv. do Hospital	40.0	40.9	19.1	10.1
Pamp. da Serra	80.2	5.4	14.4	8.8
Penacova	60.3	18.8	20.9	6.0
Penela	72.5	7.8	19.7	6.9
Soure	52.2	27.6	20.2	9.0
Tábua	64.8	16.5	18.7	9.2
V. N. Poiares	45.2	15.2	39.6	7.9
DIST. COIMBRA	19.6	54.4	26.0	20.3
Alvaiázere	72.2	11.3	16.5	9.3
Ansião	33.1	48.9	18.0	11.5
Cast. de Pera	11.6	74.3	14.1	19.9
Fig. dos Vinhos	56.0	18.1	25.9	11.0
Pedrógão Grande	43.3	47.0	9.7	17.0
Pombal	56.0	19.1	24.9	7.7
Mealhada	36.1	22.1	41.8	12.4
Mortágua	70.8	16.0	13.2	12.8
Ferr. do Zêzere	62.8	21.6	15.6	-

Un: contos

FONTE:

I.N.E, Repartição Regional do Produto: ensaio para 1970.

(Estudo elaborado por: Margarida Lobo da Conceição, Maria Caramona, João Amorim e Fernando Tavares), 1972 e 1974.

Qd. 3 - Repartição da população por sectores de actividade (1970)

	TOTAL	PRIMARIO	SECUNDARIO	TERCIARIO
Arganil	5060	2595	1480	985
Cantanhede	13330	8015	2285	3030
Coimbra	39610	4790	13500	21320
Condeixa-a-Nova	4590	2450	855	1285
Fig. da Foz	18270	6720	5545	6005
Góis	2580	1615	485	480
Lousã	420	1335	1630	1155
Mira	430	2420	555	1325
Mir. do Corvo	3605	2045	680	880
Montemor-o-Velho	8925	5090	1415	2420
Oliv. do Hospital	7545	3655	2385	1505
Pamp. da Serra	3670	2685	380	605
Penacóva	5500	3130	1180	1190
Penela	2755	1845	355	555
Soure	7605	4465	965	2175
Tábua	3605	2045	1030	530
V. N. Poiares	2045	985	380	680
DIST. COIMBRA	137115	55885	35105	46125
Alvaiázere	4550	2870	710	970
Ansião	5035	2510	1355	1170
Cast. de Pera	1725	200	1265	260
Fig. dos Vinhos	2730	1385	600	745
Pedrógão Grande	1885	1375	225	285
Pombal	17595	11825	2595	3175
Mealhada	5050	1740	1430	1880
Mortágua	4230	2495	880	855
Ferr. do Zêzere	4745	3125	860	770
LITORAL	119275	47515	29145	42615
INTERIOR	65385	35895	15880	13620
DIOCESE	184660	83410	45025	56235

Fonte:

I.N.E., 11º Recenseamento da População, 1970.

Qd 4 - Repartição da população por sectores de actividade (1981)

	TOTAL	PRIMARIO	SECUNDARIO	TERCIARIO
Arganil	4360	1199	1811	1350
Cantanhede	16888	9812	4154	3922
Coimbra	55069	2159	18220	34690
Condeixa-a-Nova	4605	1413	1451	1741
Fig. da Foz	22400	5441	8802	8157
Góis	2196	1003	707	486
Lousã	4192	437	2328	1427
Mira	6267	3615	1152	1500
Mir. do Corvo	4117	1004	1492	1621
Montemor-o-Velho	10466	4036	3260	3170
Oliv. do Hospital	8412	2652	3732	2028
Pamp. da Serra	2389	1430	522	437
Penacova	5555	1497	2298	1760
Penela	2427	999	723	705
Soure	7504	2697	2164	2643
Tábua	4205	1597	1609	999
V. N. Poiares	2034	524	632	878
DIST. COIMBRA	164086	41513	55057	67514
Alvaiázere	4344	2346	1053	945
Ansião	5080	1848	1854	1382
Cast. de Pera	1829	140	1307	1382
Fig. dos Vinhos	3145	1447	939	759
Pedrógão Grande	2203	1203	526	474
Pombal	21128	10105	6424	4599
Mealhada	7159	1469	2970	2720
Mortágua	4695	2174	1520	1001
Ferr. do Zêzere	3748	1725	1257	766
LITORAL	152486	40747	48597	63142
INTERIOR	64931	23225	24310	17400
DIOCESE	217417	63972	72907	80542

Fonte:

I.N.E., XII Recenseamento Geral da População
II Recenseamento Geral da Habitação, 1981.

Qd 5 - Repartição percentual da população por sectores de actividade (1970 e 1981)

	1970			1981		
	PRIMARIO	SECUNDARIO	TERCIARIO	PRIMARIO	SECUNDARIO	TERCIARIO
Arganil	51.28	29.25	19.47	27.50	41.54	30.96
Cantanhede	60.13	17.14	22.73	57.85	23.22	21.93
Coimbra	12.09	34.08	53.82	3.92	33.09	62.99
Condeixa-a-Nova	53.38	18.63	28.00	30.68	31.51	37.81
Fig. da Foz	36.78	30.35	32.87	24.29	39.29	36.42
Góis	62.60	18.80	18.60	45.67	32.19	22.13
Lousã	32.40	39.56	28.03	10.42	55.53	34.04
Mira	56.28	12.91	30.81	57.68	18.38	23.93
Mir. do Corvo	56.73	18.86	24.41	24.39	36.24	39.37
Montemor-o-Velho	57.03	15.85	27.11	38.56	31.15	30.29
Oliv. do Hospital	48.44	31.61	19.95	31.53	44.37	24.11
Pamp. da Serra	73.16	10.35	16.49	59.86	21.85	18.29
Penacova	56.91	21.45	21.64	26.95	41.37	31.68
Penela	66.97	12.89	20.15	41.16	29.79	29.05
Soure	56.71	12.69	28.60	35.94	28.84	35.22
Tábua	56.73	28.57	14.70	37.98	38.26	23.76
V. N. Poiares	48.17	18.58	33.25	25.76	31.07	43.17
DIST. COIMBRA	40.76	25.60	33.64	25.30	33.55	41.15
Alvaiázere	63.08	15.60	21.32	54.01	24.24	21.75
Ansião	49.85	26.91	23.24	36.38	36.50	27.20
Cast. de Pera	11.59	73.33	15.07	7.65	71.46	20.89
Fig. dos Vinhos	50.73	21.98	27.29	46.01	29.86	24.13
Pedrógão Grande	72.94	11.94	15.12	54.61	23.88	21.52
Pombal	67.21	14.75	18.04	47.83	30.41	21.77
Mealhada	34.46	28.32	37.23	20.52	41.49	37.99
Mortágua	58.98	20.80	20.21	46.30	32.37	21.32
Ferr. do Zêzere	65.86	18.12	16.23	46.02	33.54	20.44
LITORAL	39.84	24.44	35.73	26.72	31.87	41.41
INTERIOR	54.90	24.29	20.83	35.77	37.44	26.80
DIOCESE	45.17	24.38	30.45	29.42	33.53	37.04

Fonte :

I.N.E., 11^o Recenseamento da População, 1970.

I.N.E., XII Recenseamento Geral da População

II Recenseamento Geral da Habitação, 1981.

Qd 6 - Número de explorações segundo a sua dimensão (1979)

	NUMERO DE EXPLORAÇÕES			
	0 - 1 (Ha)	1 - 5 (Ha)	> 5 (Ha)	TOTAL
Arganil	1631	1969	218	3818
Cantanhede	4185	4138	698	9021
Coimbra	3516	2272	346	6134
Condeixa-a-Nova	1145	1478	156	2779
Fig. da Foz	4533	2832	351	7716
Góis	921	729	69	1719
Lousã	1441	812	62	2315
Mira	1822	1117	49	2988
Mir. do Corvo	1191	1405	123	2719
Montemor-o-Velho	2592	2965	558	6115
Oliv. do Hospital	2364	1725	140	4229
Pamp. da Serra	760	887	234	1881
Penacova	3488	1549	286	5323
Penela	926	950	58	1934
Soure	2418	2561	333	5312
Tábua	1419	2358	294	4071
V. N. Poiares	701	730	118	1549
DIST. COIMBRA	35053	30477	4093	69623
Alvaiázere	1704	908	48	2660
Ansião	2252	1252	86	3590
Cast. de Pera	880	482	70	1432
Fig. dos Vinhos	1414	813	98	2325
Pedrógão Grande	884	1048	233	2165
Pombal	5353	5505	494	11352
Mealhada	1879	1184	270	3333
Mortágua	672	1351	500	2523
Ferr. do Zêzere	1538	1762	271	3571
LITORAL	27443	24052	3255	54750
INTERIOR	24186	20730	2908	47824
DIOCESE	51629	44782	6163	1E+05

FORTE:

I.N.E, Recenseamento Agrícola do Continente, 1979.

Qd. 7 - Superfície das explorações segundo a sua dimensão (1979)

	AREA DAS EXPLORAÇÕES			
	0 - 1 (Ha)	1 - 5 (Ha)	> 5 (Ha)	TOTAL
Arganil	1353	4523	25585	31461
Cantanhede	2373	9249	10053	21675
Coimbra	1913	4820	3930	10663
Condeixa-a-Nova	755	3473	1705	5933
Fig. da Foz	2658	5762	14364	22784
Góis	772	1395	8757	10924
Lousã	990	1439	2105	4534
Mira	967	2170	9142	12279
Mir. do Corvo	864	2660	1372	4896
Montemor-o-Velho	1506	6531	6089	14126
Oliv. do Hospital	1657	3180	3575	8412
Pamp. da Serra	560	1851	9317	11728
Penacova	1849	3128	3528	8505
Penela	691	2105	1478	4274
Soure	1590	5531	5972	13093
Tábua	1140	5113	4608	10861
V. N. Poiares	512	1577	2402	4491
DIST. COIMBRA	22150	64507	113982	200639
Alvaiázere	1057	1670	1180	3907
Ansião	1475	2894	1242	5611
Cast. de Pera	570	1026	4238	5834
Fig. dos Vinhos	858	1598	3127	5583
Pedrógão Grande	634	2296	2729	5659
Pombal	3093	11228	5800	20121
Mealhada	903	2630	4121	7654
Mortágua	486	3099	7071	10656
Ferr. do Zêzere	1030	4030	5352	10412
LITORAL	15758	51394	61176	128328
INTERIOR	16498	43584	87666	147748
DIOCESE	32256	94978	148842	276076

FONTE:

I.N.E, Recenseamento Agrícola do Continente, 1979.

Qd. 8 - Explorações segundo a sua dimensão (1979 - %)

	NUMERO				AREA			
	0 - 1 (Ha)	1 - 5 (Ha)	> 5 (Ha)	TOTAL	0 - 1 (Ha)	1 - 5 (Ha)	> 5 (Ha)	TOTAL
Arganil	42.72	51.57	5.71	100.00	4.3	14.38	81.32	100.00
Cantanhede	46.39	45.87	7.74	100.00	10.95	42.67	46.38	100.00
Coimbra	57.32	37.04	5.64	100.00	17.94	45.2	36.86	100.00
Condeixa-a-Nova	41.20	53.19	5.61	100.00	12.73	58.54	28.73	100.00
Fig. da Foz	58.75	36.70	4.55	100.00	11.67	25.29	63.04	100.00
Góis	53.58	42.41	4.01	100.00	7.07	12.77	80.16	100.00
Lousã	62.25	35.07	2.68	100.00	21.84	31.74	46.42	100.00
Mira	60.98	37.38	1.64	100.00	7.88	17.67	74.45	100.00
Mir. do Corvo	43.80	51.68	4.52	100.00	17.85	54.33	27.82	100.00
Montemor-o-Velho	42.39	48.48	9.13	100.00	10.66	46.23	43.11	100.00
Oliv. do Hospital	55.90	40.79	3.31	100.00	19.7	37.8	42.5	100.00
Pamp. da Serra	40.40	47.16	12.44	100.00	4.77	15.78	79.45	100.00
Penacova	65.53	29.10	5.37	100.00	21.74	36.78	41.48	100.00
Penela	47.88	49.12	3.00	100.00	16.17	49.25	34.58	100.00
Soure	45.52	48.21	6.27	100.00	12.14	42.24	45.62	100.00
Tábua	34.86	57.92	7.22	100.00	10.5	47.08	42.42	100.00
V. N. Poiares	45.26	47.12	7.62	100.00	11.4	35.11	53.49	100.00
DIST. COIMBRA	50.35	43.77	5.88	100.00	11.04	32.15	56.81	100.00
Alvaiázere	64.06	34.14	1.80	100.00	27.05	42.74	30.21	100.00
Ansião	62.73	34.87	2.40	100.00	26.29	51.58	22.13	100.00
Cast. de Pera	61.45	33.66	4.89	100.00	9.77	17.59	72.64	100.00
Fig. dos Vinhos	60.82	34.96	4.22	100.00	15.37	28.62	56.01	100.00
Pedrógão Grande	40.83	48.41	10.76	100.00	11.2	40.57	48.23	100.00
Pombal	47.15	48.50	4.35	100.00	15.37	55.8	28.83	100.00
Mealhada	56.38	35.52	8.10	100.00	11.8	34.36	53.84	100.00
Mortágua	26.63	53.55	19.82	100.00	4.56	29.08	66.36	100.00
Ferr. do Zêzere	43.07	49.34	7.59	100.00	9.89	38.71	51.4	100.00
LITORAL	50.12	43.93	5.95	100.00	12.28	40.05	47.67	100.00
INTERIOR	50.57	43.35	6.08	100.00	11.17	29.5	59.33	100.00
DIOCESE	50.33	43.66	6.01	100.00	11.68	34.4	53.92	100.00

Fonte:

I.N.E, Recenseamento Agrícola do Continente,1979.

Qd. 9 - Número e superfície média dos blocos (1968 e 1979)

	1968			1979		
	Nº BLOCOS	SUPERFÍCIE (HA)		Nº BLOCOS	SUPERFÍCIE (HA)	
		TOTAL	MEDIA /BLOCO		TOTAL	MEDIA /BLOCO
Arganil	18579	5167.6	0.28	45166	31461	0.70
Cantanhede	84360	18900.2	0.22	87104	21675	0.25
Coimbra	51564	13027.1	0.25	42080	10663	0.25
Condeixa-a-Nova	30846	6385.7	0.21	29110	5933	0.20
Fig. da Foz	38053	9255.9	0.24	54117	22784	0.42
Góis	34463	5516.1	0.16	18484	10924	0.59
Lousã	14174	2708.7	0.19	15651	4534	0.29
Mira	18364	8827.2	0.48	18915	12279	0.65
Mir. do Corvo	33439	4795.3	0.14	30132	4896	0.16
Montemor-o-Velho	43828	14799.7	0.34	39838	14126	0.35
Oliv. do Hospital	23270	12252.6	0.53	18204	8412	0.46
Pamp. da Serra	17773	5017.3	0.28	17183	11728	0.68
Penacova	49604	8510.5	0.17	66014	8505	0.13
Penela	39665	8206.1	0.21	20374	4274	0.21
Soure	47412	11334.7	0.24	42783	13093	0.31
Tábua	28692	9215.5	0.32	34735	10861	0.31
V. N. Poiares	7386	3004.8	0.41	10895	4491	0.41
DIST. COIMBRA	581472	146921.0	0.25	590785	200639	0.34
Alvaiázere	34832	7705.8	0.22	24851	3907	0.16
Ansião	36192	6802.5	0.19	31738	5611	0.18
Cast. de Pera	4070	391.0	0.10	12889	5834	0.45
Fig. dos Vinhos	13982	3548.3	0.25	23038	5583	0.24
Pedrógão Grande	16636	6276.1	0.38	21090	5659	0.27
Pombal	135347	25133.8	0.19	113390	20121	0.18
Mealhada	36850	6226.9	0.17	34521	7654	0.22
Mortágua	65566	18757.7	0.29	42501	10656	0.25
Ferr. do Zêzere	25699	8992.6	0.35	22537	10412	0.46
LITORAL	486624	113887.2	0.23	461858	128328	0.28
INTERIOR	464022	116868.5	0.25	455482	147748	0.32
DIOCESE	950646	230755.7	0.24	917340	276076	0.30
CONTINENTE	5E+06	5232897.0	1.01	4937019	5232891	1.06

Fonte:

I.N.E., Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968.

I.N.E., Recenseamento Agrícola do Continente, 1979.

Qd.10 - Número de blocos por exploração e superfície média das explorações

(1968 e 1979)

	1968		1979	
	Nº BLOCOS / EXPL.	SUPERFICIE MÉDIA EXPL. (Ha)	Nº BLOCOS / EXPL.	SUPERFICIE MÉDIA EXPL. (Ha)
Arganil	8.6	2.39	11.8	8.22
Cantanhede	9.6	2.14	9.6	2.40
Coimbra	6.6	1.67	6.8	1.74
Condeixa-a-Nova	8.9	1.83	10.4	2.13
Fig. da Foz	6.3	1.53	7.0	2.95
Góis	13.2	2.11	10.7	6.35
Lousã	5.4	1.02	6.7	1.96
Mira	5.9	2.82	6.3	4.11
Mir. do Corvo	10.9	1.56	11.0	1.82
Montemor-o-Velho	6.5	2.21	6.5	2.33
Oliv. do Hospital	4.7	2.49	4.3	1.99
Pamp. da Serra	6.6	1.86	9.1	6.23
Penacova	12.8	2.20	12.4	1.60
Penela	13.9	2.86	10.5	2.21
Soure	10.1	2.41	8.0	2.46
Tábua	7.4	2.39	8.5	2.67
V. N. Poiares	6.3	2.57	7.0	2.90
DIST. COIMBRA	9.5	1.99	8.4	2.85
Alvaiázere	10.7	2.37	9.3	1.50
Ansião	9.3	1.75	8.8	1.56
Cast. de Pera	4.7	0.44	9.0	4.07
Fig. dos Vinhos	12.0	3.04	9.9	2.40
Pedrógão Grande	8.0	3.03	9.7	2.61
Pombal	10.3	1.91	9.9	1.77
Mealhada	13.8	2.33	10.3	2.29
Mortágua	18.6	5.32	16.8	4.25
Ferr. do Zêzere	6.8	2.37	6.3	2.90
DIOCESE	9.1	2.20	9.2	2.76
CONTINENTE	6.4	6.13	6.3	6.10

Fonte:

I.N.E., Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968.

I.N.E., Recenseamento Agrícola do Continente, 1979.

Qd.11 - Indústria: número de estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto da produção industrial (1980)

	N. DE ESTAB.	PESSOAL AO SERVIÇO	VBP
Arganil	28	591	565011
Cantanhede	59	792	533057
Coimbra	207	11092	11794778
Condeixa-a-Nova	24	314	111414
Fig. da Foz	88	5116	7798883
Góis	6	383	666916
Lousã	33	1085	1184072
Mira	21	278	160738
Mir. do Corvo	17	301	169924
Montemor-o-Velho	39	596	909639
Oliv. do Hospital	36	1653	1402564
Pamp. da Serra	8	76	92511
Penacova	16	230	97260
Penela	9	73	32092
Soure	26	534	296952
Tábua	14	275	159204
V. N. Poiares	8	116	43321
DIST. COIMBRA	639	23505	26018336
Alvaiázere	17	165	129382
Ansião	27	992	1119790
Cast. de Pera	19	1160	634111
Fig. dos Vinhos	9	183	132442
Pedrógão Grande	8	119	256649
Pombal	98	1682	2222855
Mealhada	32	1521	1166907
Mortágua	15	644	339417
Ferr. do Zêzere	5	164	65860
LITORAL	594	21925	24995223
INTERIOR	275	8210	7090526
DIOCESE	869	30135	32085749

Fonte:

I.N.E., Estatísticas Industriais, vols. I e II, 1980

Qd. 12 - População servida por infraestruturas básicas (1981)
(%)

	AGUA	ELECTRIC.	ESGOTOS	REC. LIXO
Arganil	66	93	16	51
Cantanhede	38	100	12	100
Coimbra	84	100	54	62
Condeixa-a-Nova	46	100	3	35
Fig. da Foz	72	100	34	80
Góis	70	96	10	20
Lousã	85	100	36	74
Mira	52	100	18	18
Mir. do Corvo	55	100	18	18
Montemor-o-Velho	12	99	11	16
Oliv. do Hospital	40	99	30	88
Pamp. da Serra	79	89	18	16
Penacova	31	97	6	19
Penela	32	95	16	23
Soure	33	90	10	30
Tábua	50	100	13	98
V. N. Poiares	61	100	24	39
Díst. Coimbra	-	-	-	-
Alvaiázere	24	99	7	15
Ansião	36	100	19	19
Cast. de Pera	100	100	29	29
Fig. dos Vinhos	23	100	23	22
Pedrógão Grande	57	99	24	41
Pombal	14	89	10	16
Mealhada	72	100	24	61
Mortágua	33	88	9	22
Ferr. do Zêzere	10	96	10	15

Fonte:

MAI - SEDR - SEAA, Administração Local em Números, 1984.

Qd. 13 - Saúde: partos sem assistência médica,
taxa de mortalidade infantil (1979)

	TAXA DE MORTALIDADE INF. (1979)	% PARTOS S/ ASSISTENCIA 1979	MEDICOS EM FALTA 1981
Arganil	1.2	13	9
Cantanhede	1.9	6	3
Coimbra	1.1	1	0
Condeixa-a-Nova	5.9	4	0
Fig. da Foz	2.1	2	0
Góis	4.2	21	5
Lousã	1.3	16	7
Mira	4.3	19	0
Mir. do Corvo	6.5	-	5
Montemor-o-Velho	5.4	20	17
Oliv. do Hospital	3.4	10	6
Pamp. da Serra	2.5	55	6
Penacova	4.1	11	10
Penela	22.2	8	3
Soure	1.9	13	9
Tábua	3.2	17	12
V. N. Poiares	2.1	17	3
DIST. COIMBRA	1.7	7	9 5
Alvaiázere	1	26	5
Ansião	3.8	17	9
Cast. de Pera	2	-	4
Fig. dos Vinhos	17.1	12	2
Pedrógão Grande	7.7	5	4
Pombal	2.6	17	28
Mealhada	4.3	10	4
Mortágua	2	4	2
Ferr. do Zêzere	2.9	3	9

Fonte:

MAI - SEDR - SEAA, Administração Local em Números, 1984.

Qd. 14 - População nos concelhos da Diocese de Coimbra (1864-1981)

	POPULAÇÃO				
	1864	1950	1960	1970	1981
Arganil	18806	21736	19237	15930	15507
Cantanhede	24544	39965	41303	39050	38717
Coimbra	40861	98027	106404	110160	138930
Condeixa-a-Nova	10008	14020	13555	12865	13257
Fig. da Foz	32953	56862	57631	53525	58556
Góis	10305	11103	9744	6705	6434
Lousã	9535	15442	13900	12750	13020
Mira	6012	13099	13384	13175	13299
Mir. do Corvo	10453	13822	12810	11510	12131
Montemor-o-Velho	19799	27978	27925	26410	27274
Oliv. do Hospital	24137	29038	26287	23330	23554
Pamp. da Serra	9359	14800	13372	9245	7493
Penacova	14966	19926	18704	16545	17351
Penela	9118	10525	9438	7870	8023
Soure	17641	26176	26575	22025	22570
Tábua	17207	17798	15869	12160	13456
V. N. Poiares	6557	8218	7518	6025	6649
DIST. COIMBRA	282261	438535	433656	399280	436221
Alvaiázere	9802	14950	13583	11300	10510
Ansião	12177	18309	17268	14900	15446
Cast. de Pera	3972	6330	5739	4660	5137
Fig. dos Vinhos	8040	12300	11545	8960	8754
Pedrógão Grande	6230	8955	8239	4985	5842
Pombal	26366	59925	59931	56890	53727
Mealhada	7322	17214	17478	15885	19305
Mortágua	8313	12616	13024	11625	11291
Ferr. do Zêzere	10780	17559	15739	12225	11099
LITORAL	185506	353266	364186	349985	385635
INTERIOR	189757	253427	232016	190725	191697
DIOCESE	375263	606693	596202	540710	577332

Fonte:

I.N.E. - X Recenseamento Geral da População, 1960 (dados retrospectivos).

I.N.E. - 11^o Recenseamento da População, 1970.

I.N.E. - XII Recenseamento Geral da População

II Recenseamento Geral da Habitação, 1981.

**Qd. 15 - Evolução da população nos concelhos da Diocese de Coimbra
(1864-1981 %)**

	Δ (1864-50)	Δ (50-60)	Δ (60-70)	Δ (60-81)	Δ (70-81)
Arganil	15.58	-11.50	-17.19	-19.39	-2.66
Cantanhede	62.83	3.35	-5.45	-6.26	-0.85
Coimbra	139.90	8.55	3.53	30.57	26.12
Condeixa-a-Nova	40.09	-3.32	-5.09	-2.20	3.05
Fig. da Foz	72.55	1.35	-7.12	1.61	9.40
Góis	7.74	-12.24	-31.19	-33.97	-4.04
Lousã	61.95	-9.99	-8.27	-6.33	2.12
Mira	117.88	2.18	-1.56	-0.64	0.94
Mir. do Corvo	32.23	-7.32	-10.15	-5.30	5.40
Montemor-o-Velho	41.31	-0.19	-5.43	-2.33	3.27
Oliv. do Hospital	20.30	-9.47	-11.25	-10.40	0.96
Pamp. da Serra	58.14	-9.65	-30.86	-43.97	-18.95
Penacova	33.14	-6.13	-11.54	-7.23	4.87
Penela	15.43	-10.33	-16.61	-14.99	1.94
Soure	48.38	1.52	-17.12	-15.07	2.47
Tábua	3.43	-10.84	-23.37	-15.21	10.66
V. N. Poiares	25.33	-8.52	-19.86	-11.56	10.36
DIST. COIMBRA	55.37	-1.11	-7.93	0.59	9.25
Alvaiázere	52.52	-9.14	-16.81	-22.62	-6.99
Ansião	50.36	-5.69	-13.71	-10.55	3.66
Cast. de Pera	59.37	-9.34	-18.80	-10.49	10.24
Fig. dos Vinhos	52.99	-6.14	-22.39	-24.17	-2.30
Pedrógão Grande	43.74	-8.00	-39.50	-29.09	17.19
Pombal	127.28	0.01	-5.07	-10.35	-5.56
Mealhada	135.10	1.53	-9.11	10.45	21.53
Mortágua	51.76	3.23	-10.74	-13.31	-2.87
Ferr. do Zêzere	62.88	-10.37	-22.33	-29.48	-9.21
LITORAL	90.43	3.09	-3.90	5.89	10.19
INTERIOR	33.55	-8.45	-17.80	-17.38	0.51
DIOCESE	61.67	-1.73	-9.31	-3.17	6.77
CONTINENTE					

Fonte:
cfr. Quadro 14

Qd. 16 - População nos concelhos e freguesias onde se realizaram inquéritos (1864-1981)

CONCELHOS	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981
Pamp. Serra	9359	10671	11274	12426	13944	14040	13459	15527	14800	13372	9303	7493
Alvalázere	9802	10477	10675	11936	12870	13098	13290	15047	14950	13583	11299	10510
Ansião	12177	13096	12961	13562	14601	14832	15543	17391	18309	17268	15058	15446
Pombal	26366	28888	29369	38840	38596	41094	45358	58850	59925	59931	57113	53727
Soure	17641	18801	18616	20233	22570	22103	22841	25108	26176	26575	22094	22570
Cantanhede	24544	26443	28216	27796	30026	30005	33696	36094	39965	41303	39184	38717
Mira	6012	6554	7400	8075	8726	9158	9671	11571	13099	13384	13149	13299
Moriágua	8313	9109	9004	8834	9210	9498	10268	11202	12616	13024	11361	11291
FREGUESIAS												
Jan. Baixo	871	996	1093	1174	1235	1139	1181	1482	1597	1652	1393	1169
Pelmá	1139	1269	1392	1560	1756	1795	1949	2243	2360	2376	1997	1562
Sant. Guarda	2326	2563	2397	2753	2974	3034	3182	3860	4464	4519	3554	3559
Pousaflores	1284	1351	1536	1899	2080	2245	2353	2517	2440	2445	1987	1750
Pombal	4262	4463	4318	5798	6760	7374	8472	10480	11353	9973	12441	12409
Abiul	2410	2710	2937	3388	3623	3771	4172	4751	5190	5180	4711	3845
Almagreira	1731	1868	1848	1859	2156	2222	2613	3086	3696	4125	4167	3353
Maia Mourisca	2162	2488	2572	2755	3262	3328	3906	4704	5691	6592	6478	6260
Lourçal	5174	5177	5549	6013	5510	6957	6954	8153	8151	5608	6047	5039
Soure	5831	6204	6387	7284	7966	7940	8340	8910	9317	9655	7530	8963
Cantanhede	3953	3931	4434	4296	4781	4817	5506	6027	6374	6630	6990	7534
Febres	3504	3715	4164	3997	4402	4407	4573	5359	5887	6219	5975	5463
Cadima	3786	4137	4220	4227	4601	4270	4613	4995	5509	5585	5624	5604
Covões	2717	2836	2910	3108	3275	3505	3702	4159	4579	4454	3973	3932
Mira	6012	6554	7400	8075	8726	9158	9671	11571	13099	13384	13149	13299
Sobral	1464	1666	1572	1532	1691	1824	1914	2282	2749	2788	2404	2585
Marmeleira	588	738	737	686	676	719	782	840	923	891	700	610

Fonte:

cfr. Quadro 14

**Qd. 17 - Estrutura etária da população
dos concelhos da Diocese de Coimbra (1970-1981)**

	1970			1981		
	0 - 14	15 - 64	≥ 65	0 - 14	15 - 64	≥ 65
Arganil	3935	9255	2740	3188	9207	3112
Cantanhede	11090	24175	3785	9492	24159	5066
Coimbra	27260	72035	10865	32830	90807	15293
Condeixa-a-Nova	2705	8165	1995	2691	8233	233
Fig. da Foz	13080	34650	5795	13507	37593	7459
Góis	1495	3975	1235	1240	3662	1532
Lousã	3230	7840	1680	3079	7853	2088
Mira	3840	8070	1265	3353	8252	1694
Mir. do Corvo	2750	7145	1615	2792	7482	1957
Montemor-o-Velho	6190	16730	3490	6084	17001	4189
Oliv. do Hospital	6295	13500	3535	5686	14047	3821
Pamp. da Serra	2265	5430	1550	1522	4321	1650
Penacova	4510	9955	2080	4371	10564	2416
Penela	1590	4985	1295	1568	4803	1652
Soure	4660	14425	2940	4672	14058	3840
Tábua	2945	7060	2255	3144	7749	2563
V. N. Poiares	1520	3560	945	1601	3895	1153
DIST. COIMBRA	99360	250955	49065	100820	273686	61818
Alvaiázere	2525	6780	1995	2004	6319	2187
Ansião	4220	8535	2145	3559	9301	2586
Cast. de Pera	1075	3070	515	1115	3110	912
Fig. dos Vinhos	2260	5330	1370	1832	5369	1553
Pedrógão Grande	840	3060	1085	943	3560	1339
Pombal	17100	35140	4650	13410	33719	6598
Mealhada	4560	9705	1620	4828	12189	2288
Mortágua	3235	7320	1070	2747	6997	1547
Ferr. do Zêzere	2845	7510	1900	2222	6503	2374
LITORAL	90485	223095	36405	90867	246011	48760
INTERIOR	47535	114310	29010	42613	114742	34442
DIOCESE	138020	337405	65415	133480	360753	83202

Fonte:

cfr. Quadro 14

Qd. 18 - Estrutura etária da população
dos concelhos da Diocese de Coimbra (1970-1981 %)

	1970			1981		
	0-14	15-64	≥ 65	0-14	15-64	≥ 65
Arganil	24.70	58.10	17.20	20.56	59.37	20.07
Cantanhede	28.40	61.91	9.69	24.52	62.40	13.08
Coimbra	24.75	65.39	9.86	23.63	65.36	11.01
Condeixa-a-Nova	21.03	65.47	15.51	20.30	62.10	17.60
Fig. da Foz	24.44	64.74	10.83	23.07	64.20	12.74
Góis	22.30	59.28	18.42	19.27	56.92	23.81
Lousã	25.33	61.49	13.18	23.65	60.31	16.04
Mira	29.15	61.25	9.60	25.21	62.05	12.74
Mir. do Corvo	23.89	62.08	14.03	22.83	61.17	16.00
Montemor-o-Velho	23.44	63.35	13.21	22.31	62.33	15.36
Oliv. do Hospital	26.98	57.87	15.15	24.14	59.64	16.22
Pamp. da Serra	24.50	58.73	16.77	20.31	57.67	22.02
Penacova	27.26	60.17	12.57	25.19	60.88	13.92
Penela	20.20	63.34	16.45	19.54	59.87	20.59
Soure	21.16	65.49	13.35	20.70	62.29	17.01
Tábua	24.02	57.59	18.39	23.37	57.59	19.05
V. N. Poiares	25.23	59.09	15.68	24.08	58.58	17.34
DIST. COIMBRA	24.88	62.84	12.29	23.11	62.73	14.17
Alvaiázere	22.35	60.00	17.65	19.07	60.12	20.81
Ansião	28.32	57.28	14.40	23.04	60.22	16.74
Cast. de Pera	23.07	65.88	11.05	21.71	60.54	17.75
Fig. dos Vinhos	25.22	59.49	15.29	20.93	61.33	17.74
Pedrógão Grande	16.85	61.38	21.77	16.14	60.94	22.92
Pombal	30.06	61.77	8.17	24.96	62.76	12.28
Mealhada	28.71	61.10	10.20	25.01	63.14	11.85
Mortágua	27.83	62.97	9.20	24.33	61.97	13.70
Ferr. do Zêzere	23.22	61.28	15.50	20.02	58.59	21.39
LITORAL	25.85	63.74	10.40	23.56	63.79	12.64
INTERIOR	24.91	59.89	15.20	22.22	59.82	17.96
DIOCESE	25.52	62.39	12.10	23.12	62.48	14.41

Fonte:
cfr. Quadro 14

**Qd. 19 - Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra
(1955-1974)**

	55 - 59	60 - 64	65 - 69	70 - 74	75 - 79	80 - 84	1955 - 84
Arganil	208	89	207	176	65	55	800
Cantanhede	1093	971	3108	2500	659	609	8940
Coimbra	553	574	1288	1603	383	268	4669
Condeixa-a-Nova	179	228	391	351	37	24	1210
Fig. da Foz	434	707	2166	2075	519	290	6191
Góis	80	46	88	52	9	4	279
Lousã	351	252	404	576	111	48	1742
Mira	272	402	1025	919	287	214	3119
Mir. do Corvo	326	184	134	183	19	11	857
Montemor-o-Velho	233	73	266	428	44	32	1076
Oliv. do Hospital	680	446	425	522	138	66	2277
Pamp. da Serra	78	208	530	188	36	29	1069
Penacova	674	461	1154	790	164	105	3348
Penela	209	128	203	271	44	8	863
Soure	326	352	1280	1079	102	27	3166
Tábua	254	143	192	275	66	71	1001
V. N. Poiares	150	48	91	133	52	31	505
DIST. COIMBRA	6100	5312	12952	12121	2735	1892	41112
Alvaiázere	244	515	861	424	102	71	2217
Ansião	549	482	1221	756	152	87	3247
Cast. de Pera	81	27	57	107	13	7	292
Fig. dos Vinhos	260	152	375	416	52	46	1301
Pedrógão Grande	95	126	389	109	18	23	760
Pombal	1907	4008	8367	4843	656	325	20106
Mealhada	367	257	602	473	117	112	1928
Mortágua	375	665	1343	585	144	138	3250
Ferr. do Zêzere	89	303	681	309	68	40	1490
DIOCESE	10067	11847	26848	20143	4057	2741	75703
CONTINENTE	119733	152212	385548	228908	63568	46330	996299

Fonte:

INE, Anuários Estatísticos

Ministério do Interior - Boletim da Junta da Emigração, 1960 a 1969.

Secretariado Nacional da Emigração - Boletim Anual, 1970 a 1975.

Qd 20 - Frequência emigratória e principais destinos dos concelhos da Diocese

	Nº emigrantes 55-84	Nº emigrantes 55-74 (França)	Nº emigrantes 55-74 (Países não europeus)
	População 70 (%o)	Emigração total 55-74 (%)	Emigração total 55-74 (%)
Arganil	50.2	26.5	65.0
Cantanhede	228.9	46.9	46.6
Coimbra	42.4	41.4	36.3
Condeixa-a-Nova	94.1	37.2	43.2
Fig. da Foz	115.7	38.9	27.3
Góis	41.6	38.0	51.1
Lousã	136.6	18.0	65.4
Mira	236.7	43.8	52.0
Mir. do Corvo	74.5	16.8	69.3
Montemor-o-Velho	40.7	65.5	33.7
Oliv. do Hospital	97.6	16.7	70.3
Pamp. da Serra	115.6	71.4	14.9
Penacova	202.4	51.7	44.1
Penela	109.7	32.1	53.8
Soure	143.7	52.0	25.2
Tábua	82.3	24.8	55.3
V. N. Poiares	83.8	32.2	57.1
DIST. COIMBRA	103.0	40.6	43.2
Alvaiázere	196.2	74.3	20.7
Ansião	217.9	46.2	38.3
Cast. de Pera	62.7	31.6	51.1
Fig. dos Vinhos	145.2	50.4	38.1
Pedrógão Grande	152.5	64.3	28.5
Pombal	353.4	79.0	10.3
Mealhada	121.4	40.7	47.7
Mortágua	279.6	41.7	24.0
DIOCESE	140.0	52.1	31.4

Fonte:

cfr. Quadro 19

**Qd. 21 - Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra
segundo o país de destino: França (1955-1974)**

	55 - 59	60 - 64	65 - 69	70 - 74	1955 - 74
Arganil	2	12	82	84	180
Cantanhede	2	123	2216	1256	3597
Coimbra	12	123	887	642	1664
Condeixa-a-Nova	3	55	253	116	427
Fig. da Foz	49	235	1185	624	2093
Góis	1	4	65	31	101
Lousã		4	145	135	284
Mira	1	21	716	408	1146
Mir. do Corvo			62	77	139
Montemor-o-Velho		7	243	405	655
Oliv. do Hospital	5	18	146	178	347
Pamp. da Serra	14	148	461	94	717
Penacova	24	77	943	544	1588
Penela		3	99	158	260
Soure	8	107	935	528	1578
Tábua	5	12	91	106	214
V. N. Poiares			59	77	136
DIST. COIMBRA	126	949	8540	5190	14805
Alvaiázere	61	404	738	315	1518
Ansião	5	141	897	346	1389
Cast. de Pera	1	3	26	56	86
Fig. dos Vinhos	8	26	262	310	606
Pedrógão Grande	6	62	320	74	462
Pombal	1061	3068	7297	3676	15102
Mealhada	2	28	448	213	691
Mortágua	53	227	791	168	1299
DIOCESE	1323	4908	19319	10348	35898
CONTINENTE	13095	65088	263831	80196	422210

Fonte:

cfr. Quadro 19

**Qd. 22 - Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra
segundo o país de destino: Alemanha (1955-1974)**

	55 - 59	60 - 64	65 - 69	70 - 74	1955 - 74
Arganil			11	34	45
Cantanhede			104	262	366
Coimbra		5	93	651	749
Condeixa-a-Nova		1	23	113	137
Fig. da Foz		8	262	650	920
Góis		3	7	16	26
Lousã			21	185	206
Mira			27	62	89
Mir. do Corvo			22	72	94
Montemor-o-Velho		1	44	174	219
Oliv. do Hospital			37	196	233
Pamp. da Serra			35	56	91
Penacova			25	74	99
Penela			18	77	95
Soure		3	168	294	465
Tábua			33	109	142
V. N. Poiares			3	33	36
DIST. COIMBRA		21	933	3058	4012
Alvaiázere		1	29	53	83
Ansião			126	303	429
Cast. de Pera			5	38	43
Fig. dos Vinhos			21	46	67
Pedrógão Grande			19	25	44
Pombal		113	720	815	1648
Mealhada			40	130	170
Mortágua		35	125	150	310
DIOCESE		170	2018	4618	6806
CONTINENTE	19	5721	41593	85592	132925

Fonte:
cfr. Quadro 19

**Qd. 23 - Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra
segundo o país de destino: Brasil (1955-1974)**

	55 - 59	60 - 64	65 - 69	70 - 74	1955 -74
Arganil	165	51	36	20	272
Cantanhede	817	565	121	54	1557
Coimbra	443	310	78	39	870
Condeixa-a-Nova	147	147	73	34	401
Fig. da Foz	253	187	51	13	504
Góis	69	30	5	1	105
Lousã	281	194	79	19	573
Mira	227	288	70	11	596
Mir. do Corvo	319	181	35	15	550
Montemor-o-Velho	219	59	15	11	304
Oliv. do Hospital	568	358	116	42	1084
Pamp. da Serra	42	17	8	2	69
Penacova	617	332	139	72	1160
Penela	186	94	48	7	335
Soure	285	197	33	6	521
Tábua	171	108	13	4	296
V. N. Poiares	139	44	26	11	220
DIST. COIMBRA	4948	3162	946	361	9417
Alvaiázere	129	74	28	3	234
Ansião	438	282	116	34	870
Cast. de Pera	77	20	17	3	117
Fig. dos Vinhos	219	80	14	5	318
Pedrógão Grande	50	37	2	1	90
Pombal	722	524	110	63	1419
Mealhada	316	197	33	6	552
Mortágua	308	192	50	7	557
DIOCESE	7207	4568	1316	483	13574
CONTINENTE	91460	51732	13440	5148	161780

Fonte:

cfr. Quadro 19

Qd. 24 - Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra
segundo o país de destino: Venezuela (1955-1974)

	55 - 59	60 - 64	65 - 69	70 - 74	1955 - 74
Arganil	6	2	10	1	19
Cantanhede	226	157	238	176	797
Coimbra	17	6	7	10	40
Condeixa-a-Nova	15	11	7		33
Fig. da Foz	31	17	15	7	70
Góis	5		1		6
Lousã	24	3	7	11	45
Mira	21	15	9	10	55
Mir. do Corvo					
Montemor-o-Velho	2				2
Oliv. do Hospital	10	7	1	1	19
Pamp. da Serra	5	4		1	10
Penacova	21	13	10	8	52
Penela	1		2		3
Soure	25	29	15	16	85
Tábua	25	5	2		32
V. N. Poiares	3		1	4	8
DIST. COIMBRA	437	269	325	245	1276
Alvaiázere	19	11	9	8	47
Ansião	59	36	30	16	141
Cast. de Pera					
Fig. dos Vinhos	2		2	1	5
Pedrógão Grande	8	10	1		19
Pombal	53	33	22	22	130
Mealhada	26	15	7	6	54
Mortágua	3	2	1	8	14
DIOCESE	607	376	397	306	1686
CONTINENTE	21063	6599	7775	5316	40753

Fonte:

cfr. Quadro 19

Qd. 25 - Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra
segundo o país de destino: Canadá e Estados Unidos (1955-1974)

	55 - 59	60 - 64	65 - 69	70 - 74	1955 - 74
Arganil	15	15	32	24	86
Cantanhede	43	110	294	606	1053
Coimbra	38	62	105	133	338
Condeixa-a-Nova	7	7	16	20	50
Fig. da Foz	42	45	350	243	680
Góis	3	9	5	3	20
Lousã	28	45	114	185	372
Mira	23	78	182	404	687
Mir. do Corvo			5	2	7
Montemor-o-Velho	2	1	2	5	10
Oliv. do Hospital	17	22	19	48	106
Pamp. da Serra	9	17	9	12	47
Penacova	8	25	21	79	133
Penela	4	11	9	9	33
Soure		2	13	21	36
Tábua	27	3	31	31	92
V. N. Poiares	1	13	1	2	17
DIST. COIMBRA	267	465	1208	1827	3767
Alvaiázere	14	10	16	23	63
Ansião	7	6	7	15	35
Cast. de Pera	3	3	5	6	17
Fig. dos Vinhos	3	12	18	16	49
Pedrógão Grande	22	14	29	5	70
Pombal	24	59	87	124	294
Mealhada	11	10	35	96	152
Mortágua	6	13	30	46	95
DIOCESE	357	592	1435	2158	4542
CONTINENTE	23121	14099	32125	34861	104206

Fonte:

cfr. Quadro 19

**Qd. 26 - Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra
segundo o país de destino: total da Europa(1955-1974)**

	55 - 59	60 - 64	65 - 69	70 - 74	1955 - 74
Arganil	4	12	96	126	238
Cantanhede	4	133	2354	1604	4095
Coimbra	13	149	1008	1391	2561
Condeixa-a-Nova	10	63	289	291	653
Fig. da Foz	67	401	1168	1779	3415
Góis	2	7	73	48	130
Lousã	1	4	183	359	547
Mira	1	21	745	490	1257
Mir. do Corvo	4	2	85	163	254
Montemor-o-Velho	4	11	243	405	663
Oliv. do Hospital	5	19	185	406	615
Pamp. da Serra	17	166	511	160	854
Penacova	24	87	980	631	1722
Penela		4	120	251	375
Soure	8	122	1149	993	2272
Tábua	9	13	130	234	386
V. N. Poiares	1	1	63	116	181
DIST. COIMBRA	174	1215	9382	9447	20218
Alvaiázere	63	406	778	374	1621
Ansião	6	148	1030	673	1857
Cast. de Pera	1	3	31	98	133
Fig. dos Vinhos	8	44	302	391	745
Pedrógão Grande	6	64	342	102	514
Pombal	1063	3365	8112	4606	17146
Mealhada	2	33	497	356	888
Mortágua	54	455	1241	506	2256
DIOCESE	1377	5733	21715	16553	45378
CONTINENTE	13758	74263	318081	179027	585129

Fonte:
cfr. Quadro 19

Qd. 27 - Emigração nos concelhos da Diocese de Coimbra
segundo o país de destino: total dos países não europeus(1955-1974)

	55 - 59	60 - 64	65 - 69	70 - 74	1955 - 74
Arganil	204	77	111	50	442
Cantanhede	1089	888	754	896	3627
Coimbra	540	425	280	212	1457
Condeixa-a-Nova	169	165	102	60	496
Fig. da Foz	367	306	498	296	1467
Góis	78	39	15	4	136
Lousã	350	248	221	217	1036
Mira	271	381	280	429	1361
Mir. do Corvo	322	192	49	20	583
Montemor-o-Velho	229	62	23	23	337
Oliv. do Hospital	675	427	240	116	1458
Pamp. da Serra	61	42	19	28	150
Penacova	650	374	174	159	1357
Penela	209	124	83	20	436
Soure	318	230	131	86	765
Tábua	245	130	62	41	478
V. N. Poiares	149	47	28	17	241
DIST. COIMBRA	5926	4097	3070	2674	15767
Alvaiázere	181	109	83	50	423
Ansião	543	334	191	83	1151
Cast. de Pera	80	24	26	9	139
Fig. dos Vinhos	252	108	73	25	458
Pedrógão Grande	89	62	47	7	205
Pombal	844	643	255	237	1979
Mealhada	365	224	105	117	811
Mortágua	321	210	102	79	712
DIOCESE	8601	5811	3952	3281	21645
CONTINENTE	10899	77949	67467	49881	206196

Fonte:
cfr. Quadro 19

